



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

SHAYENNE BRUNA ALVES

**PROJETO POLÍTICO-EDUCACIONAL DE TOLSTÓI
E O PRINCÍPIO DA NÃO-VIOLÊNCIA**

Florianópolis

2021

Shayenne Bruna Alves

**PROJETO POLÍTICO-EDUCACIONAL DE TOLSTÓI
E O PRINCÍPIO DA NÃO-VIOLÊNCIA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Filosofia da Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção do título de
Mestre em Filosofia

Orientadora: Prof^ª. Dra. Janyne Sattler

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da
UFSC.

Alves, Shayenne Bruna

Projeto político-educacional de Tolstói e o princípio da
não-violência / Shayenne Bruna Alves ; orientadora,
Janyne Sattler, 2021.

111 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Liev Tolstói. 3. Princípio da não
violência. 4. Anarco-pacifismo. 5. Educação libertária. I.
Sattler, Janyne . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

Shayenne Bruna Alves

Projeto político-educacional de Tolstói e o princípio da não-violência

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^a. Dra. Janyne Sattler

PPGFIL - UFSC

Prof. Dr. Vilmar Debona

PPGFIL - UFSC

Prof. Dr. Fernando Nagib Marcos Coelho

Faculdade de Direito - UFBA

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Filosofia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof^a. Dra. Janyne Sattler

Orientadora

Florianópolis, 2021.

Este trabalho é dedicado a quem não acredita que o sofrimento que nos encontramos hoje seja algo necessário ou uma ordem sagrada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à professora Janyne Sattler pela orientação, pela amizade e pelo suporte nos momentos mais adversos pelos quais passamos antes e durante o processo desta pesquisa.

Também agradeço ao Gabriel Eduardo Rosa pelo companheirismo e pelo amor, assim como pelas diversas discussões e contribuições sem as quais eu jamais teria finalizado a dissertação.

Obrigada também aos meus irmãos, Erich, Gabriel e Guilherme Alves, pelo aprendizado mútuo, pela lealdade e pelo amor.

Por fim, meu agradecimento à CAPES pelo fornecimento da bolsa de mestrado.

“Que os homens deixem de ser hipócritas, e logo verão que a dura ordem social, que somente os prende e que parece a seus olhos algo indestrutível, necessário, sagrado, vindo de Deus, já vacila e só se mantém com a mentira e com a hipocrisia, e que permanece de pé unicamente por obra nossa”.
(TOLSTÓI, 1893)

RESUMO

A presente pesquisa visa expor o princípio da não-violência bem como o projeto político e educacional anarco-pacifista de Liev Tolstói. Desta forma defende-se aqui que o autor não é somente um escritor, como também um pensador coerente com seu tempo. Além de não termos como objetivo determinar uma distinção valorativa entre os escritos teóricos e literários, mas antes encontrando em ambos a fundamentação para o pensamento tolstoiano. No primeiro capítulo a pesquisa detém-se na contextualização histórica tendo por recorte os períodos do servilismo russo do século XVIII e XIX e da reforma emancipadora dos servos de 1861, a fim de compreender a real condição de vida dos trabalhadores e os privilégios dos senhores de terras. No segundo capítulo expõe-se de fato a crítica tolstoiana à ordem social violenta ao qual a Rússia se encontrava naquele momento. Para isso optou-se por investigar as formas de violência, tanto institucional quanto individual, explicitadas no romance *Ressurreição* e no ensaio *O reino de deus está em vós*. Bem como a consequente proposta de Tolstói, expressas nesses dois textos, para modificar as bases sociais que impossibilitam uma saída do círculo de violência ao qual a sociedade está atrelada. Esta resposta não é senão a aplicação do princípio da não-violência, tanto como postura política anárquica-pacifista, como também preceito ético. Por fim, no terceiro e último capítulo, coube também à pesquisa demonstrar como a experiência escolar democrática de Iasnaia Poliana expressa o princípio do agir não-violento e como esta confronta os métodos tradicionais de ensino que se utilizam da coerção e do conteudismo como modos de ensino.

Palavras-chave: Tolstói. Princípio da não-violência. Anarco-pacifismo. Educação libertária.

ABSTRACT

This research aims to expose the principle of non-violence as well as Leo Tolstoy's anarcho-pacifist political and educational project. It also defends that the author is not only a writer, but also a thinker consistent with his time. In addition to not having as an objective to establish an evaluative distinction between theoretical and literary writings, but rather finding in both the foundation for Tolstoyan thought. In the first chapter, the research focuses on the historical context, namely the periods of Russian servility in the 18th and 19th century and the emancipatory reform of the serfs in 1861, in order to understand the real life condition of workers and the privileges of the landlords. In the second chapter exposes the Tolstoyan criticism of the violent social order in which Russia found itself at that time. For this, we chose to investigate the forms of violence, both institutional and individual, explained in the novel *Resurrection* and in the essay *The Kingdom of God is Within You*. As well as Tolstoy's consequent proposal, expressed in these two texts, to modify the social bases that make it impossible to leave the circle of violence to which society is tied. This answer is nothing but the application of the principle of non-violence, both as an anarchic-pacifist political position, as well as an ethical precept. Finally, in the third and last chapter, it was also left to the research to demonstrate how the democratic school experience of Iasnaia Poliana expresses the principle of non-violent action and how it confronts the traditional teaching methods that use coercion and contentism as modes of education.

Keywords: Tolstoy. Principle of non-violence. Anarcho-pacifism. Libertarian education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: TOLSTÓI ESCRITOR OU PENSADOR?	11
1. “O PATRÃO E O TRABALHADOR” : CONTEXTO HISTÓRICO DA RÚSSIA OITOCENTISTA	17
1.1. O SERVILISMO ANTES DA REFORMA EMANCIPADORA	17
1.2. A REFORMA DE 1861 E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO	32
2. “MAS PRECISA MESMO SER ASSIM?”: O PROJETO POLÍTICO DE TOLSTÓI	42
2.1. SOBRE O ROMANCE RESSURREIÇÃO.....	43
2.2. POR UM PRINCÍPIO CONTRA O ESTADO DE VIOLÊNCIA E A UTILIDADE DO MAL	65
3. “ENTÃO, O QUE DEVE SER FEITO?”: A EDUCAÇÃO POPULAR	81
3.1. CRÍTICA AO MÉTODO COERCITIVO DE ENSINO	83
3.2. POR UMA EXPERIÊNCIA ESCOLAR LIBERTÁRIA	86
CONCLUSÃO	96
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE	103

INTRODUÇÃO: TOLSTÓI ESCRITOR OU PENSADOR?

Diversos autores detiveram-se demasiadamente sobre o Tolstói escritor, o que fez com que o seu lado “pensador” fosse abafado, considerado um erro de percurso ou tomado como um período distinto — o período dito profético, doutrinário, utópico. Critica-se constantemente que há nas obras literárias de Tolstói elementos narrativos digressivos, explicitamente teóricos e descolados do enredo, fazendo com que a possível reflexão que o leitor teria por si só seja na realidade guiada por essa inserção “filosófica”. O mesmo se aplica aos ensaios de crítica da sociedade, por exemplo, em que há contos ou histórias particulares que, alega-se, não podem ser tomados como uma lei geral e universal. Foram diversos autores — como Flaubert, Turgueniev, Wittgenstein, Mikhailovsky — que contribuíram para que a fama de Tolstói fosse a de que é um excelente escritor de ficção, mas um mau pensador¹. Como bem indica Isaiah Berlin:

Aqueles que trataram Tolstói primariamente como um romancista, às vezes consideram as passagens históricas e filosóficas espalhadas por Guerra e Paz tanto como uma interrupção perversa da narrativa, quanto como uma lamentável responsabilidade pela digressão irrelevante característica desse grande, mas excessivamente opinativo, escritor, um desequilíbrio, uma metafísica caseira de pequeno ou nenhum interesse intrínseco, profundamente inartística e completamente estranha ao objetivo e à estrutura da obra de arte como um todo.²

Como já citei, a exemplo disso está o escritor Ivan Turgueniev, o qual mantinha uma incessante discussão com Tolstói sobre com que propósito suas obras deveriam ser escritas. Era comum na Rússia oitocentista haver um certo fetiche por tudo que fosse francês, e na literatura não era diferente. A questão da “arte pela arte”, concepção originalmente francesa, foi o que influenciou Turgueniev em suas críticas a Tolstói. Mas não é por essa via que o presente trabalho se propõe caminhar, inclusive seria “contra-tolstoiano” de nossa parte, sem mencionar que também seria o oposto do movimento realista do qual Tolstói faz parte. Como se verá em “ato” — isto é, não pretendo aqui me deter extensivamente na questão do estatuto da arte, mas demonstrá-lo ou perpassá-lo indiretamente — a obra de Tolstói caminha diametralmente na direção oposta a essa via de interpretação da arte como objeto de prazer e deleite desinteressado³. Não há nada de prazeroso no *realismo* literário das páginas de *Ressurreição*

¹ BERLIN, Isaiah. *Russian thinkers*. 1994, p. 238.

² *Ibidem*, p. 24-25.

³ O ensaio *O que é arte?* de Tolstói é um dos polêmicos textos em que o autor critica toda e qualquer obra artística que aflore esse sentimento burguês. Não só isso, o autor critica a própria ocupação artística, que ele enxerga como sendo um parasita ocioso, que vive às custas do dinheiro de nobres, isto é, indiretamente a classe artística deve sua

ou no conto *Manhã de um senhor de terras*. Há questões sociais urgentes que não podem ser ignoradas nem mesmo pelos artistas burgueses ou nobres. E por esse motivo que talvez esses trechos tão criticados — não só em *Guerra e Paz* como também nos próprios escritos filosóficos em que o autor “insere” uma espécie de conto, relato, ou mesmo diário — não sejam símbolo de uma falta de talento ou tato, ou inseridos como propaganda ideológica, mas sejam tanto uma forma coerente de expressão do movimento realista, quanto sirvam como uma complementariedade argumentativa, uma prova de que *pensamento e o modo como se apresenta o pensamento* não estão dissociados.

Tomando emprestada a defesa que Isaiah Berlin faz de Tolstói em *Russian Thinkers*, acredito que não há como ele ser coerentemente analisado sem ter em mente que antes de ser escritor, Tolstói foi uma pessoa que questionava, que se revoltava, e que, portanto, tinha *algo a dizer*. Quando vemos de perto, tanto a questão de os escritos teóricos supostamente possuírem contos “demais” ou da escrita da literatura parecer filosófica “demais”, percebemos o sentido que ele busca com isso. Os contos e histórias que Tolstói insere em seus trabalhos teóricos, por exemplo, poderiam seguir um raciocínio aristotélico, isto é, que eles não dizem sobre uma realidade de um particular, mas dizem respeito a uma situação universal, eles fundamentam suas críticas e auxiliam o leitor a compreender não só pelos dados estatísticos, mas pelo olhar de uma pessoa real.

Como o próprio Tolstói defende em *Ressurreição*, romance que será mais à frente discutido, dificilmente alguém muda sua postura ética, ou consegue sentir o sofrimento de alguém, simplesmente ao ser informado que tal problema existe no mundo. Saber que existe fome, saber que existe miséria e injustiça, assim, dessa forma abstrata, sem um sujeito que sente aquela fome, que é miserável e que sofre a injustiça praticada por um alguém, não dá conta de mover um leitor a alguma ação, nem sequer a sentir. Tolstói parece muito consciente disso e seus contos e histórias, sejam inseridos no meio de um texto filosófico ou não, estão aí para aproximar os leitores do problema, não são um enfeite poético e não constituem uma quebra. Ao que me parece, há na verdade continuidade e complementariedade entre as partes. Por isso arrisco a dizer, como Isaiah Berlin, que Tolstói não seria um escritor coerente sem ser um pensador coerente. Seus escritos burlam o formato padrão de escrita e não se limitam ao estilo só por uma questão de convenção; o fato é que os contos, romances e ensaios têm muito mais a ver com manter a coerência daquilo que se pretende dizer. Caso contrário, ele correria o risco de produzir, como alguns outros escritores, flagrantes contraditoriedades entre pensamento,

existência pelo fato de existir uma elite que explora os trabalhadores. TOLSTÓI, Leon. *O que é arte?: a polêmica visão do autor de Guerra e Paz*. 2016.

ações e sua literatura — escritores que Tolstói critica veementemente, aliás. Assim, nada mais justo do que usar o próprio Tolstói em sua defesa: que a literatura não pode ser ignorante sobre o mundo, afinal sua crítica não é senão imanente e lhe é caro que compreendamos o realismo literário ao qual sua teoria está conectada.

Tendo feito essas considerações, o que a pesquisa aqui se propõe? Primeiramente, nenhuma nova proposta política se baseia na ideia de que o curso de uma sociedade está em perfeitas condições — seria o mesmo que fazer um protesto conservador. As rupturas com antigas concepções de vida, ou mesmo de contraposições filosóficas ou artísticas, são movidas pela ideia de fundo de que a antiga tem algo de problemático ou que precisa ao menos ser refinada. Por isso, ao se defender aqui que Tolstói possui um desenho de sociedade e de educação, é preciso também compreender contra o que essa teoria está se posicionando. Tendo isso em vista, o caráter contextual não possui somente a função de inserir o leitor no ambiente comum de Tolstói, mas também tem sua função metodológica. Tanto os escritos de Tolstói quanto essa pesquisa se pautam no diagnóstico mais próximo da realidade em que a sociedade se encontra — aqui em específico a relação interclasses na Rússia do século XIX—, algo que deriva fortemente da linha realista (literária) do autor. A questão metodológica aqui também se expande para a não distinção valorativa entre escritos filosóficos e literários. A unidade da obra de Tolstói não se expressa somente na interpretação que tenho de que ética, política e educação estão em relação direta, como também está representada na maneira de escrita de Tolstói, fazendo com que seus textos passem muito longe do purismo da distinção entre Filosofia e Arte. O que nos faz pensar se a proposta emancipatória também não está expressa no modo de escrita ou ao menos não deveria estar na nossa visão sobre Filosofia e Literatura.

Porém, o que se quer dizer com “projeto político-educacional de Tolstói” e sua relação com o princípio da não-violência? Como se verá, o grande “inimigo” de Tolstói são as inúmeras formas de violência, seja a violência entre indivíduos, entre povo e Estado, ou entre professor e aluno. A violência é um mal real (não um mal metafísico, seja filosófico ou religioso), mas ocorre que nem sempre estamos despertos para notá-la. Há diversos fatores, que serão expostos nos próximos capítulos, que fizeram com que a violência se naturalizasse. Nomear e definir amplamente o que é a violência é uma das bases mais importantes para compreendermos os motivos pelos quais o princípio do agir não violento é uma posição anarquista e pacifista e, por mais que o âmbito ético esteja presente na discussão dessa pesquisa, acredito, como se verá, que sua expressão máxima é realizada no confronto político contra qualquer autoridade despótica e ilegítima.

A tentativa de interpretação sobre o princípio da não-violência que aqui faço, o leitor perceberá, está mais próxima de uma visão de diretrizes práticas, embora não normativas em sentido forte — como o próprio autor ironiza, como é que podemos exigir ou forçar alguém a não ser violento? Logo, essa interpretação se faz coerente com a postura não-autoritária e não-hierárquica que todos os aspectos do projeto do autor buscam demonstrar.

Por outro lado, podemos questionar se Tolstói era realmente consciente sobre sua época. Seus escritos tinham coerência com a realidade ou somos guiados através de um olhar míope? Para responder de modo mais apropriado a esta pergunta, o primeiro capítulo deste trabalho se propõe a deflagrar o contexto histórico da Rússia oitocentista, pois é preciso remontar a esse tempo para compreendermos situações, crises, misérias, hierarquias, interesses e jogos políticos que a todo momento veremos como pano de fundo nas obras de Tolstói. Porém, não irei acompanhar todos os meandros que os livros de história e séries geralmente nos mostram, isto é, aqueles que acompanham a vida do imperador e da nobreza e mostram as guerras “extraordinárias” como grandes conquistas de uma nação. Pelo contrário, me mantereí fiel à visão crítica de Tolstói: veremos a história a partir do viés do “patrão e do trabalhador”⁴ e o modo como essas duas classes dividem a sociedade ao meio. Neste primeiro capítulo, por ter um cunho mais de contextualização do período, utilizo como principais referências as obras de Jerome Blum, *The End of the Old Order in Rural Europe*, de Isaac A. Hourwich, *The Economics of the Russian Village* e Vladimir Lênin, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*.

Após esse primeiro momento torna-se impossível não questionar: será que é dessa maneira que a sociedade deve ser? Em vista disso é que então, no segundo capítulo, exponho o projeto político de Tolstói fundamentado no princípio da não-violência, conforme mencionado. Em resposta aos ideais corruptos e injustos que a sociedade se vê entrelaçada, onde se destinam pessoas à miséria e a um círculo de violência, uma ação baseada no princípio da não-violência busca quebrar essa corrente. Este princípio assim manifesta-se principalmente na forma de uma espécie de prática de desobediência civil, uma insubmissão quer frente ao governo, ao serviço militar, às instituições religiosas, ou mesmo à escola tradicional.

Aqui também tratarei brevemente a respeito das comunidades sectárias, principalmente os *doukhobors*⁵. A comunidade dos *doukhobors* não é mero exemplo, ela expressa princípios

⁴ Entende-se aqui a dicotomia patrão e trabalhador como abarcando inclusive a ideia de nobres e mujiques, senhores de terra e servos; independentemente da situação mais ou menos livre do trabalhador, o patrão é quem tem posses, o trabalhador o que tem o corpo para o trabalho.

⁵ Em russo, *doukhobors* significa “lutadores do espírito”, esta é uma das tantas comunidades sectárias cristãs das quais possuem posicionamentos semelhantes a Tolstói e que o autor intercedeu em alguns momentos em que mais eram perseguidos na Rússia.

simpáticos a Tolstói e tem influência sobre duas obras fundamentais: o ensaio *O reino de deus está em vós* e o romance *Ressurreição*. Na primeira parte do capítulo exponho a narrativa do romance e procuro demonstrar como através desse estilo literário Tolstói discute sobre temas ligados ao preço do progresso e a precariedade da sociedade, principalmente no que concerne aos sistemas prisional e judiciário. Mesmo em se tratando de um romance curto — *Ressurreição* tem 429 páginas, *Guerra e Paz*, a depender da edição, entre 1800 a 2490 — optei por me concentrar nos 2/3 iniciais do livro, dado que, quanto mais o romance avança, mais seria necessário apresentar cada novo personagem, novo caso, novas relações e conflitos, os quais servem principalmente para tornar mais e mais chocante os absurdos e deixar mais caótico o cenário carcerário russo — e que as duas primeiras partes já exercem sozinhas o papel da contextualização dos problemas que nos interessam aqui. Ficará evidente o quanto o romance traz para o primeiro plano as histórias particulares que provam, de uma maneira ou de outra, que a prisão é uma instituição que serve aos interesses de uma classe. Ela não se propõe, em última instância, a reinserir o preso na sociedade, mas sua marginalização tem uma outra utilidade. Tolstói então defende aqui, mais primariamente, que o crime não foi cometido pelo preso, mas contra ele, pois a vida que o criminoso se viu obrigado a seguir lhe foi imposta.

Já em *O reino de deus está em vós*, Tolstói busca fundamentar sua teoria anarco-pacifista estabelecendo o princípio da não-violência tanto nos aspectos éticos quanto políticos — e é sobre esse último que detenho-me mais. Dessa forma, tento reconstituir a argumentação, fazendo recurso a outros ensaios políticos do autor para complementar a exposição. A questão central que se apresenta é a de que a vida não é um sofrimento porque este é o destino da humanidade como castigo divino, e sim por causa da extrema desigualdade que as sociedades criaram para si próprias. Essa desigualdade é mantida por fatores que Tolstói elenca e que expressam aquilo que ele caracteriza como mera aparência de utilidade da violência e que auxilia na justificação do sofrimento. É então que Tolstói, numa tentativa de barrar o círculo vicioso de violência que a sociedade parece perpetuar, propõe meios de inutilizar os domínios do Estado.

No âmbito ético é que fica mais evidente o quanto o autor utiliza-se das máximas cristãs, como o amor ao próximo. Entretanto, há uma limpeza da metafísica religiosa, pois para o autor não é necessário acreditar em alguma entidade, ou em milagres e ritos místicos, para compreendermos o princípio. Afinal, para Tolstói, não se trata de uma crença, mas de um modo de vida em resposta à organização social tal como está dada.

Por fim, apresenta-se a questão de que não deveríamos ter que resistir eternamente a uma sociedade injusta, mas achar meios para mudá-la. “Então, o que deve ser feito?”, foi a

pergunta que guiou diversos autores na Rússia — como Lênin e Tchernichevski — mas aqui, neste último capítulo, busco expor possíveis mudanças a partir da educação, principalmente a popular. Para esse objetivo, utilizo sobretudo o *Diário de Liev Tolstói de novembro e dezembro de 1862*, no qual ele se dedica a registrar e refletir sobre o dia a dia da escola de Iasnaia Poliana fundada por ele; a carta sobre educação endereçada a Pável Ivánovitch Biriukov e os ensaios *Da instrução popular* e *On Methods of Teaching the Rudiments*. Nesses diferentes tipos de textos acredito que possamos encontrar não uma receita de como preparar uma nova geração ou de como montar uma escola ideal, porém a base para a sustentação dos pilares que qualquer educação que se pretenda democrática deve seguir se quiser mesmo formar uma geração de pessoas autônomas e livres.

Por fim, o que se busca nesse trabalho é também fazer jus ao esforço de Tolstói, o qual em vida lamentou que as críticas populares se concentravam em reações conservadoras e jamais atacavam ou consideravam sua teoria sob o ponto de vista “filosófico, moral e social”⁶. Se ao final o leitor sentir que não concorda com a explicitação da teoria deste autor russo, e de fato as críticas são contundentes, espera-se ao menos que examinem senão estamos aceitando tantas formas de violência diária e se perguntem se realmente é assim que deve ser.

⁶ Cf. TOLSTÓI, Liev. *O Reino de Deus está em vós*. 2018, p. 50.

1. “O PATRÃO E O TRABALHADOR”⁷: CONTEXTO HISTÓRICO DA RÚSSIA OITOCENTISTA

“O campesinato, nosso leal povo, irá receber sua recompensa de Deus”.

Alexandre I, 30 de agosto de 1814.

“*Bog vysok, Car daliok* [Deus está lá no alto e o czar está longe]”.

O objetivo deste capítulo é traçar o pano de fundo histórico almejando a compreensão do posicionamento literário, ético e político de Tolstói frente à desigualdade na sociedade russa e sua origem. Se olharmos superficialmente para a história russa, a impressão que temos é a de que parece haver ali somente um conglomerado de pequenas comunidades isoladas que, por força do acaso, se tornaram uma nação e que, num percurso natural e necessário, foram levando um sistema de servilismo até o século XIX. Procuo aqui, muito pelo contrário, demonstrar alguns dos pontos que impossibilitaram aos camponeses saírem de sua situação de miséria, bem como o grande interesse da nobreza e dos governantes na manutenção desse sistema. Não poderei tratar em detalhes de todas as inúmeras reformas e legislações, bem ou malsucedidas, nem dos diferentes posicionamentos dos tsares e tsarinas, tal como esse estudo mereceria. Por esses motivos, me concentro mais em entender qual é a real condição de vida a qual os camponeses russos, principais personagens da literatura tolstoiana, estavam sujeitos.

Nesse capítulo, teremos duas subdivisões, separadas pelo marco da Reforma Emancipadora de 1861. No primeiro subcapítulo tratarei da relação entre senhor e servo no período do final do século XVIII até as vésperas da reforma. Já no segundo, exporei o modo como se deu a reforma, quais os reais interesses com a emancipação dos servos, as consequências desse decreto brusco e como isso propiciou o desenvolvimento do capitalismo em menos de 50 anos.

1.1. O SERVILISMO ANTES DA REFORMA EMANCIPADORA

De início, quero expor o abismo que havia entre os proprietários de terras e os servos camponeses, mostrando a desigualdade entre as classes, os privilégios dos nobres e a condição de vida à qual os camponeses estavam submetidos. Posteriormente, me deterei um pouco sobre a questão da resistência dos servos quanto a legislações, novos instrumentos de trabalho e a

⁷ Os títulos dos capítulos são inspirados nos títulos de textos ou contos do próprio escritor: “O patrão e o trabalhador” (1894), “Mas precisa mesmo ser assim?” (1900) e “O que deve ser feito?” (1899).

ideia de progresso e liberalismo que estava em voga. Em diversos momentos, remeterei certos fatos históricos às obras de Tolstói, pois elas nos ajudam a compreender mais intimamente as consequências dos grandes movimentos na vida particular dos camponeses.

Antes de esclarecer em minúcias qual era a condição dos camponeses russos (*mujiques*), sejam servos ou libertos, quero aqui estabelecer os parâmetros de fortuna e privilégios que a nobreza possuía. Diferente de outros países europeus, a propriedade de um nobre russo não era medida pela quantidade de terra que se tinha, mas por quantos servos homens adultos se possuía. Para se ter uma ideia, em meados do século XIX, o conde Dmitri Nikolaevich Sheremetev (1803-1871), o segundo maior proprietário da Rússia, perdendo somente para o próprio tsar, possuía quase 300.000 servos de ambos os sexos e mais de 1,9 milhão de acres de terra⁸. No outro extremo da escala da nobreza, constam milhares de pequenos nobres, cujas propriedades e condições de vida não diferiam das dos camponeses vizinhos ou dos que não possuíam terras. Essa parcela da baixa nobreza, conhecidos como nobres de sandália (*sandal nobles*), viviam de maneira tão humilde quanto os camponeses mujiques. A própria alcunha de nobres de sandália referia-se a sua falta de recursos para comprar uma bota de inverno⁹, e sendo assim, usavam, como os mujiques, meias com sandálias (*lapti*) amarradas no peito do pé. O que esses *sandal nobles* possuíam não era nada mais nada menos que um mero título, pois a condição de vida era tão miserável e dura quanto a de um mujique comum. Por incrível que pareça, havia na Rússia muitos milhares de nobres que viviam lutando para não passar fome, mesmo quando dispunham de um pequeno número de servos. Em 1858, 40% de todos os nobres proprietários de terras tinham menos de 21 servos do sexo masculino. Esses pequenos proprietários eram encontrados principalmente na região montanhosa, geralmente não tinham camponeses em suas propriedades, viviam e se vestiam como seus vizinhos camponeses, e frequentemente eram menos abastados do que os camponeses prósperos¹⁰. Havia inclusive, nobres sem-terra, os quais assumiam uma propriedade rural de algum nobre e pagavam a ele os mesmos tributos em trabalho e dinheiro que um mujique deveria pagar ao seu senhor de terras. No entanto, mesmo em condições precárias, defendiam com unhas e dentes os seus devidos privilégios, os quais, mesmo assim, não os salvavam da fome.

Ao que parece, muitos servos obtinham melhores condições de vida do que os próprios *sandal nobles*; entretanto, não estavam isentos de sacrifícios. Durante os séculos XVIII e XIX¹¹,

⁸ Cf. BLUM, Jerome. *The End of the Old Order in Rural Europe*. 2017, p. 25.

⁹ Cf. Ibidem, p. 26.

¹⁰ Cf. Idem.

¹¹ Cf. BLUM, Jerome. *The End of the Old Order in Rural Europe*. 2017, p. 31-32.

os camponeses servos poderiam angariar sua “liberdade” através da emancipação dada voluntariamente por seu senhor, que foi o caso dos servos de Tolstói. Outra opção seria comprar sua liberdade, dispendendo para isso uma grande quantia em dinheiro. Ou, por fim, alistando-se no serviço militar, o que nem sempre era uma opção desejável, dado que o homem passaria anos fora de casa, fazendo com que a família perdesse uma força de trabalho.

Um punhado de camponeses ricos, que haviam ganho suas riquezas através do comércio e da indústria e que pagavam altos preços por sua emancipação, tornaram-se membros da burguesia. Os outros, uma vez libertados, foram inscritos na categoria de camponeses estatais e, portanto, permaneceram em um status não-livre, embora não tão constrangedor nem degradante como o do servo. Na segunda metade do século XVIII, o governo ofereceu privilégios especiais aos estrangeiros para convencê-los a colonizar regiões não povoadas da Rússia Europeia.¹²

Essa também foi a maneira pela qual o governo ludibriou muitos camponeses a migrarem para a Sibéria, por exemplo, prometendo uma vida melhor, terras para o cultivo ou empregos nas minas, o que só foi possível com a crescente expansão dos ideais liberais do então tsar Alexandre II¹³. Contudo, as opções de emancipação eram somente um outro tipo de amarra. Uma vez na Sibéria, muitos desses camponeses viam-se em terras inférteis, trabalhos forçados e de alto risco, voltando de mãos vazias para as suas aldeias de origem.

Um caso também comum era o de camponeses que, uma vez livres, mas sem condições de comprar terras, alugavam plantações dos senhores e, quando a colheita não era suficiente, se endividavam, sendo novamente convertidos em servos para pagar as dívidas. É o que nos mostra Blum: “Dados oficiais da década de 1830 mostraram que 131.013 camponeses adultos livres haviam sido transformados em servos nas províncias de Vilna e Kovno. [...] entre 1836 e 1850, apenas 18.986 homens adultos, ou menos de 15%, foram restaurados à liberdade”¹⁴. E não podemos esquecer que esse número expressa somente a quantidade de homens adultos, sendo que consigo eles carregavam uma família inteira: esposa, 3 a 6 filhos (em média) e os pais idosos.

Alguns historiadores consideraram o fato de que a dependência ou servidão desses camponeses não estava ligada a suas pessoas [...]. Em vez disso, eles argumentaram que a dependência aderiu à terra. Tornava-se parte do preço que o camponês pagou pelo uso de sua propriedade ao senhor, que possuía a posse superior da terra. Como

¹² *Ibidem*, p. 32. *Tradução minha*.

¹³ Sobre a migração dos camponeses e servos russos à Sibéria pode-se conferir o capítulo V do trabalho de Otávio Guilherme Velho, onde ele faz uma reconstituição detalhada desse evento e a contribuição para a instauração do sistema capitalista na Rússia. O presente trabalho não pretende entrar nesse tema, ficando então a sugestão de leitura: VELHO, Otávio G. O campesinato e a fronteira no capitalismo autoritário russo. In: _____. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 54-86.

¹⁴ BLUM, Jerome. *The End of the Old Order in Rural Europe*. 2017, p. 32. *Tradução minha*.

quase toda a terra dessas sociedades pertencia a senhores — sejam príncipes, nobres, instituições ou burgueses — quase todos os camponeses deviam obrigações servis.¹⁵

Essa é uma interpretação que ajuda a compreender o modo como o servilismo perdurou e transformou mais e mais camponeses em servos: os camponeses precisavam de terras para cultivar e ter o seu sustento; com inúmeras guerras, pagas pelos impostos dos camponeses, aliás, não era raro os campos ainda serem invadidos ou servirem de acampamento para uma tropa de seu próprio país, que saqueava, queimava e destruía as plantações, o que arruinava uma aldeia inteira; ou, o que era mais recorrente, muitos simplesmente não tinham o direito de possuir uma terra sem a obtenção de um título, dados os cercamentos; não lhes restava outra alternativa senão a de alugar a terra de um senhor. Caso não conseguissem pagar o aluguel em dinheiro ou em produtos, eles se tornavam servos para saldar suas dívidas. E, uma vez sob o mando de um senhor, eles viviam à mercê do que o senhor quisesse:

A alienação de servos sem-terra, muitas vezes envolvendo o desmembramento de famílias, revela a profundidade da degradação à qual os servos foram reduzidos em muitas das terras do leste. Eles foram vendidos, hipotecados, trocados e jogados fora. Esse conceito de servo como uma propriedade, algo que poderia ser entregue a outra pessoa, aparentemente era um fenômeno em grande parte do século XVII e, especialmente, do século XVIII. A prática assumiu proporções especialmente grandes na Rússia. O código da lei de 1649 proibia a venda de servos, mas os donos de servos rapidamente e livremente desconsideraram a proibição. O governo central não fez nada para detê-los. Em vez disso, deu seu reconhecimento tácito por uma legislação como a proibição do uso do martelo pelos leiloeiros nas vendas públicas de servos, ou em 1833, e novamente em 1841, proibindo a separação dos pais e de seus filhos solteiros por venda ou presente.¹⁶

Não só os camponeses servos de senhores de terras estavam em uma situação insegura, porém também os servos do Estado, o qual enviava seus servos para construir pontes, ferrovias, trabalhar nas indústrias, principalmente na mineração e metalurgia. Em questão de números, em 1858, às vésperas da emancipação, os camponeses estatais ultrapassavam os servos; uma estimativa contemporânea coloca a população de camponeses do estado em 27,4 milhões e a dos servos em 22,8 milhões¹⁷.

Outra grande categoria de servos não-senhoriais era a dos “servos de pensão” (*appanage peasants*). Como foi dito anteriormente, o conde Sheremetev só era superado em riqueza pelo próprio tsar e sua família. Em 1860, havia mais de 800.000 servos de pensão que serviam a corte imperial, inclusive membros que não estavam na linha de sucessão ao trono. A vida para esse tipo de servo era consideravelmente mais tranquila que a do servo senhorial, dado que os

¹⁵ BLUM, Jerome. *The End of the Old Order in Rural Europe*. 2017, p. 33. Tradução minha.

¹⁶ Ibidem, p. 41. Tradução minha.

¹⁷ Ibidem, p. 43. Tradução minha.

trabalhos forçados e os castigos corporais como ocorriam no interior não eram uma realidade para esse tipo de servo. Porém, esses servos de pensão, assim como em qualquer outra categoria de servidão, precisavam pagar uma taxa em espécie aos seus senhores; essa taxa era pequena, girando em torno de 4 rublos por servo, porém foi o que rendeu no ano de 1860 3.344.000 rublos de pensão para 23 membros da família real¹⁸.

Por fim, só gostaria de mencionar mais uma categoria de servos. Em tempos de guerra, pobres de nações conquistadas também eram capturados e transformavam-se em servos; na Rússia, a maioria dos servos eram lituanos, ucranianos e poloneses. Em uma carta, o conde Sheremetev contabilizou seus lucros numa batalha na Livônia (atual Letônia e Estônia): "Nós capturamos um grande número de gado e estonianos; vacas agora podem ser compradas por 3 altyn, ovelhas com 2 dengi, crianças pequenas por 1 denga, grandes por 1 grivna ...".¹⁹

Certamente, a condição servil era também mantida por meio da profunda ignorância a que os pobres estavam submetidos e pelo óbvio interesse da nobreza em deixá-los nessa situação:

Em 1763, o publicitário dinamarquês J. S. Sneedorf, que favoreceu a reforma, em resposta aos argumentos dos conservadores de que a educação estragaria os camponeses, disse: "Eles provavelmente têm razão... As circunstâncias [dos camponeses] são tão miseráveis que é fácil de acreditar que um certo grau de estupidez e insensibilidade sozinhos podem tornar sua condição suportável e aquela felicidade do camponês, se ele ainda desfruta de alguma, cessará assim que ele começar a pensar e assim que ele for privado das duas principais consolações, a ignorância e a bebida."²⁰

E essa ideia nefasta, segundo a qual é um favor aos pobres deixá-los na ignorância, pois, caso contrário, eles não seriam mais felizes, é a fachada que esconde o conforto de saber que nenhuma revolta é possível. Inclusive, todas as reformas que o Império russo realizou ou tentou realizar somente visaram ao manutenção desse regime. Nem mesmo a libertação dos servos sob o regime do tsar Alexandre II serviu para melhorar as condições de vida desses servos, como veremos, mas teve como propósito evitar uma possível rebelião.

Ocorre, porém, que não somente a ignorância mantinha os servos na situação em que estavam, como também a confusa burocracia e a imensidão de tributos a que os servos estavam sujeitos. Já existe uma vasta bibliografia que explicita em detalhes essa questão, e por esse motivo não é o objetivo aqui tratar de todos os meandros da burocracia russa e dos diferentes

¹⁸ BLUM, Jerome. *The End of the Old Order in Rural Europe*. 2017, p. 43. Rublo é a moeda russa.

¹⁹ Ibidem, p. 46. *Tradução minha*. Convertendo para kopeks (o centavo de rublo): 1 altyn é a moeda equivalente a aproximadamente 3 kopeks, 1 denga (pl. dengi) equivale a ½ kopek e 1 grivna equivale a 10 kopeks. Essas eram moedas correntes da Moldávia e da Valáquia, e outras regiões eslavas.

²⁰ Ibidem, p. 47. *Tradução minha*.

tipos de pagamento, em trabalho ou dinheiro, que os servos precisavam cumprir; como já havia mencionado, o que importa aqui é compreender o contexto de deflagração da miséria e do oposto, isto é, da extrema riqueza. Desta forma, o que gostaria de salientar é o aparato estatal criado para manter o estilo de vida nobre e negligenciar a miséria camponesa.

Em 1838, o conde D. N. Sheremetev teve uma renda de 2,2 milhões de rublos e gastou 3,4 milhões²¹. Eis que fica a pergunta: como os senhores de terra não faliem? A resposta: banco para os nobres!

A partir da segunda metade do século XVIII, os governantes adotaram medidas mais positivas. Na Rússia, o governo estabeleceu um Banco de Nobres em 1754, nos anos subsequentes ampliou as fontes de crédito disponíveis para a nobreza e, na Carta da Nobreza de 1785, concedeu permissão às assembleias recém-autorizadas da nobreza de cada província para organizar bancos provinciais, a fim de conceder empréstimos aos nobres. Os nobres pediram emprestado não contra sua terra, mas contra seus servos adultos, ou "almas". No início, o empréstimo máximo por alma de uma instituição estatal de empréstimos não poderia exceder 10 rublos. Em 1804, o limite havia subido para 60 rublos.²²

Façamos as contas. Se, “hipoteticamente”, o conde D. N. Sheremetev precisasse de um empréstimo, pois dos seus 2,2 milhões de rublos ele gastou 3,4 milhões, logo estaria precisando de 1,2 milhão; contabilizando que em suas diversas propriedades ele possui a soma total de 300 mil servos, ou almas, bastaria hipotecar 20 mil servos para conseguir a soma necessária para saldar os gastos. E, mesmo que perdesse para o banco 20 mil servos, ainda lhe sobriariam 280 mil servos. Bem, esse cálculo é somente hipotético por não termos em mãos uma fonte que assegure que o conde Sheremetev tenha feito esse empréstimo, entretanto não é nada especulativo que tenha havido esse tipo de transação com outros nobres. Afinal, na Rússia do início do século XIX, 1,8 milhão, aproximadamente 20% de todos os servos adultos do sexo masculino estavam hipotecados em instituições de crédito do Estado, totalizando 110 milhões de rublos atribuídos (*assignat*). E de ano em ano esse número só crescia. Dados de 1859 revelam que 7,1 milhões ou 66% de todos os servos adultos do sexo masculino foram hipotecados nessas instituições, e a dívida total havia subido para 425 milhões de rublos de crédito. E, além disso, os nobres deviam grandes quantias de dinheiro a fontes privadas: em 1842 foram hipotecados 2,1 milhões de servos senhoriais.²³ A dívida tornou-se tão geral entre a nobreza que se transformou num modo de vida.

²¹ Cf. BLUM, Jerome. *The End of the Old Order in Rural Europe*. 2017, p. 166.

²² Ibidem, p. 168. Tradução minha.

²³ Cf. BLUM, Jerome. *The End of the Old Order in Rural Europe*. 2017, p. 169.

Em contrapartida, os pobres, quando não tinham renda suficiente para pagar por sua sobrevivência, procuravam rendas extras, como vender seus produtos no mercado e aldeias próximas. Em alguns lugares, a manufatura era fonte de renda sazonal ou de meio período (quando não era época de colheita), e se tornou em muitas regiões o meio de subsistência da comunidade, dada a baixa produção de alimentos pela infertilidade da terra:

A maioria dos camponeses dedicava-se à indústria caseira para complementar sua renda com a agricultura. Para essas pessoas, a fabricação era uma ocupação no tempo livre ou no inverno; frequentemente fornecia trabalho para as mulheres, crianças e idosos da casa. No entanto, à medida que a indústria rural crescia em importância, e à medida que aumentava o número de moradores sem-terra ou quase sem terra, um número crescente de camponeses tornava-se trabalhadores industriais em período integral. Eles abandonaram a agricultura ou a relegaram a uma ocupação secundária ou subsidiária.²⁴

Mas, claro, como tudo na Rússia, nem mesmo a produção de produtos manufaturados passou despercebida aos olhos dos senhores. Antes de 1760 não havia legislação para esse tipo de atividade, e a partir desse período houve a legalização da prática e a consequente cobrança de taxas por parte dos senhores para que os servos tivessem a “liberdade” de fabricar e vender os produtos²⁵. Entretanto, esse tipo de prática só era possível em regiões mais inférteis ou de colheitas sazonais, pois onde a produção de alimento e as obrigações para com os senhores cobria o ano todo, os servos não tinham dispensa para produzir essa renda “extra”, pois a indústria manufatureira dispndia muito tempo²⁶.

Mesmo assim, taxas e tributos não faltavam na vida do camponês e estas estavam sempre sujeitas a alterações, geralmente para pior. Há um conto de Tolstói, chamado *Iasnaia Poliana*, no qual o autor narra o percurso de 3 dias em sua propriedade. Cada dia detalha uma miséria diferente: primeiro dia, gente errante; segundo dia, os que vivem e os que morrem; terceiro dia, os tributos. No trecho sobre os tributos fica explícito o absurdo dessas taxações: estão confiscando os bens para saldar os débitos, pouco antes do ano-novo. De um homem tiram uma vaca, de um velho tiram o seu *samovar*, de uma mulher suas galinhas e de uma ex-aluna de Tolstói tiram sua novilha. No caminho por respostas, Tolstói é abordado por diversas pessoas queixosas, que não conseguem entender por que seus únicos bens estão sendo levados. Ninguém os informou de que débito se tratava, e ninguém entendia como poderia uma ovelha ou uma vaca complementar a renda do Estado²⁷.

²⁴ Ibidem, p. 174. Tradução minha.

²⁵ Cf. Ibidem, p. 175.

²⁶ Cf. Ibidem, p. 176.

²⁷ Cf. TOLSTÓI, Liev. *Contos Completos*, Volume III. 2015, p. 642.

[...] me dirijo ao sargento, que entra, e faço minhas perguntas sobre as medidas rigorosas que estão aplicando em nossa aldeia para cobrar tributos em atraso. Pergunto também o seguinte: que artigos da lei permitem cobrar os impostos desse jeito. O sargento me avisa que ao todo há sete tipos de tributos que agora são cobrados dos camponeses: 1) os do Tesouro, 2) os do *ziémstvo*, 3) os do seguro, 4) os das dívidas alimentares em atraso, 5) os do fundo de alimentação em lugar do pagamento em espécie, 6) os da comuna e da administração distrital, 7) os da aldeia.

O sargento me diz o mesmo que o estaroste, que a causa do rigor especial na cobrança é uma ordem das autoridades superiores. O sargento reconhece que é duro tomar dos pobres, mas já não se refere aos pobres com a mesma compaixão do estaroste, já não se permite julgar as autoridades e, acima de tudo, quase não tem dúvidas da necessidade de sua função e da ausência de pecado em sua participação nessas coisas.²⁸

Tolstói não vê muita saída, e detalha a busca por informações, mas tem de noticiar aos mujiques que é assim mesmo... não tem o que fazer. Mesmo no que diz respeito às ações dos senhores ou dos cobradores de impostos, mesmo quando não eram legitimadas pela lei, a petição por parte dos camponeses era quase impossível, dado que, mais uma vez, as cortes, constituídas por nobres, privilegiavam os senhores e o Estado. Nas obras de Tolstói fica evidente o poder de julgamento que os senhores tinham sobre os servos. E as sanções e os castigos não são exceções: as cortes dos nobres puniam os servos da maneira que quisessem.

Na Rússia, Pedro I, no início do século XVIII, reconheceu legalmente a autoridade judiciária de longa data dos senhores e, posteriormente, decretos de governantes durante o século XVIII estenderam essa autoridade. No século XIX, o governo fez gestos na direção de limitações aos poderes punitivos dos tribunais senhoriais. Em 1809, os senhores perderam o direito, concedido a eles em 1765 por Catarina II, de condenar servos a trabalhos forçados no Almirantado. Segundo informações, o governo decidiu rescindir esse poder depois que um dono de servos em 1807 condenou os camponeses a trabalhar duro lá por 20 anos "a fim de moderar a imprudência de seu comportamento". Nos anos seguintes, e especialmente nas décadas de 1830 e 1840, os estatutos definiram as sentenças máximas que os tribunais senhoriais poderiam pronunciar e exigiram que o senhor entregasse aos funcionários do governo aqueles a quem ele condenou a punições mais pesadas do que as que agora lhe permitiam.²⁹

O que espanta é como o governo central compreendia o limite da punição que um senhor poderia dar: ele "só" poderia condenar a no máximo 40 golpes de vara, 6 meses de prisão ou exílio na Sibéria. Ou seja, o poder na realidade era quase ilimitado. Mesmo que a sentença de morte fosse proibida, indiretamente ela poderia ser a consequência de alguma outra sentença, sem que ninguém fosse responsabilizado. Fica clara também a intenção de domesticar os servos, acreditando-se que através da punição eles se tornariam dóceis e obedientes. Não à toa a apelação à corte dos senhores era desacreditada, pois mesmo a lei ordenava que aqueles que se

²⁸ Ibidem, p. 644.

²⁹ BLUM, Jerome. *The End of the Old Order in Rural Europe*. 2017, p. 87. Tradução minha.

atrevessem a fazer denúncias às autoridades contra os seus senhorios, fossem espancados e até condenados a trabalhos forçados³⁰.

Outro fator importante de se mencionar a partir do conto *Iasnaia Poliana* é a falta de parâmetro para a cobrança de impostos: mujiques ricos e pobres estavam pagando o mesmo valor. Ocorre que a “riqueza” de um camponês não era medida pelo Estado em dinheiro, posses de animais, ferramentas, trabalhadores, quantidade de alimento produzido ou quantidade de terra fértil. Não. Sua “riqueza” era mensurada pela *mera* quantidade de terra que tinha, independentemente de ser fértil ou da localidade. Ocorre que o tamanho da terra não expressa o tanto de riqueza que ela pode gerar. E como as obrigações eram ditadas por esse parâmetro, em lugares de terras inférteis, como no norte da Rússia, era preferível obter o mínimo de terra possível nas redistribuições periódicas das terras aráveis da aldeia.

Nesse ponto fica evidente que o círculo de pobreza era algo difícil de ser quebrado. Blum mostra que, geralmente, o argumento da desvantagem era o que convencia o camponês pobre a se manter na sua própria miséria³¹: caso construísse uma casa melhor, os filhos futuramente poderiam ter que pagar taxas maiores; mais terras, mais alimento ou mais imposto teria de ser dado ao seu senhor. E contra isso, a quem se poderia recorrer, afinal? Esse é um caso que o conto *Manhã de um senhor de terras* expressa bem³². Neste conto, Tolstói nos apresenta a frustrada tarefa de um jovem proprietário, o príncipe³³ Nekhliúdob de apenas dezenove anos, que, ao visitar a propriedade rural da família durante as férias da universidade, como numa espécie de revelação, decide que seu papel na vida será melhorar as condições de vida dos mujiques que dele dependem. Pois, como argumenta para a tia: “Afinal, não é meu dever claro e sagrado me empenhar pela felicidade dessas setecentas pessoas, pelas quais vou responder perante Deus?”³⁴

O pequeno conto então se passa depois de um ano do início desse projeto e nos é narrada a manhã de domingo em que ele se dedica a ouvir as reclamações e pedidos dos servos domésticos e mujiques. E, já no primeiro caso da manhã, no simples pedido de Ivan Tchurissenok, o qual pede algumas madeiras para servir de escora para sua casa, o jovem proprietário descobre as dificuldades em prestar auxílio. A todo momento, ele cai num círculo

³⁰ BLUM, Jerome. *The End of the Old Order in Rural Europe*. 2017, p. 87.

³¹ Cf. Idem.

³² A parte inicial do conto se encontra disponível no apêndice desta dissertação.

³³ Na Rússia o título de príncipe e princesa não significava necessariamente que a pessoa era herdeira do trono ou que tinha vínculo com a família real. Esse era apenas o mais alto título aristocrático, e geralmente significava que um de seus ancestrais era um senhor feudal medieval.

³⁴ TOLSTÓI, Liev. *Contos completos*, V. I, 2015. p. 512.

vicioso onde se tenta remediar uma parte, mas acaba por não perceber o todo, e seu auxílio é convertido numa situação de maior penúria ao mujique.

Ivan, apelidado pelo senhor de Tchuris, está com a casa em tão mal estado que está prestes a cair, e seu único pedido é que o patrão ceda umas escoras. O senhor pensa que isso não seria o bastante, pois uma hora o restante vai apodrecer e cair, e assim só restará as escoras. Ele continua investigando para saber do que ainda o mujique carece: tempo e força de trabalho, pois a velhice já está presente, nele e na esposa; ambos, fatigados pelos anos de serviço, ainda não estão livres dos trabalhos obrigatórios ao *mir* e ao senhor, e nem sequer possuem uma boa horta para sustentar a família. Sua única ajuda é o pequeno filho de 7 anos e suas irmãs. Bem, qual a solução que o senhor propõe? Mudem de casa, há uma nova *isbá*³⁵, numa outra propriedade, que foi recém-construída. A ignorância do patrão é evidente, mas ele acredita piamente que o ignorante é o mujique que lhe recusa a proposta. Os motivos da recusa? Ele não conhece a terra, não sabe se a água de lá é boa, não sabe a quantidade de trabalho que a propriedade demanda, e nem como iria pagar por tamanho bem; afinal, nada vem de graça. A sua miséria é conhecida, ele sabe os seus limites e sabe como conviver com isso. A resistência perante a incerteza, perante a possibilidade de se endividar e acabar numa situação pior, somando-se a isso a ausência do conforto do já conhecido, do que chama de lar, é algo que o prende ao cenário em que se encontra.

Essa questão também é vista mesmo na elite dos camponeses. Quando possuía um excedente, ele gastava para melhorar as condições de conforto do seu lar, e não para melhorar as condições de trabalho, fazendo com que por um longo tempo as técnicas de agricultura permanecessem rudimentares. Aqui, não estou afirmando que teria sido necessária a implementação de uma grande indústria de produção, pois, como sabemos e veremos no período posterior à reforma, esta pode igualmente visar a exploração. Algo totalmente inverso seria buscar diferentes maneiras de otimizar o trabalho, para que não fosse tão árduo e com tão pouco resultado. Acredito que não se trata de encarar a questão como uma dicotomia, visto que isso acaba por demonizar avanços tecnológicos — que contribuem para melhorar a vida do trabalhador — e a romantizar o “legítimo” trabalho do campo de foice e enxada — ignorando as condições físicas dos trabalhadores. Entretanto, essa empreitada, quando ocorreu, foi falha. Os avanços, mesmo quando vinham para melhorar as condições de trabalho, não eram bem-vistos pelos mujiques, e as críticas elitistas de que eles eram ignorantes tinham sua razão, mas

³⁵ *Isbá*: moradia típica dos mujiques, onde toras de madeira eram sobrepostas somente por encaixe, dado que o preço do metal para a fabricação de pregos era alto.

apenas porque esses mesmos senhores *produziam* durante séculos camponeses ignorantes e desconfiados!

Acorrentado a uma esteira da qual não havia escapatória, impotente, ignorante, desprezado por aqueles que estavam acima dele na hierarquia, que durante séculos o haviam enganado e explorado, o camponês desconfiava naturalmente daqueles que procuravam convencê-lo a adotar métodos mais eficientes e assim plantar novas colheitas. Não era apenas que ele era um "prisioneiro da tradição" (como um historiador o chamou). A dura experiência lhe ensinara que o senhor e o Estado eram os principais beneficiários dos seus maiores esforços. [...] a imagem tradicional da indolência camponesa e da resistência à mudança deve ser temperada.³⁶

O camponês não possuía uma mera ignorância ou teimosia; querendo ou não, esse era um ato de resistência. Tolstói, no texto *Instrução Popular*, adverte que devemos reconhecer que na realidade a indolência vem de cima para baixo e que devemos...

[...] dizer direta e francamente que não sabemos e não podemos saber do que precisam as futuras gerações, mas que nos sentimos no dever e queremos estudar essas necessidades, não queremos acusar de ignorante o povo que não aceita a nossa instrução, mas iremos acusar-nos a nós próprios de ignorantes e orgulhosos se tentarmos instruir o povo à nossa maneira. Deixemos de olhar para a resistência do povo à nossa instrução como para um elemento inimigo da pedagogia, e, pelo contrário, vejamos nela uma expressão da vontade do povo, pela qual se deve dirigir a nossa atividade³⁷.

O mesmo pode ser aplicado no que tange à resistência do mujique às mudanças forçadas no seu estilo de vida e de trabalho, as quais encaro aqui como sendo também tentativas forçadas de instrução, na medida em que o nobre quer ensinar ao camponês a melhor maneira de se viver. Assim como Tolstói, Blum também ressalta um fator positivo advindo desse movimento de resistência à interferência externa, que, obedecendo a uma lógica própria de raciocínio, fez com que crescesse o comum acordo entre os camponeses:

A retenção das formas tradicionais mantinha viva a consciência da comunidade e da responsabilidade do indivíduo para com o todo. Eles preservaram o espírito coeso que fez os aldeões reconhecerem seus interesses comuns e se unirem contra o mundo exterior. Os modos antigos também promoveram a estabilidade social e política e amorteceram o impacto de influências novas e perturbadoras.³⁸

Além disso, todas as ferramentas de trabalho de um camponês também estavam limitadas à praticidade e ao custo. Por muito tempo, os camponeses russos se limitaram a utilizar uma ferramenta primitiva chamada *sokha*, que era uma espécie de arado, com a diferença de que a estrutura era de madeira e a pá para revirar o solo era de metal. O *sokha*

³⁶ BLUM, Jerome. *The End of the Old Order in Rural Europe*. 2017, p. 119.

³⁷ TOLSTÓI, Leon. Da instrução popular. In: _____. *Obras pedagógicas*. 1988, p. 17.

³⁸ BLUM, Jerome. *The End of the Old Order in Rural Europe*. 2017, p. 127.

custava muito menos do que um verdadeiro arado, era preciso pouca habilidade para o manuseio, podia ser facilmente consertado, era tão leve que o lavrador podia carregá-lo no ombro e, o mais importante, precisava apenas de um animal para puxar³⁹.

Então, como Tolstói menciona, deve-se ter cuidado e procurar entender qual a lógica por trás da resistência do povo quanto aos avanços. Como iriam pagar pelas ferramentas e máquinas? Deve-se ter em mente que qualquer metal era caro demais para um mujique arcar, e mesmo assim, o aço só começou a baratear por conta da exploração das minas da Sibéria, também às custas do trabalho forçado de muitos servos e colonos. Há de se ter em mente que estes avanços da técnica e da ciência ignoram completamente a situação de quem mais é afetado por essas mudanças. Portanto, a resistência não era uma resistência meramente ignorante!

Por outro lado, também não se deve ter uma ideia romântica sobre a classe campesina: tensões surgiam ocasionalmente entre as diferentes camadas sociais que compunham mais particularmente o campesinato. Mesmo antes da reforma, havia uma divisão hierárquica em que os camponeses que possuíam maior quantidade de terras, mais riqueza e status, contratavam camponeses sem-terra para trabalhar ocasionalmente, mas geralmente com a desconfiança de que esse tipo de camponês não devia ser mantido por perto⁴⁰. Havia até mesmo proibições de casamentos entre camponeses de diferentes condições financeiras e mesmo a desconfiança de que a qualquer momento poderiam roubar algo ou que estavam consumindo a comida que deveria ser estocada. Obviamente, um reflexo da vida que levavam: a todo momento preocupados com a sobrevivência, sempre a um passo da miséria, fazendo com que houvesse disputas entre si.

Fator que agravava a tensão era o fato de que o voto dos camponeses ricos ou uma petição tinham mais peso nos tribunais regionais, não sendo muito diferente em questão de desigualdade de julgamento ao que os senhores faziam com seus servos. No caso do conto *Colete* de Tolstói isso fica claro:

Um mujique fazia negócios e enriqueceu tanto que virou o mais rico de todos. Centenas de ajudantes trabalhavam para ele e o comerciante sabia o nome de todos.

Uma vez, sumiram cem rublos do comerciante. Os ajudantes mais velhos começaram a investigar e descobriram quem tinha roubado o dinheiro. O ajudante

mais velho foi falar com o comerciante e disse:

- Achei o ladrão. Temos de mandar para Sibéria.

O comerciante perguntou:

- E quem foi que roubou?

O ajudante mais velho respondeu:

- Ivan Petrov, ele mesmo confessou.

O comerciante pensou um pouco e disse:

³⁹ Cf. BLUM, Jerome. *The End of the Old Order in Rural Europe*. 2017, p. 132.

⁴⁰ Cf. *Ibidem*, p. 112-113.

- Temos de perdoar o Ivan Petrov.
O ajudante ficou surpreso e disse:
- Perdoar como? Assim os ajudantes vão fazer a mesma coisa: todos vão roubar à vontade.
O comerciante respondeu:
- Temos de perdoar o Ivan Petrov: quando comecei a fazer negócios, eu e ele éramos parceiros. Quando casei, não tinha nada para vestir. Ele me deu seu colete para vestir.
Temos de perdoar o Ivan Petrov.
E assim perdoaram Ivan Petrov.⁴¹

O patrão é na realidade um camponês que se deu bem na vida e que tem sob seu mando trabalhadores contratados. Não era nenhum exagero dizer que ele tinha poder para enviar o camponês pobre para a Sibéria. Mas o comum era que, nesses casos mais corriqueiros, os camponeses preferissem resolver suas disputas e desavenças entre eles mesmos mais do que requerer uma assembleia com autoridades externas, dado que a disputa só agravaria ainda mais a desconfiança dentro da comunidade⁴².

Muitas vezes as propriedades dos senhores formavam aldeias inteiras, mas nem sempre era o caso de o seu senhor estar próximo — era melhor até que não tivesse um patrão presente do que ter um mau. A maioria não vivia no campo e a administração das propriedades ficava ao encargo de um administrador da confiança do senhor e do conselho da comuna (*mir*). As comunas tinham certa autonomia nas decisões, mas, em última instância, era sempre o senhor quem tinha a palavra final. Nem mesmo os mujiques tinham total confiança no *mir* e, como no caso das cortes dos lordes, deixavam de apresentar queixas ou pedir ajuda, pois viam no conselho uma certa inutilidade, senão o completo reverso da justiça.

Novamente, o conto *Manhã de um senhor de terras* é bastante elucidativo. Lembrem-se que Ivan Tchurissenok tinha somente um simples pedido: umas madeirinhas para escorar sua *isbá* que estava torta. Nekhliúdob ofereceu outras alternativas, sempre recusadas por Tchuris e, por fim, frisa seu pedido inicial: somente as escoras. Ocorre que o príncipe Nekhliúdob diz que a madeira não é mais dele, mas que deixou ao *mir* para distribuir para quem precisasse e que, se ele quisesse, deveria se dirigir ao conselho. O final dessa sessão é esclarecedor no que diz respeito à relação dos mujiques com o conselho da comuna:

— Quando estabeleci essas regras, foi para facilitar a reforma das construções dos camponeses e deixei tudo na mão do *mir*. Aquela madeira, agora, já não é minha, mas de vocês, camponeses, e já não posso controlar o que se faz com ela, quem cuida disso é o *mir*, como você sabe. Vá à reunião de hoje; vou explicar ao *mir* o seu pedido; se eles decidirem dar uma *isbá* para você, tudo certo, mas agora eu já não tenho madeira.

⁴¹ TOLSTÓI, Liev. *Contos completos*, V. II, 2015, p. 117-118.

⁴² Cf. BLUM, Jerome. *The End of the Old Order in Rural Europe*. 2017, p. 115.

Quero ajudar você, com toda a minha alma; mas se você não quer se transferir, aí a questão já não é comigo, mas com o *mir*. Está entendendo?
 — Muito obrigado por sua misericórdia — respondeu Tchuris, embaraçado. — Se o senhor fizer a caridade de nos dar algumas madeirinhas, vamos ficar muito contentes... O que é o *mir*? A gente sabe muito bem...
 — Não, você vai lá.
 — Sim, senhor. Eu vou. Por que não ir? Só que não vou pedir nada ao *mir*.⁴³

Assim como o conto, Blum também indica que a regulamentação comunal se estendeu além do manejo do campo para o controle dos outros recursos da aldeia, seja pastagem, prados, pântanos, brejos, etc. Muitas vezes, esse compartilhamento podia se estender a outras aldeias, sendo regulado então pela *volost*⁴⁴, que era a instância superior ao *mir*. Assim, a comuna decidia como e quando eles poderiam ser usados, quem poderia usar e quanto uso poderia ser feito deles⁴⁵. Mas, ao mesmo tempo em que isso poderia indicar a autonomia tão desejada pelos camponeses, tornou-se uma outra ferramenta ainda para o Estado:

Os camponeses tinham espaço para atividades políticas e para algum grau de autogoverno no nível da aldeia. Quase em toda parte, os senhores permitiam aos camponeses bastante autonomia na administração das comunidades das aldeias. Nos séculos XVIII e XIX, no entanto, a autonomia comunitária declinou significativamente, à medida que os senhores, por razões particulares, intervinham cada vez mais nas operações internas da comunidade camponesa. Na Rússia, o governo em 1797 estabeleceu organizações distritais para o autogoverno pelo campesinato do Estado. Cada *volost*, como essas organizações eram chamadas, tinha cerca de 3.000 camponeses adultos e era chefiada por um administrador escolhido pela assembleia. No entanto, a constante intervenção e supervisão de funcionários do governo reduziu o auto-governo a uma formalidade e uma fachada.⁴⁶

Outro órgão administrativo que era essencial, mas que tomou formas maléficas para os camponeses no decorrer do tempo, era o *semstvo* ou *zemstvo*. O *semstvo* já existia desde o século XVI na forma de uma instituição de cobrança de impostos, mas ao longo da história do servilismo russo ele foi sofrendo uma refinada burocratização — e podemos assumir que seu ápice ocorreu com a reforma, mas trataremos disso adiante. Geralmente, esse órgão era dirigido pela nobreza e por camponeses mais abastados. Apesar de ter sido consagrado como um rigoroso órgão de cobrança de impostos, eles puderam expandir a rede de escolas primárias,

⁴³ TOLSTÓI, Liev. *Contos completos*, V. I, 2015. p. 528.

⁴⁴ Volost: “Unidade administrativa que remonta à Idade Média. Depois da abolição do poder administrativo e judicial dos donos de terras sobre os camponeses, foi instituída, no ano de 1861, a autogestão camponesa dessas unidades administrativas sob a supervisão de um funcionário do governo. A *volost* agregava localidades circunvizinhas numa quantidade de 300 a 2.000 homens. Os camponeses elegiam os órgãos administrativos locais e os próprios tribunais, ou seja, nas localidades individuais, o ancião da aldeia (*starosta*) e, nas unidades administrativas maiores, o ancião do distrito (*starchina*), bem como as demais pessoas administrativas e judiciais.” Nota da Edição Alemã de MARX, Karl. A correspondência entre Vera Ivanovna Zaslulich e Karl Marx. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Rússia*. 2013, p. 95.

⁴⁵ Cf. BLUM, Jerome. *The End of the Old Order in Rural Europe*. 2017, p. 123.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 49. Tradução minha.

construir estradas, fornecer assistência médica e instruir o campesinato em técnicas agrícolas. Mas ainda fica a pergunta: a que preço?

É com o diretor do *semstvo* que Tolstói por fim conversa, no conto *Iasnaia Poliana*, quando procura saber o motivo da cobrança rigorosa dos impostos:

Pouco depois disso, me aconteceu de falar sobre o assunto com um diretor do *ziémstvo*. Esse homem já tinha muita pouca compaixão da situação difícil dos miseráveis, que ele quase não via, e também tinha poucas dúvidas sobre a legitimidade moral de sua função. Embora na conversa comigo ele concordasse que, no fundo, seria mais tranquilo não exercer nenhuma função no serviço público, ainda assim se considerava um funcionário útil, porque outros em seu lugar seriam até piores. E, já que se mora no campo, por que não tirar proveito do salário de diretor do *ziémstvo*, por pequeno que fosse?⁴⁷

Com tantas injustiças, é de se admirar que uma revolução só tenha se efetivado em 1917. Acompanhando essa trajetória sempre vem à mente a pergunta que um colega, com toda simplicidade fez: “como isso tudo não explode?”. Não é por um único fator, mas, de fato, o completo isolamento em que as aldeias e distritos foram deixados, propositadamente, colaborou para que as pautas e as lutas não se organizassem.

Karl Marx comenta, em uma carta à Vera Ivanovna Zaslitch⁴⁸, que a comuna agrícola russa possui uma característica que a fragiliza, isto é, a falta de ligação entre uma comunidade e outra, que o autor conclui ser um fator que contribui para o surgimento do despotismo. Marx escreve ainda que esse isolamento se deve em parte à grande extensão do território, e que seria difícil para um governo central administrar, mas também pelas inúmeras invasões e guerras que a Rússia travou nesses territórios mais inóspitos.

Discordo aqui de Marx de que esse “microcosmo localizado” se dê devido a “fatalidades políticas”, e creio que ele decorre, na verdade, de um plano muito bem traçado e intencional por parte do próprio governo russo, o de dividir para conquistar. Isolada, uma aldeia nada podia fazer sozinha, sem mencionar que é mais fácil manipular a opinião geral da população quando não há comunicação e averiguação dos fatos. Algo que era massivo entre os servos era a opinião de que os senhores e o tsar eram “paizinhos”, para usar o termo dos contos de Tolstói, e, se eles não lhes faziam o bem, era porque forças burocráticas incompreensíveis os estavam impedindo de agir em favor do povo. Dificilmente passava por eles a ideia de que um governante estaria decretando ordens e leis arbitrariamente e que viriam a prejudicar a população — afinal, era em favor do povo que o tsar havia feito um juramento perante Deus!

⁴⁷ TOLSTÓI, Liev. *Contos completos*, V. III, 2015. p. 644-645.

⁴⁸ MARX, Karl. A correspondência entre Vera Ivanovna Zaslitch e Karl Marx. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Rússia*. 2013, p. 95.

Com muita propriedade, Engels constatou:

O povo russo, esse revolucionário instintivo, de fato empreendeu inúmeros levantes camponeses isolados contra a *nobreza* e contra funcionários individuais, mas *jamais contra o czar*, exceto quando surgiu um *falso czar* e reclamou o trono. [...] O czar, pelo contrário, é um deus terreno do camponês russo: “*Bog vysok, Car daliok* [Deus está lá no alto e o czar está longe]” é seu grito de socorro.⁴⁹

Neste sentido, ao contrário do que se interpreta comumente, não busco aqui culpabilizar os mujiques pela ordem social na qual foram afundados. Compartilho do posicionamento de Tolstói de que os verdadeiros interessados na existência do Estado e dessas legislações são os nobres e burgueses, os verdadeiros seres dependentes e que são responsáveis moral e legalmente por essa situação criada, e não que o Estado e as leis sejam obras de uma necessidade ou fatalidade frente às invasões e guerras. Pois, como muito bem comenta Isaiah Berlin, Tolstói via que os mujiques...

[...] tinham uma atitude mais "natural" e correta em relação a valores básicos do que os homens civilizados; e que são livres e independentes em um sentido que os homens civilizados não são. Pois (ele insiste nisso várias vezes) as comunidades camponesas estão em posição de suprir suas próprias necessidades, materiais e espirituais, com seus próprios recursos, desde que não sejam roubadas ou escravizadas por opressores e exploradores; enquanto os homens civilizados precisam, para sua sobrevivência, do trabalho forçado de outros — servos, escravos, as massas exploradas, chamadas ironicamente de “dependentes”, porque seus senhores dependem deles. Os mestres são parasitas em relação aos outros: eles são degradados não apenas pelo fato de que escravizar e explorar os outros é uma negação de valores objetivos como justiça, igualdade, dignidade humana, amor [...], mas, para além disso, para ele uma razão ainda mais importante é que viver de bens roubados ou emprestados, e assim deixar de ser auto-subsistente, falsifica sentimentos e percepções "naturais", corrói moralmente os homens e os torna ambos perversos e miseráveis.⁵⁰

A responsabilidade estava muito mais sobre os ombros desses homens de poder. Ora, o príncipe Nekhliúдов não estava errado ao assumir que tinha responsabilidade sobre setecentas pessoas. Mas, mesmo sabendo de todas as condições, sabendo que seus luxos e desperdícios só eram possíveis porque muitos morriam, ele não procurou transformar a ordem social, somente reformá-la.

1.2. A REFORMA DE 1861 E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

“Devemos libertar os camponeses de cima, antes que eles comecem a se libertar de baixo”

⁴⁹ ENGELS, Friedrich. Literatura de Refugiados. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Rússia*. 2013, p. 54.

⁵⁰ BERLIN, Isaiah. *Russian thinkers*. 1994, p. 247.

Alexandre II à Assembleia da Nobreza em Moscou,
em 31 de agosto (12 de setembro)⁵¹ de 1858.

A Rússia já estava passando da metade do século XIX e, enquanto a Europa era modelo de “progresso”, “instrução”, “cultura”, pregando e exportando seus ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade”, o país ainda vivia às custas de um sistema econômico fraco baseado no servilismo. Após a guerra da Crimeia, ficou ainda mais óbvio para o governo que a Rússia, com seus métodos de transporte antiquados, precisava se aprimorar. Ocorre que para bancar a construção de ferrovias por todo o país, os recursos da agricultura seriam insuficientes, e onde 9/10 da população era de servos — do Estado ou dos nobres —, mesmo suportando, geração em geração, as despesas da nobreza e de um governo militarizado, essa nova conta seria um golpe fatal. Fatal também para o governo, já que encarava revoltas e levantes, isolados ou altamente organizados, contra cada nova medida de taxaço ou precarizaço da condiço de vida dos trabalhadores e servos. A tecnologia de comunicaço da época, tão almejada pelos nobres, enfim se popularizou, isto é, o telégrafo e os jornais e revistas baratos fizeram com que o isolamento das aldeias fosse burlado por meio da notícia e assim as revoltas puderam se espalhar. Como o governo iria lidar com essa ameaça e ao mesmo tempo modernizar a produço e a distribuço? O esquema maquinado foi então o de que a emancipaço dos servos não só traria o benefício de fortalecer a indústria e o comércio, tão necessários para a manutenço do Estado, atraindo capital doméstico e estrangeiro para atividades industriais na Rússia, quanto apaziguaria os ânimos dos servos, os quais temia-se que poderiam arquitetar uma revoluço⁵². Esses foram os reais intentos do tsar Alexandre II — o Libertador! — ao decretar as Reformas Emancipadoras de 1861.

Nessa sessão tratarei, como anteriormente, não do conteúdo do decreto (*ukase*) em si, mas sim das consequências econômicas e sociais. Para tal objetivo, utilizo em alguns momentos o livro de Isaac Hourwich, *The Economics of the Russian Village*, porém acabo por me deter basicamente sobre o trabalho de V. Lênin, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, pois para a execuço desse livro o autor revisou todos os dados administrativos distritais e censos realizados pelo governo, bem como diversas obras que interpretam a questão agrária na Rússia, fazendo com que já haja na obra um estudo comparado e uma averiguaço dos fatos. Isso é um detalhe muito importante dado que muitos textos escritos na época baseavam-se em dados manipulados, passando a ideia de que na Rússia tudo estava muito bem, obrigado! No geral, os

⁵¹ Na Rússia ainda utiliza-se o calendário juliano. O calendário gregoriano possui um acréscimo de 13 dias em relação ao primeiro. Logo a data 31 de agosto (no calendário juliano) equivale a 12 de setembro (gregoriano).

⁵² Cf. HOURWICH, Isaac A. *The Economics of the Russian Village*. 1892, p. 28.

dados de que Lênin se utiliza são mais complexos, porém precisos: ele não analisa meramente o montante de dinheiro ou terra que um camponês possui, ele checa os dados das administrações provinciais a respeito dos arrendamentos, da compra de terras, os implementos agrícolas aperfeiçoados, os gastos pessoais e da propriedade por família, a posse de animais de trabalho e gado, as atividades temporárias que os camponeses tinham quando não trabalhavam na agricultura, o progresso da agricultura mercantil, e o desenvolvimento do trabalho assalariado após a reforma de 1861.

Como busco pelas consequências e não por uma análise exaustiva da lei, a tese principal de Lênin vem esclarecer o que de fato a Reforma Emancipadora trouxe para o sistema agrário: há na Rússia do período pós-reforma um “processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas”, o que “constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista”⁵³.

Assim, Lênin relata detalhadamente a formação de: 1) uma burguesia rural detentora de verdadeiras indústrias e comércios agrícolas, que possuem capital para comprar terras e tomar arrendamentos, assim como contratar trabalhadores e diaristas; 2) trabalhadores agrícolas assalariados que vendem sua força de trabalho, praticam diversos “ofícios”, bem como abandonam suas terras para a burguesia, dando-a em forma de arrendamento. Ele mostra, então, como as próprias comunas foram o meio pelo qual o sistema capitalista se desenvolveu e tornou possível a formação de uma extrema desigualdade entre os camponeses.

Primeiro, é importante distinguir ambos os sistemas, servil e capitalista, para que fique mais clara essa passagem de um para o outro. Anteriormente, no sistema baseado na corveia, o camponês dependia do senhor. “De fato, se este não tivesse poder direto sobre a pessoa do camponês, ser-lhe-ia impossível obrigar o trabalho para si um homem que possuía um lote de terra e o explorava. É necessário uma ‘coação extra-econômica’”⁵⁴. Como vimos no capítulo anterior, muitas amarras impossibilitavam a independência do camponês. Outro aspecto marcante do sistema servil é o caráter braçal do trabalho e de baixo rendimento, limitando-se às ferramentas que o próprio camponês poderia adquirir. Esse sistema viu seu fim com a Reforma Emancipadora, a qual aboliu a servidão. Mas claro que as coisas não mudaram imediatamente. Lênin afirma:

Mas é evidente que essa passagem a um sistema totalmente diferente não poderia efetuar-se bruscamente, e por duas razões: em primeiro lugar, ainda não estavam dadas as condições necessárias à produção capitalista. Para que elas existissem, era preciso uma classe de homens habituados ao trabalho assalariado, era preciso que os

⁵³ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. 1985, p. 35.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 124.

instrumentos do camponês fossem substituídos pelos do latifundiário e que a agricultura deixasse de ser assunto do senhor feudal e se organizasse como qualquer empresa industrial ou comercial. Todas essas condições só podiam formar-se gradualmente [...]. Em segundo lugar, a passagem imediata à organização capitalista era inviável porque o sistema da corveia fora apenas minado, mas não inteiramente eliminado. A economia camponesa separou-se da economia latifundiária, mas não completamente, os latifundiários continuaram a deter uma parte muito importante dos lotes camponeses — os *otrezki*, os bosques, as pradarias, os bebedouros para o gado, as pastagens etc. Sem essas terras (ou servidões), os camponeses não tinham condições de praticar uma economia independente e foi possível aos latifundiários prolongar o antigo sistema econômico sob a forma de pagamento em trabalho⁵⁵.

Dessa forma, em algumas regiões da Rússia, nos anos posteriores à 1861, foi possível notar uma mescla dos sistemas de corveia e capitalista. A grosso modo, o “remanescente direto da corveia”, o sistema de pagamento em trabalho, consistia basicamente em que o trabalhador levava seus próprios instrumentos de trabalho — foice, arado, animais, esterco —, já no sistema capitalista também se contratava trabalhadores, mas estes utilizavam os instrumentos do dono das terras. Em ambos os casos, os trabalhadores poderiam ser contratados por tarefa, em forma de parceria, ou em fornecimento de terras⁵⁶. Mas Lênin afirma que às vezes um sistema se mesclava em outro de tal forma que era quase impossível distinguir onde um começava e o outro terminava, pois, afinal, a vida reúne em si características que teoricamente seriam completamente contraditórias. Mas, para ser pontual, sem dúvida um aspecto do campesinato que sofreu uma grande mudança, e que se diferenciava do sistema anterior, foi o desenvolvimento e implemento massivo de máquinas agrícolas, mudando completamente o modo como o camponês se relacionava com a terra e com o trabalho. Esse fenômeno fez surgir na cidade de Sapojok, na província de Riazan, um centro de produção “artesanal” de segadeiras, debulhadoras e tararas. Somente de segadeiras, “em 1879, eram produzidas 780 por ano, em 1893 a sua venda anual era estimada entre 7 mil e 8 mil”⁵⁷. E em Táurida, surgiu um ofício até então inédito no país: o de aluguel de segadeiras para as colheitas.

Esse tipo de negócio, o de aluguel de máquinas, arruína justamente o campesinato médio que ainda está no meio do caminho em termos de sair do antigo sistema para o novo. Em momentos de dificuldade, essa classe do campesinato recorre ao sistema de pagamento em trabalho, como já citado; esse modo de trabalho se fundamenta no trabalhador que oferece sua mão de obra juntamente com suas ferramentas de trabalho e, conseqüentemente, para um dono de terras, esse tipo de trabalho não lhe rende muito, ficando a classe média camponesa cada vez mais sujeita à falta de trabalho e à miséria. “Por isso, a difusão de máquinas e instrumentos

⁵⁵ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. 1985, p. 124-125.

⁵⁶ Cf. *Ibidem*, p. 125.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 144.

agrícolas aperfeiçoados e a expropriação dos camponeses são fenômenos estreitamente ligados entre si”⁵⁸. Para fins de ilustração, “o emprego sistemático de máquinas na agricultura elimina o camponês ‘médio’ patriarcal tão inexoravelmente como o tear a vapor elimina o artesão que trabalha com a roca.”⁵⁹

Pensando também nessa comparação entre o antigo camponês e o novo tipo de operário agrícola, em algumas regiões criou-se uma hierarquia de tipos de trabalhadores, já que agora não temos somente os homens trabalhando nesse novo sistema, mas também mulheres e crianças:

Assim, nos estabelecimentos agrícolas do sul da Rússia, diferenciam-se: a) *os operários plenos*: adultos do sexo masculino, aptos para todos os trabalhos; b) *os semi-operários*: as mulheres e os homens com menos de 20 anos; os semi-operários se dividem em duas categorias: aa) *os semi-operários propriamente ditos*: de 12-13 a 15-16 anos; bb) *os semi-operários de grande força*: ‘em termos econômicos, cada um deles equivale a ‘3/4’ de um operário’, de 16 a 20 anos; com exceção da ceifa, podem realizar os mesmos trabalhos executados pelos operários plenos; e c) *os semi-operários de pequena ajuda*: crianças de 8 a 14 anos; cuidam dos porcos e bezerros, da monda e dos arreios dos animais de arado; frequentemente, recebem como remuneração apenas a alimentação e o vestuário⁶⁰.

Longe de ser um fenômeno da libertação das mulheres dos afazeres domésticos, essa situação é reflexo de uma verdadeira desvalorização da vida humana: homens, mulheres e crianças tornaram-se meras forças de trabalho descartáveis, além de extremamente baratas no caso das mulheres e crianças, fazendo com que a contratação fosse subindo de ano em ano. Para exemplificar, dados da província de Kherson registraram no ano de 1894 que as mulheres representavam 18,2% do número total de operários. Já em 1895, eram 13.474 trabalhadoras, isto é, 25,6% dos operários. Crianças de 7 a 14 anos, em 1894 eram 0,7%, e em 1895 subiu para 1,69%⁶¹.

A consequência mais imediata do emprego dessas pessoas é o alto número de acidentes de trabalho, principalmente traumatismos nas pessoas mais jovens. E a falta de escrúpulo dos patrões é evidente: não era somente para as crianças que todo o processo de operar uma máquina agrícola da época era de alta periculosidade:

Para operar uma debulhadora, por exemplo, são precisos operários que lancem os feixes no cilindro (trabalho muito perigoso e difícil: do cilindro é arremessado contra o rosto um grosso pó de palha), operários que movimentem os feixes (o trabalho é tão penoso que eles devem ser substituídos a cada 1 ou 2 horas). As mulheres varrem a

⁵⁸ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. 1985, p. 148.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Ibidem, p. 150-151. Monda: processo de eliminação de ervas daninhas.

⁶¹ Cf. Ibidem, p. 151.

moinha, crianças a removem e 3 a 5 operários a enfeixam. Estima-se que existem, na província [de Kherson], mais de 200 mil operadores de debulhadoras⁶².

Soma-se a isso ainda as doenças decorrentes tanto do trabalho quanto das condições de alojamento dos operários agrícolas. Muitos não trabalhavam em sua própria aldeia, tendo migrado para outras regiões a fim de conseguir algum trabalho, e muitas vezes faziam o percurso a pé, pois não tinham condições de pagar pelo visto de viagem⁶³ e pela passagem de trem. Mesmo que contratados, não tinham onde viver, senão em “alojamentos”, com muitas aspás (!), pois eram “*abrigos cavados na terra*, onde vivem, por exemplo, pastores de ovelhas, sofrendo fortemente os efeitos da umidade, do aperto, do frio, do abafamento e da escuridão”⁶⁴. Sua alimentação era parca, a jornada de trabalho poderia ser de até 15 horas, sendo que os intervalos eram concedidos como raras “exceções”, dado que as máquinas não poderiam parar.

Outros aspectos merecem ainda ser observados quanto à transformação do campesinato. Esse é o caso da desigualdade quanto à distribuição das superfícies semeadas. Os dados dos *zemstvos* classificam os camponeses de acordo com a quantidade de terra cultivada e posse de animais. Eles estão divididos em grupos da seguinte forma no quesito da terra: 1) camponeses que não semeiam; 2) que semeiam até 5 dessiatinas; 3) que semeiam de 5 a 10 dessiatinas; 4) 10 a 25 dessiatinas; 5) de 25 a 50 dessiatinas; e 6) mais de 50 dessiatinas. O mesmo é feito com relação aos animais de tração: 1) sem animais de tração; 2) com 1 animal de tração; 3) com 2 animais; 4) 3 animais; 5) 4 animais; 6) de 5 a 10; 7) de 10 a 20; e 8) mais de 20 animais de tração. Dado que para que um camponês pudesse sustentar sua família com estabilidade⁶⁵ eram necessárias de 16 a 18 dessiatinas e 4 animais de trabalho, entende-se que o campesinato pobre compreende os camponeses que não semeiam ou que semeiam até 10 dessiatinas e que possuem nenhum ou 1 animal de tração; a classe média campesina possui de 10 a 25 dessiatinas e 2 a 4 animais; a classe rica, portanto, possui muito além do necessário para a própria subsistência, acumulando mais de 25 dessiatinas e mais de 5 animais de tração por estabelecimento.

Um exemplo da desigualdade quanto às áreas semeadas pode ser notado a partir dos dados dos *zemstvos* da província de Táurida:

[...] 2/5 da totalidade dos estabelecimentos (cerca de 3/10 da população, já que estabelecimento familiar, aqui, é inferior à média) detêm cerca de 1/8 da superfície semeada — elas pertencem ao grupo pobre, que semeia pouco e é incapaz de satisfazer as suas necessidades com as suas rendas agrícolas. O grupo médio envolve igualmente cerca de 2/5 dos estabelecimentos: a renda que extrai da terra permite-lhe cobrir suas

⁶² LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. 1985, p. 158.

⁶³ Na Rússia não era permitido viajar pelo próprio país sem visto.

⁶⁴ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. 1985, p. 158.

⁶⁵ Cf. *Ibidem*, p. 36

despesas médias [...]. Finalmente, vem o campesinato rico (cerca de 1/5 dos estabelecimentos e 3/10 da população), detendo mais da metade das sementeiras; a média da superfície semeada por estabelecimento atesta claramente o caráter “comercial”, mercantil, da agricultura desse grupo. [...] no grupo que semeia de 5 a 10 deciatinas, apenas 11,8% da área cultivada propiciam produção mercantil; à medida que a área semeada cresce, de grupo para grupo, essa proporção aumenta: 36,5% — 52% — 61%. Portanto, o campesinato rico (os dois grupos superiores) pratica uma agricultura mercantil, que lhe proporciona, anualmente, de 574 a 1500 rublos de renda bruta em dinheiro⁶⁶.

Lênin comenta que há uma verdadeira transformação no tipo de agricultura praticada, visto que a classe rica excede a quantidade de terra que uma família sozinha conseguiria trabalhar por conta própria, sendo assim, ela é “obrigada” a vender o excedente de produção e a buscar por trabalhadores. Que trabalhadores seriam esses? A classe mais pobre, “uma vez que a renda da agricultura fornece, por exemplo, no grupo de 5 a 10 deciatinas, não mais do que cerca de 30 rublos em dinheiro por estabelecimento”⁶⁷.

Os dados do distrito de Dnieper, da província de Táurida, mostram como ocorre a distribuição dos lotes comunitários por estabelecimento, assim como a quantidade de terra que cada grupo adquiriu por compra ou arrendamento. Cada estabelecimento deveria ganhar dos lotes comunitários segundo o número de pessoas ou homens (variava de zemstvo para zemstvo a quantidade e o método). Mas, de modo geral, essa distribuição não levava em conta a necessidade, mas a força de trabalho. Dessa forma as famílias mais pobres já partiam de uma base desigual e como a tabela abaixo demonstra, a terra recebida ainda era insuficiente (lembrando sempre que o ideal eram de 16 a 18 dessiatinas).

Distrito de Dnieper, província de Táurida ⁶⁸					
Grupos de estabelecimentos		Deciatinas cultiváveis por estabelecimento			Total
		Lotes comunitários	Terra comprada	Terra arrendada	
I.	Que não semeiam	6,4	0,9	0,1	7,4
II.	Semeiam até 5 deciatinas	5,5	0,04	0,6	6,1
III.	Semeiam de 5 a 10 deciatinas	8,7	0,05	1,6	10,3
IV.	Semeiam de 10 a 25 deciatinas	12,5	0,6	5,8	18,9
V.	Semeiam de 25 a 50 deciatinas	16,6	2,3	17,4	36,3
VI.	Semeiam mais de 50 deciatinas	17,4	30,0	44,0	91,4

Já as famílias mais ricas, mesmo que tenham pela comuna uma quantidade razoável de lotes comunitários, surpreendentemente têm em posse uma quantidade muito alta de terras compradas e arrendadas. “O arrendamento de 17 a 44 deciatinas custa, anualmente, a preços

⁶⁶ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. 1985, p. 36.

⁶⁷ Cf. Idem.

⁶⁸ A tabela é uma versão resumida dos dados apresentados in: LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. 1985, p. 38.

locais, em torno de 70 a 160 rublos. É evidente que já nos defrontamos com uma operação comercial: a terra torna-se mercadoria, ‘máquina de fazer dinheiro’⁶⁹.

Mas fica ainda a questão: o que faz uma classe não semear a terra recebida da comuna, mesmo que pouca? Como as faixas mais pobres entre os camponeses continuam a se tornar cada vez mais pobres? Diversos fatores precisam ser elencados para responder a essas questões. O primeiro diz respeito aos métodos utilizados na agricultura das classes baixas, que vai além da mera posse de tipos de ferramentas distintas da classe superior, isto é, diz muito mais sobre o que essa diferença de posse tem por consequência. Os camponeses ricos, com a quantidade de terra que possuem, conseguem fazer um rodízio de terras utilizadas e terras que irão descansar em determinada temporada, assim como preparam a terra antecipadamente, estações antes da semeadura, empregando diversos equipamentos que fazem esse trabalho preparatório ser muito mais eficiente. Os pobres não só não têm a possibilidade de deixar seu pequeno pedaço de terra descansar, como só conseguem preparar e semear terra na primavera, “o que faz com que a semeadura nem sempre vingue”⁷⁰. Assim, não arejando a terra, semeando tardiamente e utilizando-se de sementes de restolho os camponeses pobres conseguem obter apenas uma colheita parca e de pouca qualidade.

Outro fator é uma questão bastante objetiva: como trabalhar a terra sem animais de tração? E se houvesse um animal, de onde obteriam recursos para alimentar esse animal se nem ao menos conseguem minimamente alimentar a si próprios? Ou de onde teriam dinheiro para comprá-lo? Novamente, o conto *Manhã de um senhor de terras* mostra a situação de penúria dessa gente.

- Eu ainda queria dizer mais uma coisa – acrescentou Nekhliúdob. – Por que não remove o estrume?
 - Que estrume, paizinho, Vossa Excelência? Não tem nenhum estrume para remover. Qual é o gado que eu tenho? Uma eguazinha e um potro, e no outono vendi a novilha para o zelador... esse é todo o meu gado.
 - Mas se você tem tão poucos animais, por que ainda foi vender a novilha? – perguntou o patrão, com surpresa.
 - Como é que eu ia dar comida para ela?
 - Será que você não tinha forragem suficiente para alimentar a vaca? Os outros tinham.
 - Os outros têm terra adubada, a minha terra é um deserto só, não cresce nada.
 - Então ponha o estrume na terra, para que não fique estéril; o cereal vai crescer e aí você vai ter com que alimentar o gado.
 - Sei, só que não tem gado nenhum e então como é que vai ter estrume?
- “Isso é um estranho cercle vicieux [círculo vicioso]”, pensou Nekhliúdob, mas não conseguiu pensar em um conselho para dar ao mujique.⁷¹

⁶⁹ LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. 1985, p. 38.

⁷⁰ Ibidem, p. 49.

⁷¹ TOLSTOI, Liev. *Contos completos*, V. I, 2015, p. 532.

O conto se passa antes da reforma, mas pensando que não foi por um decreto que as formas de vida mudaram imediatamente, considera-se que, mesmo após 1861, esse nível de pobreza e a relação entre o senhor de terras e camponeses ainda eram verificados. E uma prova de que havia uma grande parte de mujiques sem condições de possuírem animais são os dados que Lênin apresenta com relação à província de Táurida.

Nos três distritos da província de Táurida ⁷²		
Grupos de estabelecimentos		% de estabelecimentos sem animais de tração
I.	Que não semeiam	80,5
II.	Semeiam até 5 deciatinas	48,3
III.	Semeiam de 5 a 10 deciatinas	12,5
IV.	Semeiam de 10 a 25 deciatinas	1,4
V.	Semeiam de 25 a 50 deciatinas	0,1
VI.	Semeiam mais de 50 deciatinas	0,03

Mesmo entre os que semeiam pouco é grande o número de estabelecimentos sem animais. E a questão sobre não ter animais implica não só não possuir um animal para puxar o arado, mas também não ter esterco para adubar a terra, esgotando o recurso rapidamente. As consequências desses fatores seriam a de não vingar uma plantação de grãos e de obter leguminosas e tubérculos pequenos e pouco nutritivos. E como o círculo vicioso do conto demonstra, a saída é difícil de vislumbrar.

Um outro fator que poderíamos elencar diz respeito a um dado que Hourwich salienta que foi fundamental para a precarização da condição dos camponeses: a falta de acesso a florestas⁷³. No início da reforma, os ex-servos do Estado possuíam um certo privilégio em relação aos ex-servos dos nobres, isso porque eram reservados a eles pedaços de florestas. Com o tempo, essa distinção foi sendo esquecida e ambos ex-servos encontraram-se na mesma situação de escassez de combustível. A falta de combustível significava um racionamento ou precariedade total para acender o forno da casa, chamado também de *estufa*, pois não somente possibilitava o preparo da comida, como também servia de aquecimento para a *isbá*, algo essencial para a sobrevivência nos -30°C do inverno russo. Sem lenha, o único recurso era usar esterco para acender o fogo, e já vimos como até mesmo isso não era uma opção acessível.

Esses dados não são levados em conta por Lenin, mas Tolstói retrata em diversos momentos a necessidade do camponês pela madeira e a disputa que ocorria entre camponeses e nobres por um pedaço de floresta. Um episódio real bastante marcante é descrito pelo escritor

⁷² A tabela é uma versão resumida dos dados apresentados in: LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. 1985, p. 38.

⁷³ HOURWICH, Isaac A. *The Economics of the Russian Village*. 1892, p. 51.

no livro *O Reino de Deus está em vós*. Tolstói está viajando e encontra numa estação de trem um destacamento militar que foi designado para conter uma revolta de camponeses. Curioso com a esmagadora força do exército que é movida não contra um inimigo externo, como se supõe ser a função de um exército, mas contra a própria população que jura proteger, Tolstói procura descobrir todos os detalhes dessa empreitada violenta. Ele relata:

O motivo pelo qual viajavam era este: numa das mais belas propriedades da região, os camponeses mantinham uma floresta numa terra comum a eles e a um dos mais ricos proprietários do entorno, quando este atribuiu a si toda a floresta e começou a derrubá-la. Os camponeses, que havia muito desfrutavam da floresta que consideravam, ao menos, uma propriedade comum, apresentaram queixa. Em primeira instância, os juízes pronunciaram uma sentença injusta. [...] O juiz deu razão ao proprietário.

Todas as outras sentenças que se seguiram, inclusive a do Senado, embora todos vissem claramente que a primeira sentença havia sido injusta, confirmaram-na, e a floresta foi entregue ao proprietário.

O proprietário continuou a derrubá-la, mas os camponeses, não podendo crer que tão flagrante injustiça pudesse ser cometida pelos poderes supremos, não se submeteram. Expulsaram os operários vindos para os cortes, declarando que a floresta lhes pertencia, que iriam até o czar, mas que não deixariam que tocassem na floresta.⁷⁴

Por fim, o “proprietário” conseguiu uma ordem para que o exército fosse convocado e este é o momento que Tolstói está presenciando, a subjugação de mulheres, crianças, homens, tanto jovens, quanto idosos. Sem escrúpulos, todos os envolvidos acreditavam que estavam fazendo a justiça e viam aquilo como sua função, nada mais. Tolstói então critica não só a violência aplicada e a cegueira do adestramento militar, mas também o parâmetro de direito. O que caracteriza a posse de uma propriedade: seu uso pela necessidade ou a propriedade cedida por um título? E qual o objetivo a ser alcançado ao fim com aquela ação? O autor conclui denunciando a futilidade que esse ato possibilitou, fazendo com que um “jovem latifundiário que já possuía cem mil rublos de renda” pudesse obter mais “três mil com a madeira por ele subtraída de toda uma comunidade de camponeses famintos, para poder gastar esse dinheiro, em duas ou três semanas, nos restaurantes de Moscou, Petersburgo ou Paris”⁷⁵.

⁷⁴ TOLSTÓI, Liev. *O Reino de Deus está em vós*. 2018, p. 260.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 266.

2. “MAS PRECISA MESMO SER ASSIM?”: O PROJETO POLÍTICO DE TOLSTÓI

É essa a ordem pela qual deveria ser regida a sociedade? Trabalhadores pobres em situação de exploração e miséria, proibidos inclusive de manifestar a flagrante injustiça? Ricos, nobres, proprietários, com privilégios quase que ilimitados? Neste capítulo, nos dedicaremos mais detidamente às reflexões de Tolstói sobre as desigualdades e injustiças sociais e, aliado a isso, ao seu projeto político e ideal de sociedade. Para isso, farei uso de duas referências principais, as quais acredito concentrarem o pensamento do autor: o ensaio *O reino de deus está em vós* e o último romance de Tolstói, *Ressurreição*. Poder-se-ia complementar com outros escritos críticos e, por vezes, o farei; mas ocorre que Tolstói era bastante repetitivo. Suas cartas, diários, artigos para jornais, panfletos, discursos e ensaios muitas vezes dizem o mesmo — algo que expressa muito bem a frustração do autor para com a indiferença ou mesmo para com a falta de entendimento do público sobre algo dito de forma tão direta e simples. Porém, o que é dito de forma simples, não necessariamente pode ser concretizado de forma simples e imediata. Há forças opostas. E o ensaio *O reino de deus está em vós* tenta flagrar os motivos de tanta relutância e imobilidade para a realização das mudanças sociais. De igual forma, *Ressurreição* também cumpre esse papel, mas numa linguagem distinta. Como bem afirma Rubens Figueiredo: “*Ressurreição* focaliza o sistema judiciário e prisional da Rússia, em fins do século 19. Nesse cenário, em tudo distinto do que encontramos nos dois romances anteriores [*Guerra e Paz* e *Anna Kariênina*], não há como atenuar o caráter opressivo e discriminador da sociedade”⁷⁶.

É interessante localizar este último romance não somente em contraste com os textos propriamente teóricos de Tolstói, mas também em relação aos outros romances: *Guerra e Paz*, escrito na década de 1860, e *Anna Kariênina*, da década de 1870 — bem distantes do Tolstói da virada do século, momento em que escreveu *Ressurreição*. Se em *Guerra e Paz* Tolstói apresenta “uma imagem idílica da nobreza russa”, com heróis dos quais “não precisam enfrentar a fundo os problemas relativos à administração de suas terras, à organização do trabalho, às condições de vida dos servos”⁷⁷, e *Anna Kariênina* traga para o primeiro plano as contradições de sua época, como “a desigualdade de direitos e de condições entre homens e mulheres”, e “sinais de uma crescente crise às aspirações de uma normalização e de uma estabilidade”⁷⁸, Rubens Figueiredo demonstra que em *Ressurreição* Tolstói “põe em cena a própria crise, com

⁷⁶ FIGUEIREDO, Rubens. *Uma nota sobre Ressurreição*. Revista Fragmentos, número 38, 2010, p. 36.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

todo o seu alcance". Para o tradutor, *Ressurreição*, ao focar o sistema judiciário e prisional da Rússia do fim do século 19, contrasta com o modo dos outros romances: aqui "não há como atenuar o caráter opressivo e discriminador da sociedade"⁷⁹:

O pensamento do protagonista sai do seu mundo, desprende-se do seu círculo de classe e avança rumo a algo de todo desconhecido para ele. O quase idílio dos privilégios, que em parte se vislumbra em *Guerra e paz*, transforma-se, em *Ressurreição*, no inferno dos privilégios.⁸⁰

Poderíamos acrescentar a isso a análise de Noé Silva, onde este afirma que o romance tem como “primeiro alvo” a ordem estabelecida. Entretanto, ao se voltar contra o sistema carcerário Tolstói não está justificando os atos dos criminosos, escreve Silva, “mas crê que estes, nas condições da Rússia de então, não tinham como não cometer crimes”⁸¹ — e veremos a expressão disso no romance. Além disso, o autor russo “é mais severo no julgamento das autoridades e dos legisladores, pois via o desprezo, a truculência dos defensores da ordem social vigente”⁸². O que parece estar em crise em *Ressurreição*, então, é a ideia sobre o que constitui o crime e o direito de julgar, e veremos como isso auxilia na manutenção de uma organização social hierárquica e de privilégios.

Mas em que medida *Ressurreição* se conecta com o princípio da não-violência? Como já mencionado na introdução, são inúmeras as formas de violência e Tolstói as compreende de uma maneira bastante ampla. Claro que em *O reino de deus* Tolstói irá explicitar mais detalhadamente os mecanismos de dominação e a corrente justificação do mal — tudo isso sob a forma de um ensaio teórico —, entretanto, no romance vemos isso “em ato”. Nekhliúdob, Máslova e as outras personagens possuem uma vida completamente naturalizada à violência, e percebemos como a cegueira, pelo menos dos protagonistas, vai sendo desfeita à medida que a narrativa avança. Além disso, esse processo de clareza é acompanhado por questões que põem em xeque a legitimidade das autoridades e do uso da violência, por isso, como veremos, o romance pode nos ajudar no entendimento do princípio do agir não-violento.

2.1. SOBRE O ROMANCE RESSURREIÇÃO

Não se sabe o que é maior, aqui: a crueldade ou o absurdo. Mas parece que tanto uma coisa como a outra alcançaram o último grau.⁸³

⁷⁹ FIGUEIREDO, Rubens. *Uma nota sobre Ressurreição*. Revista Fragmentos, número 38, 2010, p. 36.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 38.

⁸¹ SILVA, Noé. *Três imagens da mulher em Ressurreição*. Fragmentos, número 38, 2010, p. 42.

⁸² *Idem*.

⁸³ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 1, capítulo XXXIV, p. 128.

Ressurreição talvez mereça uma explicação prévia, pois, nesse caso, é essencial saber em que contexto Tolstói escreveu o romance, dado que muitos fatores influenciaram para que ele viesse à existência. Era o ano de 1887 quando Tolstói ouviu um relato do jurista Anatóli Fiódorovitch Kóni, conhecido também de Dostoiévski, e que lhe contou um caso que foi solicitado que defendesse⁸⁴. O caso se tornou a premissa do romance: um jovem da nobreza foi convocado a fazer parte de um júri; lá ele se deparou com a acusada, uma antiga criada que ele seduziu e engravidou, fazendo com que ela fosse expulsa da propriedade e não visse outra vida possível a não ser a prostituição. No tribunal ela foi acusada de roubo, no livro Tolstói transformou a acusação: ela foi acusada de envenenamento de um cliente e roubo. O jovem sentiu que a vida da moça seguiu esse caminho por causa do que ele fez a ela, por isso decidiu que deveria ajudá-la e casar-se com ela. Mesmo com toda a empolgação do momento, Tolstói abandonou o projeto dessa história diversas vezes, principalmente por considerar que existiam ações mais importantes a serem feitas, mais importantes do que ficar isolado em sua propriedade e escrever um romance. Porém...

Em 1895, a Rússia agitou-se em torno do que se passava com um grupo de cristãos chamados *dukhobors* — em russo, “lutadores do espírito”. Surgida no século XVII, a seita pregava ideias simpáticas a Tolstói. A negação da propriedade, do governo, do Estado, do dinheiro, da igreja e da Bíblia como fonte de revelação somavam-se ao vegetarianismo, ao pacifismo e à não-violência. Praticavam um estilo de vida comunitário, igualitário e radicalmente democrático. Em consequência, recusavam-se a ter documentos e a servir ao exército. A comunidade já fora banida duas vezes, para regiões remotas da Rússia, por dois tsares.⁸⁵

Tolstói conhecia diversos grupos sectários, e não era incomum que o autor escrevesse às autoridades exigindo a libertação de presos, ou mesmo que escrevesse artigos a jornais russos e ingleses, denunciando o genocídio e a perseguição a que essas comunidades eram submetidas por parte do governo. Em meados de 1894-95 a comunidade dos *dukhobors* sofreu diversos ataques e torturas, por seus membros se recusarem a jurar lealdade ao tsar e não participarem do alistamento militar; em protesto, queimaram todas as armas que possuíam, num claro sinal de se manterem fiéis às suas convicções. Além de terem sofrido uma tortura extenuante, foram obrigados a se espalhar pelas regiões frias e montanhosas da Rússia, onde aproximadamente 400 pessoas morreram com o frio. Revoltado, Tolstói começou um movimento para salvar aquelas pessoas. Com apoio dos quakers e de doações da nobreza russa — Tolstói enviava cartas a pessoas ricas *exigindo* dinheiro —, surgiu a oportunidade de enviar a comunidade restante para viver em um território cedido pelo governo do Canadá. Mas ainda faltavam

⁸⁴ Cf. Apresentação feita por Rubens Figueiredo in: TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, p. 7.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 8.

recursos. É neste contexto que, em 1898, com 70 anos, Tolstói encontrou uma motivação apropriada para dar continuidade ao romance *Ressurreição*. Ele iria angariar fundos negociando os direitos autorais a editoras interessadas. Em 1899, “com a ajuda do dinheiro arrecadado, cerca de 10 mil *dukhobors* foram embarcados em navios para o Canadá, onde sua comunidade existe até hoje”⁸⁶.

Mas o que essa história de uma comunidade sectária anarco-pacifista tem a ver com um romance sobre um nobre arrependido que decide ajudar uma prostituta presidiária? A questão colocada dessa forma acaba por cometer uma injustiça para com o romance. *Ressurreição*, por mais que seja protagonizado pelo príncipe Dmítri Ivánovitch Nekhliúdob e a pequeno-burguesa Ekaterina Máslova, apelidada de Katiucha, não se encerra nas questões relativas aos problemas pessoais dessas personagens ou sua relação. Assim como *Anna Kariênina* não diz respeito somente aos dilemas do núcleo familiar de Anna, mas retrata a vida de diversas famílias nobres em contraposição às pobres, *Ressurreição*, ao expor os problemas e injustiças de todo o sistema carcerário e a marginalização de certos tipos de grupos sociais — como presos políticos, mulheres pobres e viúvas, contrabandistas de bebidas, desertores, hereges, ladrões, trabalhadores sem documentação etc. —, mostra a que classe essa organização social favorece e o porquê dela ser mantida.

Além do mais, não parece ser banal a escolha de Tolstói quanto ao título *Ressurreição*. O dia da Ressurreição de Cristo foi o dia em que Nekhliúdob viajou para a casa das tias; em um plano de compreensão mais individual, este foi o dia em que tanto o amor adolescente ressurgiu em Máslova e Nekhliúdob, quanto também foi a noite em que o príncipe usou desses sentimentos contra a própria Katiucha, como logo veremos. Mas também *Ressurreição* se refere ao fato de que na celebração da Páscoa ortodoxa, ao menos na época dos acontecimentos, era comum as pessoas de todas as classes sociais cumprimentarem-se com três beijos na boca. “[...] em feriados como esse, derrui-se, ou, melhor, fica mais baixa a barreira, erguida entre as pessoas pelos usos e costumes, pelas diferenças de status sócio-económico e pela afirmação da personalidade individual”⁸⁷.

Desbravemos então a narrativa. Era uma bela manhã de primavera, Nekhliúdob já havia acordado e fumava um cigarro enquanto lembrava do jantar da noite anterior a que havia comparecido na casa de uma pretendente. Após fazer a toalete, então comia um refinado café da manhã ao mesmo tempo que resolvia seus assuntos da manhã. Um desses assuntos dizia respeito à herança que havia recebido de sua falecida mãe. Ele herdara todas as propriedades

⁸⁶ Apresentação feita por Rubens Figueiredo in: TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, p. 10.

⁸⁷ SILVA, Noé. *Três imagens da mulher em Ressurreição*. Revista Fragmentos, número 38, 2010, p. 45.

rurais da família e o administrador-geral enviara-lhe uma carta para que ele comparecesse ao local para ratificar seus direitos e decidir alguns parâmetros sobre como administrar as aldeias. Na juventude, Nekhliúdob estudara com afinco as questões sobre a ilegitimidade da propriedade privada e tinha até mesmo abdicado das duzentas dessiatinas que herdara do pai, mas agora não tinha mais aquela “força de convicção” e não acreditava ser capaz de viver de outra forma, afinal “ter um emprego, não queria, além do mais já estavam assimilados os hábitos de vida luxuosos que Nekhliúdob julgava não poder abandonar”. Também “renegar os argumentos claros e irrefutáveis sobre a ilegitimidade da propriedade da terra [...] — ele não poderia adotar de forma alguma. E por isso a carta do administrador era desagradável para ele”⁸⁸. O que fez com que o assunto fosse deixado de lado pelo protagonista, pois lidar com dilemas e rever convicções perturbava a sua bela manhã.

O que era uma bela manhã de primavera para uns, não era tão agradável para outros. Enquanto Nekhliúdob fazia seus preparativos antes de comparecer no tribunal a fim de compor um júri, Máslova, ré do julgamento, era chamada pela carcereira⁸⁹. O cheiro dos corredores da prisão é descrito como “um ar devastador, impregnado de tifo, de cheiro de fezes, alcatrão e mofo”, contrastando imensamente com todo o aspecto de limpeza da vida do príncipe. Nekhliúdob foi de carruagem até o tribunal, Máslova teve de caminhar todo o percurso da prisão até o tribunal, e seus pés logo ficaram doloridos ao percorrer o caminho de pedras calçando as botinas de presídio.

No tribunal, Nekhliúdob no primeiro instante já havia reconhecido Máslova, antiga criada na propriedade das tias dele, e lembrava-se da paixão ingênua que ambos haviam sentido quando jovens; mas recordava-se também de uma visita posterior à propriedade, na época de celebração da Ressurreição de Cristo, em que, já alistado no exército e tendo conhecido a vida depravada que um homem da sua idade deveria viver, “seduziu” (leia-se estuprou) Máslova, deixando com ela 100 rublos. Cinco meses depois, ela teve a certeza de que estava grávida. Ela não ficou com a criança, mas disseram-lhe que esta não havia sobrevivido. Depois disso, nunca mais conseguiu se manter estável em um lugar ou em uma relação. Por fim, acabou sendo contratada numa “casa de tolerância” — um prostíbulo —, que ela considerava ser uma vida tranquila, levando em conta que não era uma função tão humilhante quanto a de criada, e nem

⁸⁸ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 1, capítulo III, p. 31.

⁸⁹ Para não confundir o leitor, aviso que a ordem de descrição aqui foi alterada em comparação ao romance: Tolstói descreve primeiro a ida de Máslova até o julgamento, depois a manhã de Nekhliúdob. Ambos os acontecimentos são paralelos e por motivo de manter a própria narrativa dessa dissertação, onde primeiro descreve-se os nobres e depois os pobres, para ficar ainda mais flagrante suas diferenças, optou-se por esse modo de contar a história de cada uma das personagens.

tão pesada e árdua como a vida de uma mulher camponesa, além de ter a possibilidade de ter vestidos e bebidas à vontade. Máslova, de fato, também não é uma protagonista perfeita, mas suas ações são compreensíveis, visto que não desejava outra vida a não ser aquela que lhe demonstravam ser uma vida boa, tampouco conhecia outra noção de relacionamento “amoroso” que não a do domínio pelo prazer. Mas nem mesmo ali ela conseguiu a vida tranquila que acreditava poder viver. Um cliente, que lhe confiou a chave de um baú, foi envenenado e o conteúdo do baú roubado, o que a tornou um dos principais suspeitos.

Não será possível discorrer aqui em detalhes sobre as cenas do julgamento que, por sinal, são brilhantemente construídas. Tolstói explicita paralelamente os fatos do passado que elucidam o modo como as personagens chegaram até o momento presente. Além dessa construção de paralelismos, típica dos romances do autor, Tolstói passou anos pesquisando a real situação dos presídios, assistindo aos julgamentos, conversando com juristas, e isto lhe forneceu um amplo embasamento para essa ocasião. Mas o que nos interessa aqui ressaltar é: todos os envolvidos, desde os advogados, os promotores, o juiz e inclusive o júri, do qual Nekhliúdob faz parte, só pensavam nos seus compromissos e queriam agilizar o processo. Era um caso banal e entediante para eles. Mesmo Nekhliúdob saiu do recinto, onde o júri deliberava, num momento muito crucial. Parece que, nesses momentos iniciais do livro, Nekhliúdob estava muito mais preocupado com a possibilidade de descobrirem a sua história com Máslova, do que se manifestar em defesa dela no momento de deliberação do júri. Algo que é pura fantasia, fruto de sua imaginação e medo, dado que ninguém cogitava que ele pudesse sequer conhecer a ré. E, por fim, condenaram Máslova aos trabalhos forçados durante 4 anos na Sibéria.

Aquela decisão, e não outra, foi tomada não porque todos estivessem de acordo, mas sim, [...] acima de tudo, porque todos estavam cansados, com vontade de livrar-se o mais depressa possível e, por isso mesmo, dispostos a concordar com a decisão que mais rapidamente pusesse um fim a tudo aquilo.⁹⁰

Percebendo o engano quanto à condenação somente no momento da declaração do juiz que presidia o julgamento, Nekhliúdob, após o ocorrido, tentou desesperadamente a anulação da sentença. E, movido pelo sentimento de culpa, ainda que a tarefa de libertá-la seja impossível, decide que se casará com a moça e deixará sua vida inteira para trás para seguir com ela até a Sibéria, se assim for necessário. É por esse mote inicial que o príncipe irá tomar conhecimento do que é a realidade da prisão e quem são os sujeitos aos quais seus direitos, sua liberdade, existência, possibilidade de apelação, e até mesmo sua dignidade e humanidade

⁹⁰ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 1, capítulo XXIII, p. 91. Grifo nosso.

foram tirados. Em cada visita feita à Máslova na prisão, em que trata com ela sobre o processo de anulação do julgamento e discutem sobre a possibilidade ou não de um perdão, Nekhliúdob se defronta com uma realidade que no conforto do seu lar ele jamais tomaria conhecimento: superlotação das prisões preventivas, lotadas principalmente por presos políticos que no geral eram estudantes, médicos, operários, universitários e enfermeiras, aguardando julgamento sabe-se lá deus quando; numa ocasião, Máslova suplica por ajuda em nome de uma colega, em que ela e o seu filho foram presos injustamente; noutro momento, andando pelos corredores, Nekhliúdob conhece um grupo grande de trabalhadores que estava sem documentos, eles foram presos e aguardavam há semanas para serem soltos, pois havia um mal entendido; ou ainda alguns mujiques que foram presos, pois se reuniam na rua para ler em conjunto os Evangelhos, assim sendo considerados hereges por interpretarem as escrituras sagradas fora da igreja ortodoxa; em cada visita, em cada ocasião, Nekhliúdob toma as queixas de quem lhe suplica por ajuda. E, pouco a pouco, ele nota que não é só o caso de Máslova, ou de suas colegas de cela, ou de alguns mujiques, ou de alguns operários, mas uma questão generalizada que não envolve somente o sistema carcerário, e sim que há aí um crime cometido anteriormente contra essas pessoas: o de escravizá-las em todos os aspectos da vida, tornando impossível sua subsistência senão por formas consideradas imorais e/ou ilegais. O que deixa o questionamento: como é possível imputar culpa quando nem sequer há possibilidade de escolha, possibilidade de outra ação? O princípio da autoconservação não é como um instinto básico intrínseco a todo ser humano? Como então culpabilizar juridicamente pessoas movidas pela autoconservação e limitadas pelas barreiras sociais à única forma de vida viável, isto é, roubar comida, vender alimento e bebida ilegalmente, invadir pastos para alimentar o gado faminto, cortar lenha na propriedade de um senhor de terras para não morrer de frio ou resistir à violência policial?

Um momento marcante que expressa bem a falta de escolha e a pressão diária pela sobrevivência ocorre nos capítulos XXX a XXXII da parte 1 do livro, onde, de maneira bastante íntima e realista, Tolstói descreve as condições da cela onde Máslova está alojada, com quem divide esse aposento, qual a vida passada de cada presidiária, as difíceis relações entre elas e seus momentos de solidariedade. Ao todo são 12 mulheres e 3 crianças alojadas numa mesma cela. A presença das crianças num presídio, por mais que Tolstói narre o quanto as brincadeiras das crianças façam com que a penúria e a depressão dentro de uma situação de encarceramento sejam aliviadas, para o leitor, no entanto, esse fato contribui para um tom mais trágico.

Uma das presidiárias...

Tinha um bebê nos braços e lhe dava de mamar no peito branco e comprido. Seu crime foi que, quando vieram à sua aldeia recrutaram um jovem para o exército, um

recrutamento ilegal, no entender dos mujiques, o povo deteve o comissário de polícia rural e libertou o recruta. A mulher, tia do jovem ilegalmente recrutado, foi a primeira a segurar pela rédea o cavalo em que levavam o recruta.⁹¹

Outra presa era uma senhora que havia sido condenada junto de seu filho, já adulto, ambos estando em alas separadas. Eles haviam sido injustamente condenados por um incêndio criminoso, ela “suportava o seu encarceramento com um ânimo enorme, afligia-se apenas com o filho, que estava preso também, mas sobretudo com o seu velho, que, ela temia, sem sua ajuda ia ficar piolhento, pois a nora tinha fugido e agora não havia quem o lavasse”⁹². Esse é um dos casos pelos quais Nekhliúdob irá interceder ao longo do romance.

Uma das poucas condenadas que é nomeada é Korabliova⁹³, uma senhora de mais idade, porém alta e forte, que havia assassinado o marido com um machado, pois ele havia assediado sua filha. Havia também uma prisioneira, “uma aldeã atarracada, com olhos muito saltados e rosto simpático”, que estava com seus dois filhos — um menino pequeno e uma menina de 7 anos —, já que não tinha com quem deixá-los. Seu crime foi vender bebidas ilegalmente; provavelmente por ser viúva, não tinha de onde receber uma renda suficiente para alimentar os filhos. “Por que você vendia bebidas?” E com que eu ia dar de comer às crianças?”, ela desabafa.

Mas nem todas se entendem dentro da cela, há discussões e rixas entre as mulheres. É interessante notar que Tolstói deixa para contar a história da ruiva, a presidiária mais encenqueira da cela de Máslova, somente num momento posterior a uma briga, quando ela tenta esconder o quão vulnerável é e como possivelmente sua grosseria e seus modos, geralmente tidos como “masculinos”, são expressões de traumas:

Os sons eram os soluços abafados da ruiva. Chorava porque a xingaram, espancaram, e não lhe deram a bebida que tanto queria. Chorava também porque, durante toda a sua vida, não vira nada senão xingamento, zombaria, insulto e pancada. Queria consolar-se, lembrar-se de seu primeiro amor, um operário fabril, Fiedka Molodiéukov, mas ao recordar esse amor lembrou também como ele acabou. Acabou quando o tal Molodiéukov, em estado de embriaguez, só de brincadeira, esfregou vitriolo na parte mais sensível do corpo dela e depois foi gargalhar com os amigos, enquanto via como a mulher se contorcia de dor. Lembrou-se disso, teve pena de si e, pensando que ninguém a ouvia, começou a chorar, e chorava como uma criança, gemia, fungava e engolia as lágrimas salgadas.⁹⁴

⁹¹ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 1, capítulo XXX, p. 114.

⁹² Idem.

⁹³ As personagens que dividem a cela com Máslova que são nomeadas são somente as que lhe são íntimas.

⁹⁴ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 1, capítulo XXXII, p. 121. *Vitriolo*: antiga denominação para ácido sulfúrico.

Retornando um pouco ao passo a passo de Nekhliúdob na descoberta desse mundo do qual tentava se manter alheio, sem dúvida um dos marcos da primeira parte de *Ressurreição* ocorre no capítulo XXXIV, quando o protagonista teve de fazer parte de um júri mais uma vez. Nessa ocasião, um “menino” (nas palavras de Tolstói) de 20 anos, que fora mandado pelo pai a trabalhar na cidade, se tornara aprendiz numa fábrica de tabaco, mas por uma desavença qualquer com o patrão acabou sendo despedido. Desde então, passava os dias bebendo na taberna com outro companheiro desempregado, um serralheiro. Ambos, num momento de completa insensatez, bêbados, arrombaram um galpão e roubaram umas passadeiras que custavam míseros 3,67 rublos, um guarda os viu e os capturou. O serralheiro morreu na prisão esperando o julgamento, o aprendiz então foi julgado sozinho. Em todas as falas e gestos, o jovem é tratado como o maior facínora, alguém que merecia ser encarcerado para a segurança de toda a sociedade. Nekhliúdob pensa: “eles são perigosos, ao passo que nós não somos?”⁹⁵. Neste momento é que ele então concebe com mais clareza as ideias a respeito daquilo que estava presenciando não só agora como também no julgamento de Máslova. Nekhliúdob tem uma tomada de consciência e lhe será impossível ignorar que “é preciso esforçar-se para eliminar as condições em que se formam essas criaturas infelizes”:

E o que fazemos? Agarramos um menino desses que, por acaso, caiu nas nossas mãos, sabendo muito bem que milhares iguais a ele continuam à solta, e o metemos na prisão, em condições de completa ociosidade, ou então o mandamos para o trabalho mais insalubre e absurdo, em companhia de outros que, como ele, perderam as forças e emaranharam-se na vida, e depois o deportamos à custa do Estado, em companhia das pessoas mais pervertidas [...].

A fim de eliminar as condições que fazem surgir tais pessoas, não só não fazemos nada como ainda incentivamos os estabelecimentos em que elas são criadas. Esses estabelecimentos são conhecidos: fábricas, empresas, oficinas, tabernas, botequins, casas de tolerância. E nós não só não eliminamos esses estabelecimentos como, considerando-os necessários, os incentivamos e regulamentamos.

Formamos desse modo não uma e sim milhões de pessoas, depois prendemos uma delas e imaginamos que fizemos alguma coisa, nos protegemos e nada mais se exige de nossa parte [...].⁹⁶

Parece que essas reflexões vêm a Nekhliúdob tão clara e distintamente como se dependesse somente desse diagnóstico para mudar o mundo. Acompanhamos, pelo menos na primeira parte de *Ressurreição*, um Nekhliúdob excessivamente otimista após sua tomada de consciência. Algo que contrasta não só com a burocracia estatal que vai lhe impor dificuldades práticas e penosos jogos de influência, como também se contrapõe à postura pessimista de

⁹⁵ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013. Parte 1, capítulo XXXIV, p. 126.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 127.

Máslova, que será exposta mais adiante. Antes, mencionemos alguns personagens e situações que expressam bem o contexto da burocracia russa.

Em alguns momentos, Nekhliúdob teve de encontrar o vice-governador para conseguir autorização para visitas constantes à prisão, algo que lhe é concedido como um favor e não como um direito. Máslennikov, o vice-governador, era seu conhecido e, por conta disso, o protagonista se vale de sua posição para conseguir encontrá-lo sem hora marcada. Num desses encontros Máslennikov então o alerta:

Você vai ver, lá [na prisão] eles vivem muito bem e estão satisfeitos. Só é preciso saber como tratá-los. Ainda outro dia, houve algo desagradável, uma insubordinação. Qualquer outro trataria o caso como um motim e faria muitos infelizes. Mas conosco tudo ocorreu muito bem. É preciso, de um lado, solicitude e, de outro, autoridade firme — disse ele, cerrando o punho branco e roliço que, com um anel de turquesa, se projetava da manga branca e dura da camisa, enfeitada com uma abotoadura de ouro. — Solicitude e autoridade firme.⁹⁷

Mais adiante, no capítulo LVII, em mais uma visita, agora na casa do vice-governador, Nekhliúdob conversa com a esposa do mesmo:

— Mika me contou que o senhor anda interessado pelas prisões. Entendo isso muito bem — disse ela para Nekhliúdob. — Mika (esse era o seu marido gordo, Máslennikov) pode ter outros defeitos, mas o senhor sabe como ele é bondoso. Todos aqueles presos infelizes são seus filhos. Ele só os vê dessa forma. *Il est d'une bonté...* ["Ele é uma bondade..."] Ela parou, sem achar as palavras que pudessem expressar a *bonté* daquele seu marido, por ordem de quem chicoteavam pessoas, e logo depois, sorrindo, voltou-se para uma velha enrugada, com fitas lilases, que acabara de entrar.⁹⁸

Entre essas duas visitas Nekhliúdob pôde conhecer bem de perto os efeitos da *bonté* de Máslennikov. Ao mesmo tempo em que o vice-governador se exime de qualquer culpa, tem toda pressa em atribuir a si todo crédito pela situação, que ele considera confortável e boa, em que os presos são mantidos. Entretanto percebemos rapidamente que não é o que se verifica na realidade. No capítulo LII, o príncipe vem a tomar conhecimento do caso da família Menchóv, antes não nomeada, mas que se refere ao jovem e à mãe presos pelo incêndio que não cometeram; assim como no capítulo LIII, logo após conversar com o jovem Menchóv, Nekhliúdob é abordado por um grande grupo de trabalhadores que tinham sido presos por não portarem passaporte no momento da fiscalização. “[...] Nekhliúdob experimentou sentimentos estranhos — compaixão pelas pessoas presas, horror e perplexidade com aqueles que as prenderam e as mantinham ali, e também, por alguma razão, vergonha de si mesmo por

⁹⁷ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 1, capítulo L, p. 172.

⁹⁸ *Ibidem*, capítulo LVII, p. 189.

contemplar tudo aquilo com tranquilidade”.⁹⁹ Depois de ficar a par do caso e de perceber que só os mantinham presos ali por uma falha burocrática, Nekhliúdob se depara com a declaração a seguir:

— Será possível que de fato mantêm presas pessoas tão claramente inocentes? — exclamou Nekhliúdob, quando saíram do corredor.
 — O que o senhor quer que se faça? Mas também muitos deles mentem. Se for ouvi-los, são todos inocentes — disse o assistente do diretor.
 — Sim, mas esses aí não são culpados de nada.
 — Esses, sim, vamos admitir. Mas é uma gente muito mimada. Sem severidade, é impossível. Há uns tipos tão ferozes que não se pode bobear com eles. Ontem mesmo dois deles tiveram de ser castigados.¹⁰⁰

A ingenuidade de Nekhliúdob é bastante evidente e, podemos ousar dizer, nunca totalmente superada, surpreendendo-se cada vez mais e mais com novos fatos horríveis de “humilhação e tormento”. Entretanto, como função de protagonismo e de posição narrativa, funções essas que revelam a cada momento mais camadas ainda desconhecidas, essa ingenuidade atua como um ponto de ligação muito importante com o leitor que desconhece tanto quanto Nekhliúdob. O que nos leva a sentir com ele uma certa perplexidade perante tantos casos de injustiça:

[...] eram horríveis a humilhação e o tormento impostos àquelas centenas de pessoas que não tinham culpa de nada, só porque num papel não havia uma coisa escrita; eram horríveis aqueles carcereiros entontecidos, ocupados em atormentar seus irmãos, e convictos de que cumpriam uma tarefa boa e importante. Porém o que lhe pareceu mais horrível foi aquele diretor bondoso, já envelhecido, de saúde fraca, que tinha de separar a mãe do filho, o pai da filha — gente exatamente igual a ele e seus filhos. “Para que isso?”, perguntava Nekhliúdob, que agora experimentava, num grau mais elevado, aquele sentimento moral que se tornava físico, de náusea, que ele sempre experimentava na prisão, e não encontrava resposta.¹⁰¹

Para encerrar essa reconstituição da primeira parte do romance e seguir para uma questão que se desdobra somente na parte 2, a saber, a condição dos trabalhadores do campo em contraste com a pobreza da cidade e a questão da ilegitimidade da posse da terra, é necessário entender como Máslova se encaixa numa história que parece girar somente ao redor de Nekhliúdob. De fato, não há consenso em se considerar Máslova como protagonista de *Ressurreição*¹⁰², afinal a ideia de protagonismo é vinculada a uma figura única — geralmente é “O Protagonista” e não os ou as protagonistas. Mas aqui se busca mostrar que, assim como

⁹⁹ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 1, capítulo LIII, p. 178.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 179.

¹⁰¹ Ibidem, capítulo LVI, p. 185.

¹⁰² Tal afirmação deriva principalmente pela omissão da menção de Máslova, e não tanto pela declarada negação de seu protagonismo. Vide o artigo de Heleno o qual considera somente Nekhliúdob como protagonista. HELENO, Alex Rezende. *A violência marcante em Ressurreição, de Leon Tolstói*. Revista Soletas, n. 25, 2013.1.

em *Anna Kariênina* e *Guerra e Paz* há paralelismos, como o tradutor Rubens Figueiredo bem afirma¹⁰³, em *Ressurreição* o autor também faz uso desse artifício, porém com algumas diferenças. Nos romances do Tolstói “jovem”, uma mesma cena ou situação é narrada pelo ponto de vista de diferentes personagens, isto é, as histórias de fato são protagonizadas por diferentes personagens paralelamente. Ninguém se nega a dizer que Anna e Konstantin Liévin não sejam protagonistas de *Anna Kariênina*. Poder-se-ia interpretar que também Máslova e Nekhliúdob são protagonistas de *Ressurreição*, mesmo havendo mais páginas guiadas pelo inconsciente deste último.

Anteriormente fora citado o contraste dos posicionamentos pessimista e otimista de Máslova e Nekhliúdob, mas é preciso fazer uma ressalva sobre esse tipo de delimitação na definição do caráter de uma pessoa — ressalva essa feita pelo próprio autor dentro das páginas de *Ressurreição*:

Uma das superstições mais costumeiras e difundidas é a de que cada pessoa tem determinadas qualidades só suas, que existe a pessoa boa, a má, a inteligente, a tola, a energética, a apática etc. As pessoas não são assim. Podemos dizer sobre uma pessoa que ela é boa com mais frequência do que má, inteligente com mais frequência do que tola, energética com mais frequência do que apática, e o contrário; mas seria falso dizer sobre uma pessoa, que ela é boa ou inteligente, e sobre outra que é má e tola. Mas sempre dividimos as pessoas dessa maneira. E isso é errado. As pessoas são como rios: a água é a mesma para todos e é igual em toda parte, mas cada rio é ora estreito, ora rápido, ora largo, ora calmo, ora limpo, ora frio, ora turvo, ora morno. Assim também são as pessoas. Cada um traz em si o germe de todas as qualidades das pessoas e às vezes se manifesta uma, às vezes outras, e não raro acontece de a pessoa ficar de todo diferente de si mesma, enquanto continua a ser exatamente a mesma. Em certas pessoas, essas transformações ocorrem de maneira especialmente abrupta.¹⁰⁴

Tolstói narra que Nekhliúdob era uma dessas pessoas, mas Máslova, sutilmente, também passa por transformações “por motivos físicos e espirituais”. Nos capítulos protagonizados por Máslova vemos o turbilhão que se passa no seu íntimo, algo que Nekhliúdob não acessa. Ele só vê pequenos sinais que ela expressa nos breves momentos em que se encontram. Acredito que o fato de Tolstói fazer com que Nekhliúdob não conheça todos os pormenores da vida de Máslova e vice-versa, somente o leitor, demonstra algo que no próximo subcapítulo irei explicitar em mais detalhes: se é preciso perdoar todo e qualquer erro ou crime. Será mesmo que para perdoar, sentir compaixão ou mesmo prestar ajuda é preciso antes conhecer a pessoa e provar que seu arrependimento é verdadeiro? Isso é uma questão que Nekhliúdob se pergunta em dado momento: será que é preciso que Máslova renuncie à vida de

¹⁰³ Cf. FIGUEIREDO, Rubens. *Uma nota sobre Ressurreição*. Revista Fragmentos, número 38, 2010, p. 35-38.

¹⁰⁴ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 1, capítulo LIX, p. 191-192.

crimes e se torne uma pessoa boa para que a ajuda valha a pena? Com que autoridade ele pode exigir isso? É possível se exigir uma compensação pelo auxílio prestado? De forma alguma.

Além disso, o paralelismo e as incompreensões ocasionais são expressões da diferença da consciência de cada uma das classes, e a conseqüente dificuldade de compreender o sofrimento do outro — algo como uma Torre de Babel moderna. Um exemplo a respeito da ignorância de Nekhliúdob sobre Máslova é em um momento onde ele a vê surtar e mudar sua postura. Isso ocorre na sua segunda visita à prisão e pensa que ela está alterada por causa da vodca que bebeu. Ao contrário, vemos que sua postura está em mudança porque ele trouxe à tona lembranças há muito tempo apagadas, lembranças dolorosas demais para ela encarar, e a presença desse fidalgo ingênuo em busca de redenção só faz a sua estada na prisão ser mais penosa. Sua saída é se entorpecer para não enxergar a realidade e negar qualquer ajuda e aproximação de Nekhliúdob:

— Afaste-se de mim. Sou uma condenada aos trabalhos forçados e você é um príncipe, não tem nada o que fazer aqui — gritou, completamente transfigurada pela ira, desvencilhando-se da mão dele. — *Você quer salvar-se por meio de mim* — prosseguiu, afobada para exprimir tudo o que se erguera na sua alma. — *Você, por meio de mim, se regalou à vontade neste mundo, agora quer, por meio de mim, salvar-se no outro mundo! Você me dá nojo, os seus óculos, toda essa sua cara gordurosa, asquerosa. Vá embora, vá embora!* [...].¹⁰⁵

Sem Máslova, Nekhliúdob “jamais sentiria toda a sua criminalidade”, sem Máslova ele jamais compreenderia a extensão do que aquele estupro significou para ela. “Só agora ele via o que tinha feito com a alma daquela mulher, e ela via e compreendia o que haviam feito com ela. Antes, Nekhliúdob brincava com os seus sentimentos, deliciando-se consigo mesmo, com o seu *arrependimento*; agora, sentia apenas horror”¹⁰⁶.

Esse momento de exasperação de Máslova foi o ápice de um sentimento que vinha se levantando nela e, de fato, não conta quase nada ao príncipe. Afinal nada lhe deve, e se algo que Nekhliúdob é para ela, sem dúvida, é dor e sofrimento. No passado, ela lhe confiou seus sentimentos, seu carinho e amizade adolescente, a experiência lhe ensinou que os homens se aproveitam disso para benefício próprio, benefício sexual e egoísta. Que outra reação Máslova teria senão essa citada?

No capítulo XXXVII da parte 1 podemos notar o momento decisivo que causou a virada pessimista em Máslova, uma virada que a fez deixar de ser a adolescente feliz e inocente, para ser a mulher desacreditada, desesperançada e deprimida. Era ainda na época em que Máslova

¹⁰⁵ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 1, capítulo XLVIII, p. 166. Grifo nosso.

¹⁰⁶ *Ibidem*, capítulo XLIX, p. 167. Grifo nosso.

trabalhava e morava na casa das tias de Nekhliúdob, estava grávida e teve a notícia de que o príncipe, ao retornar do exército, passaria de trem pela estação, mas não visitaria as tias. Em uma última tentativa, nem ela sabe bem o que queria ou o que aconteceria, foi de madrugada até a estação e avistou Nekhliúdob dentro de um vagão de primeira classe. Ele está bem arrumado, ri e se diverte com os amigos. Ela está em farrapos, na chuva, no frio e com um filho dentro de si que é mais um estorvo. Entretanto, o trem parte e é tarde demais para encontrar Nekhliúdob. Máslova corre na lama atrás do trem, seu esforço é inútil, então o desespero toma conta de si. Vemos uma breve alusão à Anna Kariênina: “Vai passar um trem... debaixo de um vagão, e acabou-se”, pensava Katiucha”¹⁰⁷. Mas logo volta a si e “todo ódio por ele e o desejo de vingar-se, nem que fosse com a própria morte — tudo isso de repente foi para longe”¹⁰⁸. Foi a partir dessa noite, e curiosamente não a partir da noite do estupro, que Ekatierina Máslova deixou de ser a alegre Katiucha.

A partir daquela noite horrível, parou de acreditar no bem. Antes, ela mesma acreditava no bem, e que as pessoas também acreditavam, mas depois daquela noite convenceu-se de que ninguém acreditava nisso e que todos os que falam em Deus e no bem, todos esses agem assim só para enganar as pessoas. Ele, a quem amava e que também a amava — disso ela sabia —, abandonou-a, depois de satisfazer-se com ela e ultrajar seus sentimentos. No entanto ele era a melhor pessoa entre todas as que Katiucha conhecia. Todas as demais eram ainda piores. E tudo o que aconteceu com ela veio confirmar isso, em cada passo. [...] as mulheres pelevavam para obter dinheiro por meio dela; os homens, a começar pelo velho comissário de polícia, até o carcereiro da prisão — todos olhavam para ela como um objeto de prazer. [...]. Todos viviam só para si, para o seu prazer, e todas as palavras sobre Deus e o bem eram um engano. E quando surgiam perguntas sobre o motivo de tudo no mundo estar arranjado de maneira tão ruim, de todos fazerem mal uns aos outros e de todos sofrerem, era preciso não pensar no assunto. Vinha o tédio — e ela fumava ou bebia ou então, o que era melhor de tudo, se fazia amar por um homem, e aquilo passava.¹⁰⁹

O processo de “cura” dessas feridas antigas, assim como o processo para estabelecer a confiança em pessoas próximas, se deu de forma bastante lenta e gradual. O primeiro passo em direção ao estabelecimento de uma confiança em Nekhliúdob se deu no final da primeira parte do romance, quando o príncipe, por meio de contatos com os presos políticos e autoridades, arranhou a transferência de Máslova para um hospital, onde teve melhores condições de alojamento e um trabalho como enfermeira na ala infantil. Na parte 2, enquanto Máslova se adapta ao novo local e ao trabalho, Nekhliúdob viaja a fim de resolver qualquer pendência quanto às propriedades que herdara. “[...] a fim de preparar-se para embarcar no trem rumo a Sibéria acompanhando Máslova, o que Nekhliúdob estava firmemente resolvido a fazer, era

¹⁰⁷ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 1, capítulo XXXVII, p. 134.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 134-135.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 135.

agora necessário ir ao campo para pôr em ordem os seus negócios por lá”¹¹⁰. Nos planos que ele estipulara para si, sentia que devia se desfazer de tudo que passou a considerar ilegítimo — aquelas convicções, antes adormecidas, agora voltavam à tona.

Um mês antes, Nekhliúdob diria a si mesmo que não tinha forças para alterar a ordem vigente, que não era ele que administrava a propriedade — e ficaria mais ou menos calmo, pois vivia distante da propriedade, enquanto recebia dela o dinheiro. Mas agora resolveu que, apesar da prevista viagem de trem rumo à Sibéria e da sua relação complicada e difícil com o mundo das prisões, na qual o dinheiro era necessário, não podia deixar as coisas no mesmo estado de antes e devia, em prejuízo próprio, modificá-las.¹¹¹

Afinal, Nekhliúdob começa a analisar sua própria vida e a de sua classe, verificando o quanto esta é favorecida por um sistema que encarcera e explora certos tipos de indivíduos — não só encarcera no sentido de colocá-las nas instituições prisionais, mas também encarcera num estado de servidão. Toda a vida de Nekhliúdob é dependente do trabalho de outros, não só na questão da produção dos bens de consumo, quanto também na renda obtida graças ao trabalho que ele, a partir de então, passa a considerar como um trabalho escravo. Para ao menos mudar as condições de vida dos camponeses que a ele estão atados, ele segue em algumas tentativas de acordo, tanto com os mujiques, quanto com os administradores, para dar condições mais justas de posse de terra para quem realmente a labora e para que tenham um trabalho livre das obrigações senhoriais.

A primeira tentativa é realizada em sua propriedade em Kuzmínskoie. Lá, Nekhliúdob toma conhecimento da condição dos camponeses a partir do relato do administrador:

O exame dos livros de contabilidade e a conversa com o administrador, que expôs com ingenuidade as vantagens de os camponeses de pouca terra ficarem cercados pelas terras do senhor, consolidou ainda mais em Nekhliúdob a intenção de desfazer-se da sua propriedade e ceder toda a terra para os camponeses. Dos livros de contabilidade e das conversas com o administrador, ele soube que, como antes, dois terços das terras melhores para a lavoura eram cultivadas por trabalhadores assalariados, com equipamentos mais aprimorados, e o terço de terra restante era cultivado por camponeses que recebiam cinco rublos por diessiatina, ou seja, por cinco rublos, um camponês era obrigado a lavrar três vezes, arar e semear três vezes cada diessiatina de terra, e depois ceifar, amarrar ou comprimir os feixes e levá-los para a eira coberta, ou seja, executar até o fim um trabalho pelo qual um trabalhador livre que cobrasse barato receberia no mínimo dez rublos por diessiatina. Por sua vez, os camponeses pagavam com o seu trabalho tudo o que precisavam e recebiam do escritório, a preços caríssimos. Trabalhavam pelo uso do prado, da floresta, pelas ramas de batata, e quase todos tinham dívidas com o escritório.¹¹²

¹¹⁰ TOLSTÓI, *Liev. Ressurreição*. 2013, Parte 2, capítulo I, p. 199.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 200.

¹¹² *Ibidem*, p. 201.

Nekhliúдов estava decidido a mudar essa situação, mas se aflige com uma dúvida interna quanto às intenções de suas ações. Ele se pergunta: “[...] será que está sendo sincero perante a sua consciência ao agir da forma como está agindo, ou faz isso para as pessoas, para gabar-se diante delas?”. E o que surpreende é que ele assume “que aquilo que as pessoas iriam falar sobre ele influenciava sua decisão”¹¹³. Essa insegurança e indecisão sobre *o que* fazer, *como* fazer e *para que* fazer, o abalam de tal maneira que a reunião com os mujiques de Kuzmínskoie se torna confusa e completamente malsucedida. Nekhliúдов vinha na intenção de negociar a venda das terras para os camponeses e a negociação transformou-se em um “torneio verbal em que os participantes não compreendiam direito o que diziam nem para quê. Só se percebia, de um lado, uma exasperação contida pelo medo e, de outro lado, a consciência da própria supremacia e do próprio poder”¹¹⁴. Novamente vemos a expressão daquela Torre de Babel, isto é, a difícil tarefa de compreenderem uns aos outros quando todas as condições de vida inerentes às duas classes fazem com que seu modo de pensamento seja em tudo distinto — algo que não é facilmente superado. No fim das contas os próprios mujiques, não compreendendo nada e desconfiando das intenções do patrão, lhe dizem que já que Nekhliúдов é o dono das terras, é ele quem deve dar o preço. Ele estipula um valor bem abaixo do preço da região; apesar disso, não há concordância entre os mujiques. Entretanto:

Tudo se arranhou conforme Nekhliúдов queria e esperava: os camponeses receberam a terra por uns trinta por cento a menos do que se pagava pela terra nas redondezas; o rendimento de Nekhliúдов com a terra ficava reduzido quase à metade, mas era mais do que suficiente para ele, sobretudo com o acréscimo da soma que ele recebeu pela venda de uma floresta e da soma que devia ser apurada com a venda dos implementos agrícolas. Tudo estava ótimo, ao que parecia, mas Nekhliúдов, o tempo todo, sentia vergonha de alguma coisa. Via que os camponeses, apesar de alguns deles lhe dizerem palavras de gratidão, estavam insatisfeitos e esperavam algo mais. No final, ele se privara de muita coisa, mas não fez pelos camponeses o que eles esperavam.¹¹⁵

Nekhliúдов saiu de lá em direção à Pánovo, propriedade onde conhecera Katiucha, com “a sensação desagradável de deixar algo inacabado”¹¹⁶ e não soube nem ao menos pontuar onde estava o seu erro. Ao contrário do que havia feito em Kuzmínskoie, ali na aldeia de Pánovo Nekhliúдов vai visitar pessoalmente os mujiques e conhecer sua realidade não através de números num registro administrativo, nem enviado pelo depoimento de um administrador (que em geral também enriquece às custas dos mujiques). Vendo o que era morar numa isbá úmida, mofada, minúscula, com apenas uma sopa rala, às vezes branqueada com algum leite

¹¹³ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 2, capítulo I, p. 203.

¹¹⁴ *Ibidem*, capítulo II, p. 206.

¹¹⁵ *Idem*.

¹¹⁶ *Idem*.

que conseguiam, que não dava para alimentar a família numerosa que lá vivia, Nekhliúdob tem um choque de realidade. Ele vê uma porção de mulheres, viúvas ou com os maridos presos, tendo de trabalhar até suas forças se esgotarem, umas grávidas, outras com crianças de colo tão magras que mais pareciam bebês envelhecidos e não acredita em como aquilo tudo pode ser não só possível, mas como parece ser até normalizado.

“O povo morre, está acostumado à própria mortandade, em seu meio criaram-se maneiras de viver propícias à mortandade — a morte de crianças, o trabalho das mulheres acima de suas forças, o alimento insuficiente para todos, sobretudo para os velhos. E o povo entrou nessa situação de modo tão gradual que ele mesmo não enxerga todo o seu horror e não se queixa disso. Portanto nós também achamos que tal situação é natural e assim deve ser”. Agora, para ele, estava claro como o dia que a causa principal das carências do povo, reconhecida e sempre declarada pelo próprio povo, era que os senhores de terra tomavam do povo aquela terra que era a sua única fonte de sustento. [...]. Estava perfeitamente claro que toda a pobreza do povo, ou pelo menos a causa principal e mais próxima da pobreza do povo consistia em que a terra que o alimenta não está em suas mãos, mas nas mãos de pessoas que, tirando proveito desse direito sobre a terra, vivem às custas do trabalho do povo. Assim, a terra, tão necessária ao povo, cuja falta leva as pessoas à morte, é cultivada por pessoas reduzidas à pobreza extrema, para que o trigo que vem dela seja vendido no exterior, para que os senhores de terra possam comprar para si chapéus, bengalas, carruagens, objetos de bronze etc.¹¹⁷

Nekhliúdob ainda reflete:

“Nas sociedades científicas, nas instituições governamentais e na imprensa, debatemos sobre as causas da pobreza do povo e sobre os meios de elevar seu nível de vida, só não falamos do único meio indubitável, capaz de elevar seguramente o nível de vida do povo, que consiste em parar de tomar do povo a terra de que ele necessita”.¹¹⁸

Compreendendo então que a terra é um direito e não pode ser objeto de compra e venda, objeto de especulação ou objeto de propriedade, passa a também compreender o que lhe incomodou no acordo realizado na propriedade da aldeia de Kuzmínskoie: o fato de ter negociado a venda de algo que não deveria pertencer nem a ele nem ninguém por princípio. Além disso, Tolstói defende através de Nekhliúdob um posicionamento que está expresso em diversos dos seus escritos teóricos: de que o centro da vida é o campo, sem o campo a cidade não se alimenta. Não à toa o autor irá refletir nas páginas de seu diário que o principal erro “é que as pessoas querem organizar a sociedade sem vida agrícola ou organizá-la de modo tal que a vida agrícola seja apenas uma e a mais insignificante das formas de vida”¹¹⁹. Tendo isso em vistas, o plano de Nekhliúdob na ida à Pánovo já se modificara totalmente em comparação ao

¹¹⁷ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 2, capítulo VI, p. 217-218

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 218.

¹¹⁹ TOLSTÓI, Liev. Diário 2 de abril [de 1906]. Iásnaia Poliana. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 169.

de Kuzmínskoie. Ele pretendia ceder as terras aos mujiques por completo, além de auxiliá-los no estabelecimento de uma taxa a ser paga a um fundo comunitário, a fim de cobrir os impostos e obrigações comuns.

Depois do almoço, Nekhliúдов, a muito custo, fez sentar o administrador à sua frente e, a fim de pôr-se à prova e ao mesmo tempo expor a alguém aquilo que o preocupava, comunicou-lhe o seu projeto de devolver as terras aos camponeses e perguntou-lhe qual a sua opinião. O administrador sorriu, deu a entender que ele mesmo já havia pensado naquilo havia muito tempo e estava muito contente de ouvi-lo, mas no fundo não compreendia nada, obviamente não por Nekhliúдов ter se expressado de forma obscura, mas sim porque aquele projeto significava que Nekhliúдов renunciava a seus lucros em favor do lucro de outros, ao passo que a certeza de que todo homem se preocupa apenas com os próprios lucros, em detrimento do lucro dos outros, estava tão enraizada na consciência do administrador que ele supunha não ter compreendido alguma coisa, quando Nekhliúдов disse que toda a receita proveniente da terra deveria formar um capital comum dos camponeses.¹²⁰

O administrador de Pánovo questiona Nekhliúдов se ele deixará, dessa forma, de obter lucro com as propriedades; o príncipe responde-lhe afirmativamente. “O administrador soltou um suspiro profundo e depois voltou a sorrir. Agora ele estava entendendo. Entendia que Nekhliúдов não era um homem plenamente são [...]”¹²¹. Esse espanto, desconfiança e falta de compreensão não só ocorreram quando Nekhliúдов tentou explicar seu plano ao administrador, mas também à assembleia de mujiques. Não compreenderam não por falta de inteligência, contudo:

Estavam, sem dúvida, convencidos de que é próprio a todo homem defender o seu lucro. Quanto aos proprietários de terra, havia muito tempo que eles, pela experiência de várias gerações, sabiam que um proprietário sempre defende o seu lucro em prejuízo dos camponeses. Por isso, se o proprietário os convoca e propõe algo novo, é obviamente com o propósito de enganá-los de um modo ainda mais astuto.¹²²

Sem uma decisão tirada a partir da assembleia, Nekhliúдов pede que os mujiques pensem a respeito e chama alguns deles para uma nova reunião, a fim de explicar, de forma mais íntima e coloquial, que o plano realmente não visava seu lucro e que era preciso que os mujiques se organizassem para pensar nas melhores formas de distribuição de terras e estabelecimento da taxa comunal segundo um critério que considerassem justo. Por sua vez, esses poucos mujiques que compreenderam a questão comunicaram à grande assembleia. Não houve plena confiança, mas se estabeleceu um consenso de aderir à redistribuição de terras e ao fundo comunitário.

¹²⁰ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 2, capítulo VI, p. 219.

¹²¹ Idem.

¹²² Ibidem, capítulo VII, p. 221.

Analisando esses nove capítulos iniciais da parte 2 de *Ressurreição*, não parece ser ao acaso que o protagonista tenha o mesmo nome do jovem do conto *Manhã de um senhor de terras*¹²³. Estes capítulos mencionados de *Ressurreição* se assemelham em forma e conteúdo com o que é apresentado no conto. Porém, Tolstói menciona em seu diário: “O pensamento central do romance [*Manhã de um senhor de terras*] deve ser a impossibilidade de uma vida correta de um proprietário rural instruído de nosso século, enquanto existir escravidão”¹²⁴. Por essa razão, quando Tolstói retoma tanto a temática quanto a personagem, ele abandona todo o caráter reformista e autoritário: se o Nekhliúdob do conto acreditava ter as soluções para todos os problemas, sem abdicar de seus privilégios, e que, em sua concepção, as mudanças só não ocorriam por uma resistência ignorante por parte dos mujiques, esse Nekhliúdob mais velho sabe que não é por teimosia que não mudam, que a solução não pode ser imposta e que deve haver deliberação e acordo junto aos camponeses — uma expressão concernente a isso é a proposta de educação “não-hierárquica” feita por Tolstói, que veremos mais adiante, onde busca-se uma maior participação dos alunos nas decisões em sala de aula. Além do mais: a principal diferença está em que o jovem Nekhliúdob do conto não está preocupado em dar condições necessárias para a plena liberdade e autonomia dos mujiques. Por mais que ele se sinta responsável pela vida dessas pessoas e tenha uma atitude “nobre”, os camponeses ainda estão em situação de escravidão. Diferentemente, o Nekhliúdob de *Ressurreição* reconhece, após as tentativas de Kuzmínskoie e de Pánovo, que não basta somente dar melhores condições, mas que, em princípio, deve-se mudar radicalmente as bases que impedem a autonomia dos camponeses. De um lado, essas mudanças estão expressas de forma prática no que concerne a não lhes impor a violência da privação do uso da terra, nem lhes taxar impostos, não só porque os impostos eram tantos que não restava o suficiente para se manterem, ao passo que a elite não era taxada, como também o dinheiro ou suprimentos arrecadados cumpriam propósitos de todo prejudiciais aos camponeses, isto é, serviam para manter o padrão de vida dos nobres, o funcionalismo público e as guerras. Sob outro aspecto, ao assumir que qualquer decisão, mesmo que seja positiva, deve obrigatoriamente passar pela deliberação de todos, isso muda substancialmente a ordem política hierárquica, reconhecendo assim que os mujiques necessariamente devem ter voz ativa nas decisões e políticas comunitárias. Essa exigência de mudança que Tolstói expressa através do Nekhliúdob de *Ressurreição* está alinhada à sua

¹²³ Ainda há um terceiro trabalho em que Tolstói se utiliza deste mesmo personagem: o conto *Das memórias do príncipe D. Nekhliúdob*. In: TOLSTÓI, L. N. *Contos completos*, V. I, 2015. p. 588-624.

¹²⁴ SCHNAIDERMAN, Boris. *Leão Tolstói*. 1983, p.78-79. Na citação, ele menciona ‘romance’, mas se trata do conto *Manhã de um senhor de terras*, que inicialmente tinha-se a intenção de torná-lo um romance.

tentativa (teórica) de estabelecer parâmetros mais justos para a sociedade e também para o agir individual, onde nenhuma espécie de violência seja permitida e incentivada, como a sessão a seguir busca expor.

Retornando à narrativa do romance: após resolver os assuntos no interior, e já de volta à Moscou, Nekhliúdob, com o olhar mais atento a perceber a miséria que antes ignorava, compreende toda a pobreza que também existe nas cidades:

Em todas essas pessoas, Nekhliúdob agora não conseguia deixar de ver as mesmas pessoas do campo, que não tinham terra e por isso eram forçadas a ir para a cidade. [...]. Igualmente lamentáveis pareceram a Nekhliúdob os sapateiros que viu trabalhando, através da janela de um porão; e também as lavadeiras magras, pálidas, desgrenhadas, que com os braços magros e desnudos passavam roupa diante de janelas abertas, das quais derramava-se um vapor de sabão. E também dois tintureiros de avental e sapato roto nos pés sem meia, manchados de tinta da cabeça ao calcanhar, que passaram por Nekhliúdob. [...]. Tinham rostos fatigados e irritados. Também assim eram os rostos empoeirados, negros, dos carroceiros que sacolejavam em suas carroças. Também assim eram os esfarrapados e inchados homens e mulheres que ficavam com crianças nas esquinas e pediam esmola.¹²⁵

No capítulo XII, devido a uma conversa com um cocheiro que o transportava até o hospital onde Máslova estava, Nekhliúdob reflete sobre os trabalhadores da construção civil, gente essa que ganha tão pouco para construir os palácios mais luxuosos da nobreza. E então, no capítulo XIII, a narrativa se estende sutilmente, pois, pelas lembranças de Máslova, vemos ainda um outro tipo de trabalhadoras da cidade: as prostitutas. Aqui, Katiucha não está mais justificando o que um dia lhe pareceu uma vida confortável; pelo contrário, afastada, reflete então com amargor sobre a rotina do prostíbulo. Máslova e Nekhliúdob passam a sentir, paralelamente, uma repulsa pelo ambiente que um dia lhes pareceu tão natural.

[...] Nekhliúdob, como sempre, afligia-se penosamente com o fato de que, a fim de pedir ajuda aos oprimidos, ele tinha de se colocar do lado dos opressores, como se reconhecesse que a atividade deles era legítima, pois se dirigia a eles com pedidos de que, pelo menos um pouco, e com relação apenas a determinadas pessoas, se abstivessem de suas habituais crueldades [...].¹²⁶

Nekhliúdob, em especial, ao tratar com os líderes e funcionários do governo, dos quais precisa que, a depender do humor e da influência, autorizem as apelações, autorizações de visitas ou transferências, revisões dos casos e solturas, sente-se levado contra a vontade a ter de prestar lisonjas e agradecimentos pela “bondade” por terem lhe atendido. Onde há bondade ao se tratar um suspeito como já condenado? Que bondade há em se tratar um presidiário como coisa? Sobre a questão da desumanização dos presos, o tratamento indigno que recebem ao

¹²⁵ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 2, capítulo X, p. 232.

¹²⁶ Ibidem, p. 250.

serem taxados não mais como pessoas com direitos, mas como números ou coisas, Nekhliúdiv ouviu um relato de uma revolucionária, tia de uma mulher por quem ele intercedeu pela soltura:

— [...]. Mesmo que as privações fossem três vezes maiores, tudo isso seria fácil de suportar, se não fosse o choque moral que a pessoa recebe quando é presa pela primeira vez.

— A senhora o experimentou?

— Eu? Fui presa duas vezes — respondeu a tia, com um sorriso tristonho e afável. — Quando me prenderam pela primeira vez, e prenderam sem nenhum motivo — prosseguiu —, eu tinha vinte e dois anos, tinha uma filha pequena e estava grávida. Por mais que fosse penosa para mim a privação da liberdade, naquela ocasião, e ficar separada da criança, do marido, tudo isso era nada em comparação com que senti quando compreendi que havia deixado de ser uma pessoa e me tornara uma coisa. Quero me despedir da filha, dizem-me para eu andar em frente e sentar no coche. Pergunto para onde me levam, respondem que eu vou saber quando chegar. Pergunto do que me acusam, não respondem. Quando, depois do interrogatório, me despiram e me vestiram numa roupa de presidiária com um número, levaram-me por debaixo de uma arcada, destrancaram uma porta, me empurraram para lá, trancaram com cadeado, foram embora e deixaram só um guarda com um fuzil, que caminhava calado e de vez em quando espiava pela janelinha da minha porta, foi terrivelmente doloroso para mim. [...] É impossível suportar isso impunemente. Se alguém acreditasse em Deus e nas pessoas, acreditasse que as pessoas amam umas às outras, depois disso deixaria de acreditar. Desde então, parei de acreditar nas pessoas e fiquei mais áspera — conclui ela e sorriu.¹²⁷

E o que deixa Nekhliúdiv indignado e verdadeiramente surpreso é como, desde o guarda da prisão, até os ministros e o Tsar, “a todos eles não atrapalhava nem um pouco o fato de inocentes sofrerem”¹²⁸. Espanta-lhe como essas pessoas que possuíam em algum grau o poder de tirar a vida de alguém, de condená-la à prisão ou aos trabalhos forçados, o poder de categorizar uma pessoa como condenada, como criminosa, como coisa, como poderiam sequer se sentir isentas de qualquer culpa? Como poderiam ter se tornado blindadas de qualquer sentimento de compaixão ou mesmo pena? Nekhliúdiv admite em certo ponto do romance¹²⁹ que sente medo dessas pessoas, mais medo do que de um bandido, pois um bandido pode vir a sentir pena, pode repensar suas ações, já uma autoridade fora treinada para não questionar, não pensar, só agir e agir com eficiência e rapidez. Nekhliúdiv então reflete:

Se fosse formulado o problema psicológico: como fazer para que pessoas da nossa época, pessoas cristãs, humanas, simples e boas, pratiquem as maldades mais terríveis sem sentirem-se culpadas, só haveria uma solução possível — seria preciso que se fizesse exatamente como se faz agora, seria preciso que tais pessoas fossem governadores, diretores, oficiais, policiais, ou seja, que em primeiro lugar estivessem convencidas de que existe um trabalho chamado serviço de Estado, no qual é possível tratar as pessoas como se fossem coisas, sem relações fraternas e humanas com elas, e em segundo lugar que essas mesmas pessoas do serviço do Estado estivessem unidas de tal forma que a responsabilidade pelo resultado de suas ações para as outras pessoas não recaísse em ninguém isoladamente. [...] A questão toda reside no fato de as

¹²⁷ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 2, capítulo XXVI, p. 286.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 292.

¹²⁹ Cf. *Ibidem*, capítulo XL.

peças pensarem que existe situações em que se pode tratar um ser humano sem amor, mas tais situações não existem.¹³⁰

Ele assume que não é possível obrigar alguém a amar o próximo, nem é a intenção — como se verá mais à frente quando tratarmos sobre os aspectos éticos do princípio da não-violência —, mas para um servidor público, ou qualquer trabalho que exija contato com as pessoas, é fundamental sentir amor por elas. “‘Se você não sente amor pelas pessoas, fique quieto’, pensou Nekhliúdob, dirigindo-se a si mesmo, ‘cuide de si, das coisas, do que quiser, mas não das pessoas’”¹³¹. O que contrasta muito com a concepção corrente de que o funcionalismo público deve ser frio, imparcial e objetivo.

Por fim é importante elencarmos os pontos até aqui levantados e que terão conexão com os capítulos ainda por vir. 1) A reconstituição do romance buscou demonstrar que a ideia de crime em Tolstói é *sui generis*, isto é, para o autor, crime é antes a violência exercida pelo Estado contra o povo e não as ações tidas como ilegais que o povo comete diante da situação extrema de violência, miséria e desespero dos quais é forçado.

2) Isso tem a ver com a impossibilidade de definir a causa primeira em *cada* um dos crimes *somente* tendo em vistas as ações individuais; o "criminoso" está em um contexto social e não num vazio hipotético onde há todas as possibilidades de escolhas livres. Além disso, se quiséssemos verdadeiramente oferecer um julgamento justo, haveríamos de esgotar todos fatores que levaram o réu àquele momento. Não se bastando, no caso p. ex. de um roubo, a averiguar se o culpado é mesmo o suspeito, mas o que o levou a isso. E para o autor essa tarefa sempre esbarra na questão de que o contexto extremo impõe necessidades impossíveis de suprir por meios permitidos pelo Estado.

3) Está presente em toda a extensão do romance a manifesta hipocrisia do Estado e da elite ao exigir de uma classe de sujeitos marginalizados que utilizem somente dos meios "legítimos" para sobreviver, quando o Estado supre todos os hábitos, vícios e dívidas da elite sem restrições, algo que nem de longe serve a sua sobrevivência. Ademais, a exploração de trabalho escravo realizado por presos, a mão de obra barata dos camponeses e dos trabalhadores citadinos tem utilidade para a manutenção dessa classe. Esses privilégios de uns sobre os outros e o despotismo são, num sentido bastante literal, uma sentença de morte às classes trabalhadoras e camponesas.

¹³⁰ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 2, capítulo XL, p. 338.

¹³¹ *Ibidem*, p. 339.

4) As visitas, apelações dos julgamentos e a exigência de condições mínimas dentro da cela, tudo isso é concedido pelas autoridades como a um favor e fica evidente que, para eles, deve-se agradecer pela sua bondade, quando na realidade deveria ser um direito básico de cada pessoa. A Nekhlíúfov esses pedidos no geral são cedidos pela sua posição, mas nem assim está a salvo de censuras. Essa negação de direitos básicos está vinculada à destituição da dignidade dos presos e suspeitos, sua categorização como número ou coisa, bem como à blindagem que cada autoridade possui contra o sentimento de compaixão, de humanidade e mesmo de responsabilidade, dado que o emaranhado burocrático faz com que "ninguém" seja o culpado pelas violências de Estado.

5) Em diversos momentos Nekhlíúfov confronta-se com funcionários que assumem que a prisão ou morte de inocentes é um risco do qual vale a pena correr, visto que, eles defendem, mesmo que 10 inocentes sejam presos, há a chance de 1 culpado vir a ser sentenciado. Ora, qual o limite para que tantos inocentes presos deixem de ser considerados somente uma exceção, um pequeno erro judicial, para tornarem-se uma regra? O que Tolstói defende é que isso deveria nos chocar: a prisão de sequer um inocente não deveria ser normalizada, e sim ser motivo de revolta.

6) A discussão sobre a ilegitimidade da posse da terra tem estreita relação com a ilegitimidade da autoridade: quem tem o direito de dizer que é dono da terra? Além disso, tanto um caso quanto o outro valem-se da força para assegurar seu poder: os senhores de terra, ilegítimos por não trabalharem a terra, se utilizavam dos castigos materiais e físicos, inclusive fazendo uso da força policial quando julgavam que sua propriedade estava ameaçada; assim também os líderes despóticos ao sentirem-se atacados.

Alguns pontos serão retomados e conectados com o ensaio *O Reino de Deus está em vós*, principalmente no que se refere à utilidade da ordem social vigente. Haveremos também de debater a respeito dessa sensação de cumprimento do dever e da ordem, a falsa sensação de segurança, as estratégias de manutenção da ordem vigente etc. Em resumo, é preciso compreender a crítica de Tolstói à utilidade e aparência que as instituições não só judiciária e prisional possuem, mas também a estrutura governamental como um todo, que move a elite a praticar essas barbáries.

2.2. POR UM PRINCÍPIO CONTRA O ESTADO DE VIOLÊNCIA E A UTILIDADE DO MAL

Podemos afirmar que este estado de violência em que nos encontramos não é algo natural ou mesmo justo. Tolstói inclusive lamenta todo o esforço humano despendido à justificação da legitimidade do uso da violência, justificação esta que procura demonstrar todos os grandes benefícios deste mal, por mais contraditório que possa parecer afirmar isso. Por isso nesta sessão nos importa estabelecer qual a saída proposta por Tolstói dessa visão fatalista de que todas as formas de violência são fatos sociais imutáveis ou que servem a um propósito positivo. Espero que o leitor compreenda que esse mal, que é real e não metafísico ou sobrenatural, não possui senão uma mera aparência de utilidade. Isto é, para Tolstói, como veremos adiante, a utilidade da violência toma as roupagens institucionais das mais diversas, desde a submissão e os métodos do poder, pois, em resumo, o poder, a força (aplicada por meio do exército) e os métodos de imobilismo, são úteis ao privilégio hierárquico. Por isso Tolstói irá valorizar tanto as demonstrações pacíficas de insubmissão praticadas por comunidades sectárias, por menores que sejam, dado que procuram derrubar o círculo de violências sem o uso da força, mas tornando inútil, ou fazendo-se flagrar a essência inútil de qualquer tentativa de coerção do Estado. O que nos indica que seu princípio da não-violência não é somente pacifista, mas também anarquista e em prol da extinção do exército, como se verá.

Mas antes de nos aprofundarmos nessas questões, é preciso uma breve recapitulação. Após este percurso, se há algo que podemos afirmar é que, para a classe trabalhadora e campesina, ao menos na Rússia da época de Tolstói, a vida era um sofrimento. Muitos acreditavam que esse sofrimento se devia a um castigo divino, do qual não só era impossível, quanto até proibida qualquer tentativa de mudança. Outros, por mais que se afastassem da justificativa religiosa, não deixavam de acreditar que a ordem social é de todo imutável e que todo esforço para alterá-la é inútil. O fato é que o abismo social que a Rússia do século XIX possuía era uma erva daninha muito bem nutrida, com motivos para se mantê-la assim.

Já compreendemos através dos capítulos anteriores que um dos aspectos mais evidentes e que origina a crítica de Tolstói é justamente essa injustiça social. Para o autor, a existência de um Estado que legitima os meios para que uma classe privilegiada viva do trabalho alheio é uma verdadeira barbárie:

Em qualquer lugar, de cada mil, duas ou três pessoas vivem assim, sem fazer nada para si, comendo e bebendo em um dia o que alimentaria centenas de pessoas em um ano; vestem roupas que custam milhares, vivem em palácios, onde poderiam se acomodar milhares de trabalhadores; gastam milhares, milhões de dias de trabalho

com seus caprichos; já outros, sem dormir ou se alimentar o suficiente, trabalham mais do que sua força permite, destruindo sua saúde física e mental pelos escolhidos.¹³²

Conseguimos vislumbrar isso em *Ressurreição* e nos contos, e sem dúvida este é um pensamento que se repete exaustivamente: de que se é possível que algumas pessoas tenham poder para decretar leis lucrativas para si mesmas — quando outras vivem e morrem exploradas por essa elite —, enquanto essas pessoas tiverem esse poder, haverá escravidão¹³³. Quando Tolstói diz escravidão, ele compreende o termo da forma mais abrangente possível, afetando toda forma de vida que não tenha as condições necessárias para ser livre. Isso se demonstra naquele trabalhador, seja camponês ou operário, que por meio de leis arbitrárias, taxações, anulações de direitos, condições precárias de trabalho e moradia etc., é acorrentado à miséria e à subserviência a uma classe que o oprime; isto observamos tanto num desempregado ou num pobre sem-terra que vive uma situação de completo abandono e desesperança, quanto em uma mulher que, mesmo grávida, como foi o caso da mãe de Máslova por muitos anos, é obrigada a trabalhar exaustivamente como criada, e ao parir a criança, sem comida sequer para se alimentar, se vê obrigada a deixar a criança morrer de fome e continuar a trabalhar até suas forças se exaurirem — exemplos como esses recheiam *Ressurreição*, mas também se repetem nas novelas e textos teóricos. O autor chega a afirmar polemicamente que ao menos o “escravo da Antiguidade sabia que era escravo por natureza”, pois toda a cultura educava aqueles povos a acreditarem que, por nascimento, existiam pessoas pertencentes a uma casta inferior, “enquanto o nosso operário, sentindo-se escravo, sabe que não deveria sê-lo”, e lhe é negado “não só o que lhe poderia ser concedido, mas sequer o que lhe é devido”¹³⁴. Em uma sociedade que prega os valores de liberdade e igualdade e, como era o caso da sociedade russa, também doutrina os preceitos cristãos, é ingenuidade esperar que os trabalhadores e camponeses não reconheçam a contradição entre sua situação e a da nobreza. Por mais que em palavras se diga “você é meu igual”, os atos o contradizem:

Somos todos irmãos, e, no entanto, a cada manhã, este irmão ou esta irmã fazem para mim os serviços que não desejo fazer. Somos todos irmãos, e, no entanto, preciso a cada dia de charuto, de açúcar, de espelho e de outros objetos em cuja fabricação meus irmãos e minhas irmãs, que são meus semelhantes, sacrificaram e sacrificam sua saúde; e sirvo-me desses objetos, e até os reclamo como meu direito. Somos todos irmãos, e, no entanto, ganho a vida trabalhando no banco, ou numa casa de comércio, num estabelecimento cuja ação final é tornar mais custosas todas as mercadorias necessárias a meus irmãos. Somos todos irmãos, e, no entanto, vivo e sou pago para interrogar, julgar e condenar o ladrão e a prostituta, cuja existência resulta de todo o meu modo de viver e a quem não se deve, como sei, condenar ou punir. Somos todos

¹³² TOLSTÓI, Liev. De *Mas precisa mesmo ser assim?* [1900]. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 147-148

¹³³ Cf. TOLSTOY, Leo. *The slavery of our times*. 1900, p. 86.

¹³⁴ Cf. TOLSTÓI, Liev. *O Reino de Deus está em vós*. 2018, p.115.

irmãos, e vivo e sou pago para recolher impostos dos trabalhadores carentes e empregá-los para o bem-estar dos ociosos e dos ricos. Somos todos irmãos, e sou pago para pregar aos homens uma suposta fé cristã, na qual eu mesmo não creio, e que os impede de conhecer a verdadeira fé; recebo salário como padre, como bispo, para enganar os homens nas questões, para eles, mais essenciais. Somos todos irmãos, mas não forneço ao pobre, senão por dinheiro, meu trabalho de pedagogo, de médico, de literato. Somos todos irmãos, e eu me preparo para o assassinato; aprendendo a matar, fabrico armas, pólvoras, construo fortalezas e por isso sou pago.¹³⁵

Essa perceptiva contradição presente nas relações interclasses na sociedade russa, só pode ser mantida pelo poder, pela força e pelo conseqüente imobilismo do povo frente à ameaça de morte ou castigo. “O homem submisso ao poder não age como quer, mas como é obrigado, e é somente por meio da violência física, isto é, da prisão, da tortura, da mutilação ou da ameaça destes castigos que se pode forçar o homem a fazer aquilo que não quer. Nisto consiste e sempre consistiu o poder”¹³⁶. Para Tolstói, essa submissão, necessária para a manutenção do *status quo*, é a marca do temor da violência e não, de todo, uma escravidão voluntária. “Os governos e as classes dirigentes apoiam-se, hoje, não sobre o direito e sequer sobre uma aparência de justiça”¹³⁷, mas sim sobre um círculo de violência que faz com que as pessoas dificilmente se libertem. Este círculo de violência é o que Tolstói elenca como sendo os quatro “métodos de ações sobre os homens” que o governo *utiliza* em seu favor. Eles são: a intimidação, a corrupção, o hipnotismo e a criação de soldados.

O primeiro método, a intimidação, consiste em representar o governo como algo imutável e sagrado¹³⁸. “Como conseqüência, são punidas com as penas mais cruéis quaisquer tentativas de mudança”¹³⁹. O segundo método “consiste em tomar do povo suas riquezas por meio de impostos e distribuí-las às autoridades que, em troca, encarregam-se de manter e aumentar a opressão”¹⁴⁰, ou seja, o povo banca seu próprio chicote. O terceiro, Tolstói define como “hipnotismo do povo”, que “consiste em deter o desenvolvimento moral dos homens e, com diversas sugestões, mantê-los no arcaico conceito de vida sobre o qual se baseia o poder do governo”¹⁴¹. Nesse quesito entra a “superstição religiosa”, isto é, qualquer meio empregado através da religião que contribua para a alienação dos indivíduos, seja por meio da crença no dever da submissão às autoridades, seja pela arrecadação de dízimos para a manutenção desse hipnotismo; assim como a “superstição patriótica”, “encorajada pela criação de festas nacionais,

¹³⁵ TOLSTÓI, Liev. *O Reino de Deus está em vós*. 2018, p.117.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 167.

¹³⁷ *Ibidem*, p.189.

¹³⁸ Cf. *Idem*.

¹³⁹ *Idem*.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p.190.

¹⁴¹ *Idem*.

espetáculos, monumentos e solenidades que predispõem os homens a não reconhecerem outro valor que não o de seu povo”¹⁴². Por fim, tendo se tornado tão naturalizados a intimidação, a corrupção e o hipnotismo, escolhe-se “entre todos os homens unidos e embrutecidos” uma parcela deles para “torná-los instrumentos passivos de todas as crueldades necessárias ao governo”¹⁴³. Sem a horda de indivíduos armados que formam o exército, dificilmente se asseguraria os fatores anteriores, principalmente o temor¹⁴⁴. Aqui, Tolstói está tratando especificamente dos soldados, mas poderíamos inserir também aqueles que, sem nada a ganhar, sem função previamente determinada através de um posto, sentem-se movidos e autorizados a praticar atos de violência contra aqueles que eles consideram ser “inimigos do Estado”. São esses quatro fatores a que denomino aqui *círculo de violência*, pois mantêm-se de tal forma que é quase impossível apontar por onde isso começa ou por onde termina.

Ademais, esses fatores estão ligados intimamente às classes de atores sociais, e por isso Tolstói afirma que esse conjunto de classes, um governante (que detém o poder), o exército (necessário para garantir o poder pela força) e o povo (submisso pelo temor), introduziu no “conceito social da vida o germe corruptor”¹⁴⁵; e acrescenta: “Quaisquer que sejam os meios usados [pelo exército, herança ou eleição], não foi possível, até hoje, concretizar o ideal de só confiar o poder a homens infalíveis, ou de ao menos remover daqueles que o possuem a possibilidade de subordinar, aos seus, os interesses da sociedade”¹⁴⁶.

Tolstói defende que é próprio da natureza de um soberano, por justamente “deter o poder”, que este esteja inclinado a não se submeter à vontade geral da sociedade. Se fosse o caso de haver uma justificativa para que os interesses pessoais do soberano fossem prioritários frente aos da sociedade, seria necessário, afirma Tolstói, que o poder se encontrasse “nas mãos de infalíveis”¹⁴⁷, mas contesta: “os homens que detêm o poder passam sempre ao largo da santidade, exatamente por terem o poder” e, portanto, “já não se pode justificar o ordenamento social com base na autoridade”¹⁴⁸.

Outro lado do argumento utilizado na defesa da submissão do povo e da utilidade da violência é o de que assim se controlam as discórdias internas e os perigos externos que ameaçam a nação, ou seja, a força exercida teria um fim supostamente benéfico. Sobre o

¹⁴² TOLSTÓI, Liev. *O Reino de Deus está em vós*. 2018, p.191.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Cf. Ibidem, p. 168.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Cf. Ibidem, p. 169.

¹⁴⁸ Idem.

primeiro caso, Tolstói afirma, num claro posicionamento anarquista¹⁴⁹ contra o argumento da legitimação do Estado frente ao estado de natureza: “As discórdias internas, reprimidas pelo poder, renascem do próprio poder”¹⁵⁰. Isto é, o mal ou a violência que o governo, por meio da força, tenta suprimir, não só muitas vezes demonstra-se ser menor do que o mal ou a violência empregada pelo próprio governo, quanto essa própria ação faz perpetuar o círculo de violências e o estado de sofrimento:

O poder governamental, mesmo que faça desaparecer as violências internas, sempre introduz na vida dos homens novas violências, cada vez maiores em razão de sua duração e de sua força. De modo que, se a violência do poder é menos evidente do que a dos particulares, porque se manifesta não pela luta, mas pela opressão, ela, não obstante, existe, e com maior frequência, num grau mais elevado. E não pode ser diferente, porque, além do fato de que o poder corrompe os homens, os cálculos ou a tendência constante daqueles que o detêm terão sempre por objetivo o máximo enfraquecimento possível do violentado — já que, quanto mais estes estão fracos, menos esforços são necessários para dominá-los.¹⁵¹

Sobre as possíveis ameaças externas que um país pode sofrer, elas só são possíveis pelo fato de os Estados serem levados a desconfiar uns dos outros e a competir no aumento de seus exércitos. E este aumento é contagioso, afinal não existe somente um governo, existem outros, “que dominam igualmente por meio da violência”¹⁵². Desta forma, a “cada aumento de efetivos, dirigido por um Estado contra seus súditos, torna-se inquietante para o Estado vizinho e obriga-o, por sua vez, a reforçar seu próprio exército”¹⁵³. Ocorre que, para Tolstói, essas ameaças externas somente são mantidas por uma ideia abstrata, isto é, pelo patriotismo e pela ilusão de superioridade diante de outra nação. O patriotismo “é um sentimento imoral porque o ser humano, [...] sob influência do patriotismo, reconhece-se filho de sua pátria e escravo de seu governo e adota uma conduta contrária à sua própria razão e à sua própria consciência”¹⁵⁴. Contrária à razão e à consciência, pois, em muitos casos, se fosse perguntado a um cidadão comum se mataria a pessoa ao seu lado sem nenhum motivo, ele não cometeria o assassinato, mas em nome da pátria se executam as mais terríveis ações, sem lhes dar sequer um motivo razoável.

Outra questão que se apresenta é: “Mas quem faz parte desse exército que mantém o povo sob tal jugo?”¹⁵⁵ Quem é que contém as greves dos trabalhadores, ameaça o pobre a pagar

¹⁴⁹ A posição anarquista de Tolstói, e sua especificação pacifista, será melhor explicitada mais à frente.

¹⁵⁰ TOLSTÓI, Liev. *O Reino de Deus está em vós*. 2018, p. 170.

¹⁵¹ Ibidem, p. 171.

¹⁵² Cf. Ibidem, p. 175.

¹⁵³ Idem, p. 175.

¹⁵⁴ TOLSTÓI, Liev. Patriotismo e governo [1900]. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 175.

¹⁵⁵ TOLSTÓI, Liev. Carta a um oficial de baixa patente [1899]. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 137.

os impostos que consomem todo o seu ganho, enquanto a classe mais abastada não é taxada, quem é que atira contra o camponês que reivindica um pedaço de terra? Quem é que compõe as massas de exércitos que são enviados à fronteira para protegerem essa ideia de nação? A mais nefasta estratégia de Estado, na visão de Tolstói, é a de que os homens que compõem o exército não são sujeitos externos ou alheios à sociedade, mas cidadãos convocados ao serviço militar obrigatório. Estes homens, em sua maioria camponeses que viviam em pequenas aldeias e comunas, criados por um forte senso comunitário, agora se veem obrigados a seguir uma disciplina militar, contrária aos seus instintos. Ao seguir as ordens do Estado, e agir violentamente contra a própria população da qual fazem parte, acabam se tornando “seus próprios tiranos”¹⁵⁶.

Com o serviço militar obrigatório, os homens, tendo feito todos os sacrifícios possíveis para evitar as crueldades da luta e a instabilidade da vida, são vergonhosamente chamados a correr todos os perigos que acreditavam evitar e que, ademais, a associação — Estado — pela qual sacrificaram seus interesses pessoais corre os mesmos perigos de morte que ameaçavam o indivíduo isolado.¹⁵⁷

O autor não só deflagra a violência do sistema, como também sua irracionalidade. A vida em sociedade teria por função justamente assegurar os meios para que os seus cidadãos tenham segurança e tenham a possibilidade de melhorar suas condições de vida; “ora, o serviço militar destrói tudo isso”¹⁵⁸. Mas a questão não se encerra aí. Ainda seria possível defender, e muitos de fato defendem, a existência da polícia ou do exército contra criminosos, pessoas que poderiam colocar a segurança da população em risco. Vemos isso constantemente em *Ressurreição*: funcionários que justificam suas decisões políticas, castigos físicos e prisões em nome da segurança pública, o que confere aos seus atos uma aparência de justiça e bem. Nekhliúdob espanta-se constantemente com o fato de que todas as discussões sobre “justiça, o bem, a lei, a fé e Deus etc.” eram apenas palavras que encobriam “a crueldade e o egoísmo mais grosseiro”¹⁵⁹.

Porém, Tolstói refuta o argumento de que a violência seja um modo de controle eficaz:

Sabemos, hoje, que as ameaças e os castigos não podem fazer diminuir o número desses homens, e que este não diminuirá senão pela mudança do ambiente e da influência moral. [...] a ação do governo, com seus cruéis métodos de coerção, atrasados para o estágio de nossa civilização — como prisões, a força, a guilhotina —, concorre muito mais para a barbárie dos costumes do que para sua suavização e, em consequência, cresce, mais do que diminui, o número de violentos.¹⁶⁰

¹⁵⁶ TOLSTÓI, Liev. *O Reino de Deus está em vós*. 2018, p. 175.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 175-176.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 176.

¹⁵⁹ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 2, capítulo XXVII, p. 292.

¹⁶⁰ TOLSTÓI, Liev. *O Reino de Deus está em vós*. 2018, p. 179.

O fato é que longe de visar a reabilitação ou ser um modo justo de lidar com desordens sociais, o manutenção do exército, das prisões, e a constante exploração dos trabalhadores, serve ao interesse de uma classe privilegiada e do governante que a ela pertence. “Para o governo e todos os indivíduos das classes sociais mais elevadas, que apoiam o governo e vivem do trabalho alheio, é preciso ter um meio de domínio sobre os trabalhadores; o meio para isso é o exército”.¹⁶¹ Portanto, um dos fatores cruciais do projeto político de Tolstói, é justamente a extinção do mesmo. Esse posicionamento pode parecer de uma grande ingenuidade¹⁶², ou radicalismo, mas possui uma lógica: por que manter uma instituição cuja única função é matar e dominar, esperando-se que ela alcance a paz? “A guerra é consequência inevitável da existência de pessoas armadas. Um país que mantém um grande exército permanente, cedo ou tarde, vai lutar”¹⁶³. Toda a argumentação, ou melhor, propaganda (no sentido mais negativo da palavra) de que uma certa violência é aceitável, de que o exército e as prisões são úteis e dão segurança para a nação, mostra-se falsa desde o princípio, pois aprisiona e mata quem diz proteger. Claramente, a segurança e o bem-estar são pensados somente para uma classe.

O povo oprimido, desprovido, miserável, ignorante, morre. Por quê? Porque a terra está nas mãos dos ricos, o povo está subjugado em fábricas, usinas, salários, pois dele arrancam impostos, derrubam o valor de seu trabalho e aumentam o valor do que ele precisa. Como se livrar disso? Tomando a terra dos ricos? Mas, se você fizer isso, vêm os soldados, matam os rebeldes e os jogam na prisão. Tomando as fábricas, as usinas? Acontecerá o mesmo. Organizando e sustentando a greve? Mas isso nunca terá êxito. Os ricos resistirão mais tempo do que os trabalhadores, o exército estará sempre do lado dos capitalistas. O povo nunca sairá dessa indigência na qual é mantido enquanto o exército estiver em poder das classes dominantes.¹⁶⁴

É possível compreender, portanto, que não é somente por ser contra a violência que Tolstói é pacifista, mas principalmente por ser contra o argumento da utilidade do mal, caracterizando-se assim como uma postura pacifista contra-utilitária. Defino assim seu posicionamento tanto por ser contrário à ideia de que a violência possa se mostrar útil, sendo que qualquer exemplo utilizado no argumento em defesa da sua utilidade é, para o autor, uma mera aparência de benefício ou vantagem. É somente aparente, pois não é verdade que, por exemplo, o assassinato, seja por um civil, soldado ou tribunal, seja útil por *princípio* — como

¹⁶¹ TOLSTÓI, Liev. Carta a um oficial de baixa patente [1899]. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 135.

¹⁶² Esse tipo de crítica lançada contra a ingenuidade de Tolstói é principalmente levantada por Lênin. O presente trabalho não irá contemplar esses aspectos, portanto, indica-se a leitura: LENIN, N. *An Appraisal of Leo Tolstoy* (1910). New International, Vol.3 No.1, February 1936, p.22-23. Disponível em: <<https://www.marxists.org/history/etol/newspape/ni/vol03/no01/lenin.htm>>, acesso em: 17/02/2021.

¹⁶³ TOLSTÓI, Liev. Patriotismo e governo [1900]. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 176.

¹⁶⁴ TOLSTÓI, Liev. Carta a um oficial de baixa patente [1899]. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 137.

se verá mais a frente, Tolstói é bastante categórico em afirmar que não há, em sua proposta, nenhuma margem para o agir violento. E é contra-utilitário também no sentido de ser, justamente, contra a proposta de se estabelecer um cálculo para medir as consequências das ações, onde, portanto, haveria uma via em que a violência pudesse ser justificada. O que não é possível, já que Tolstói mesmo afirma que “essa organização da vida, na qual a maioria das pessoas deve se arruinar para que um pequeno número de pessoas utilize em excesso” é por princípio “um absurdo porque não é vantajosa para todos”¹⁶⁵ — note-se que Tolstói não visa nem que a vantagem seja estendida para uma *maioria*, e sim que deva cobrir a *todos*.

Ora, o romance *Ressurreição* torna-se expressão máxima dos problemas relacionados à justificação do uso da violência. Nele demonstra-se que as prisões e a propriedade privada não têm a função de assegurar o bem geral e a segurança, mas serve à marginalização, trabalho escravo e morte de tipos de sujeitos indesejados, contribuindo assim para a manutenção do Estado, das riquezas da nobreza e do pretenso progresso. O mesmo encontra-se em *O Reino de Deus está em vós*:

Se o trabalhador não tem terra, se ele é privado do direito mais natural, o de extrair do solo seu sustento e de sua família, não é porque o povo assim queira, mas porque determinada classe — os proprietários fundiários — tem o direito de contratar ou não o trabalhador. E esta ordem de coisas contra a natureza é mantida pelo exército. Se as imensas riquezas acumuladas pelo trabalho são consideradas pertencentes não a todos, mas a alguns; e o pagamento dos impostos e seu uso são abandonados ao capricho de alguns indivíduos; se as greves dos operários são reprimidas e as dos capitalistas, protegidas; se determinados homens podem escolher as formas de educação (religiosa ou leiga) dos jovens; se certos homens têm o privilégio de fazer leis às quais todos os outros devem se submeter, e de assim dispor dos bens e da vida de cada um; tudo isto acontece não porque o povo queira e porque deve acontecer naturalmente, mas porque os governos e as classes dirigentes assim querem, para o seu proveito, e o impõem por meio de uma violência material.¹⁶⁶

Como bem afirmou o tradutor Aylmer Maude: “[...] o traço característico de um governo é reivindicar o direito moral de infligir castigos físicos e, por determinação sua, transformar o assassinato em uma boa ação”¹⁶⁷. Como então mudar essa ordem social? Será pela revolução armada? Pelo assassinato de imperadores e governantes? A Revolução de 1917 não foi a primeira tentativa de tomada de poder na Rússia por revolucionários, nem mesmo foi a primeira vez que algum tsar havia sido assassinado. A partir de Catarina I, entre os séculos XVII e XVIII, começaram os sucessivos golpes de Estado e assassinatos. Pedro III, Paulo I, Alexandre II, Nicolau II, foram ou assassinados por revolucionários, ou por opositores que consideravam suas

¹⁶⁵ TOLSTÓI, Liev. De *Mas precisa mesmo ser assim?* [1900]. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 149-150.

¹⁶⁶ TOLSTÓI, Liev. *O Reino de Deus está em vós*. 2018, p.174.

¹⁶⁷ Nota da tradução inglesa. TOLSTÓI, Liev. Patriotismo e governo [1900]. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 422.

políticas desfavoráveis à nobreza. Excluindo-se talvez a morte de Nicolau II, que mudou o curso da política russa radicalmente, os casos antecessores foram somente uma sucessiva troca entre líderes mais liberais ou mais conservadores, mas igualmente despóticos em seus governos.

O sentimento de revolta e o chamado para a ação moveram diversos levantes e uma tentativa de assassinato de um tsar por parte de revolucionários, antes mesmo de 1917. Tolstói considera que essas pessoas “agem sob a influência do sentimento pessoal de indignação, provocado pelos sofrimentos do povo subjugado”, ou ainda “por um sentimento pessoal de ofensa e vingança”¹⁶⁸, o que é bastante compreensível. Através de Nekhliúdob Tolstói também coloca a mesma questão:

Desde o início do movimento revolucionário na Rússia, e em especial depois do primeiro de março [de 1881], Nekhliúdob nutria pelos revolucionários um sentimento de má vontade e de desprezo. Antes de tudo, o que o repelia nos revolucionários eram a crueldade e os procedimentos secretos empregados na luta contra o governo, sobretudo os assassinatos cruéis por eles cometidos, e além disso lhe causava repulsa o traço de grande presunção comum a todos eles. Porém, ao conhecê-los de perto e ver tudo aquilo que sofriam por causa do governo, muitas vezes sem ter culpa nenhuma, Nekhliúdob se deu conta de que eles não podiam ser senão como eram.¹⁶⁹

Entretanto, o autor constata que realizar essa ação é como tentar derrotar uma Hidra cortando-lhe uma cabeça — obviamente outras nascem no mesmo lugar. “Reis e imperadores há muito tempo já estruturaram para si uma ordem como a dos carregadores das espingardas: assim que uma bala cai, outra, instantaneamente, fica no lugar. *Le roi est mort, vive le roi!*”¹⁷⁰; portanto, para Tolstói, “só na opinião mais superficial o homicídio dessas pessoas pode ser apresentado como um meio de salvação da opressão dos povos e das guerras que destroem as vidas humanas”¹⁷¹. Ocorre que não é à toa que as pessoas acreditam que por meio da força anularão uma força oposta, e, ainda que não concorde com o modo de operação desses revolucionários, Tolstói busca compreender o que os leva a agir de tal forma. Para o autor:

Ela [a multidão] observa a preocupação constante dos reis, imperadores e presidentes com a disciplina do exército, vê as revistas, paradas e manobras com as quais se vangloriam uns diante dos outros, e correm entusiasmados para ver como seus irmãos, vestidos com estúpidas e brilhantes roupas coloridas, ao som de tambores e cornetas, transformam-se em máquinas e, ao grito de uma pessoa, fazem todos, ao mesmo tempo, o mesmo movimento, e não compreendem o que isso significa. Pois eis que o significado disso é muito simples e claro: nada mais é que preparação para o assassinio.¹⁷²

¹⁶⁸ TOLSTÓI, Liev. “Não matarás” [1900]. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 153.

¹⁶⁹ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 3, capítulo V, p. 361.

¹⁷⁰ TOLSTÓI, Liev. “Não matarás” [1900]. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 154.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Ibidem, p. 152-153.

Já que, como vimos, a disciplina e a submissão a que o povo e o exército estão logrados visam “o entorpecimento das pessoas para torná-las instrumentos do homicídio”¹⁷³, é um tanto quanto cômico — para não dizer ridículo ou patético — que os governantes se espantem com ameaças de morte. Como afirma Tolstói, eles deveriam “admirar-se de que esses assassinatos sejam tão escassos, depois do permanente exemplo de assassinio nacional que eles dão às pessoas”¹⁷⁴. Ocorre, porém, que essa saída pela tentativa de assassinato de governantes muitas vezes tem uma reação contrária a esperada: “Suas tentativas fornecem ao governo um pretexto para aumentar seu poder e seu despotismo”¹⁷⁵. Quanto maior o perigo de ser deposto ou morto, mais o líder autoritário procura medidas de se proteger e dominar, e mais o povo sente a pressão dessa queda de braços. Como então sair desse círculo vicioso?

O autor russo afirma que, para isso, deve-se antes compreender que não é de maneira tão imediata que “os desastres do povo” advêm de um único sujeito que detém o poder, antes é por conta da estrutura social que mantêm as pessoas sob o jugo de poucos ou de um líder. Portanto, para Tolstói, “os culpados da opressão aos povos e dos assassinios na guerra não são os Alexandres, [...] mas os que os puseram na condição de soberanos da vida das pessoas”, por isso que matá-los não encerra a questão do despotismo ou da exploração, seria necessário “deixar de sustentar essa estrutura da sociedade que os produz”¹⁷⁶.

Mas como? Se as tentativas, frustradas ou não, de assassinato dos tsares não são suficientes para enfrentar as investidas violentas do Estado, que outra alternativa se apresenta? Tolstói volta seu olhar para os grupos sectários cristãos da Rússia, Inglaterra e Estados Unidos. Estas comunidades, principalmente os *doukhobors* russos já mencionados, de ano em ano, formavam os levantes mais eficazes no que diz respeito à desobediência civil: simplesmente recusavam-se a reconhecer a legitimidade do Estado, além de negarem-se a participar de qualquer assunto do mesmo que colaborasse para a violência, isto é, praticavam o princípio da não-violência.

Assim se recusa o pagamento de impostos porque são empregados em atos de violência. Recusa-se o juramento, porque prometer obedecer às autoridades, isto é, a homens que usam de violência, é contrário ao sentido da doutrina cristã, e porque, de qualquer forma, isso é proibido pelo Evangelho. Recusam-se as funções de polícia, porque é proibido ao cristão usar de violência contra seus irmãos. Recusa-se a participar da justiça, porque ela obedece à lei da vingança, inconciliável com a lei do perdão e do amor cristão. Recusa-se a submeter-se a serviço militar, porque o cristão não deve matar.¹⁷⁷

¹⁷³ TOLSTÓI, Liev. “Não matarás” [1900]. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 153.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 152.

¹⁷⁵ TOLSTÓI, Liev. *O Reino de Deus está em vós*. 2018, p.192.

¹⁷⁶ TOLSTÓI, Liev. “Não matarás” [1900]. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 156-157.

¹⁷⁷ TOLSTÓI, Liev. *O Reino de Deus está em vós*. 2018, p. 221.

Ao invés de haver um confronto por meios “externos”, como o fazem os revolucionários, o que essas comunidades cristãs realizam, com toda força de convicção, sem o temor da prisão ou da morte, é destruir “internamente todos os princípios sobre os quais repousa o Estado”¹⁷⁸, na medida em que se recusam a participar de um governo autoritário. Ao tornar nulas todas as ações possíveis do governo para dobrá-las à submissão e ao modo como o governo russo diz fundamentar suas ações, juramentos e decisões em “preceitos cristãos”, torna-se flagrante sua contraditoriedade em castigar, oprimir e encarcerar essas comunidades cristãs.

Cada governo sabe como e com que meios defender-se dos revolucionários; assim, não teme seus inimigos externos. Mas o que poderão fazer contra os homens que demonstram a inutilidade, aliás, o mal de toda a autoridade, que não combatem o governo, mas simplesmente o ignoram, que podem viver sem ele e, em consequência, recusam-se a dele participar?¹⁷⁹

Outro fator que mostra, para o autor, o quão contraproducente é a tentativa de assassinato de um líder autoritário é que, ao se trocar um governo por outro, não muda o povo. Desta forma, fica evidente que o trabalho não só deve ser a abolição do Estado e suas violências, mas também a reeducação das massas, fazendo-as se conscientizarem a respeito da inutilidade de aderirem a uma sociedade inteiramente construída sobre a violência, além de adotar práticas fundamentadas no princípio da não-violência.

As pessoas foram arditosamente levadas a acreditar que o mal não só é algo necessário, como útil, além de não mais compreenderem que são todos irmãos e irmãs ao serem impregnados pela ideia abstrata de nação, o que os fez desenvolver os sentimentos patrióticos, contrários ao preceito do amor ao próximo. Desta forma, é necessário não só a instauração de um modelo anarco-pacifista, no âmbito político, como também uma mudança radical nos parâmetros morais das pessoas, o âmbito ético.

Eis que se coloca a questão: que parâmetro seguir? Tolstói propõe os preceitos de Cristo expressos no Sermão da Montanha, diferenciando-os radicalmente do dogmatismo da Igreja — entretanto, afirma que havendo parâmetros mais elevados de moralidade, ou novas necessidades que se imponham, não haveria motivos para não se atualizar os preceitos, ou mesmo substituí-los¹⁸⁰. É preciso também esclarecer um ponto: por vezes, a tarefa de compreender o que Tolstói entende por cristianismo é desafiadora para o leitor não avisado, pois há momentos em que o autor se refere criticamente ao dogmatismo e irracionalismo em se seguir rituais vazios de

¹⁷⁸ TOLSTÓI, Liev. *O Reino de Deus está em vós*. 2018, p. 221. Tolstói não economiza elogios à exemplos como esses, os quais ele considera serem verdadeiros exemplos de posturas anarco-pacifistas.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 220.

¹⁸⁰ Cf. *Ibidem*, p. 54.

sentido (quando estes não são de todo contraditórios), mas se refere também, positivamente, ao que ele próprio compreende por cristianismo, algo totalmente contrário a uma religião institucionalizada, sendo muito antes um movimento libertário ético e político — o que o faz afirmar não encontrar contradição ou conflito em uma pessoa ser hindu (como religião) e cristã (como adesão política e ética), e isto nos é de fato bastante intrigante.

O grande objetivo, Tolstói afirma, é que cada indivíduo contribua para “instaurar o reino de Deus no mundo”, isto é, a pessoa deve “agir com amor com os outros como gostaria que fizessem com ela”¹⁸¹. Daí o significado do título da obra, *O Reino de Deus está em vós*, tornando os aspectos metafísicos ou divinos em algo bastante terreno e realista: não há redenção, não há fundamento para o sofrimento, a ordem social é injusta e é uma construção humana. Tolstói parece antecipar de certa forma a ideia messiânica de Kafka de que o Messias irá retornar somente quando ninguém mais precisar dele, isto é, é responsabilidade de todos os seres humanos de realizar o paraíso aqui neste mundo, não em outro, nem através de um ser divino. Mas como haveríamos de fazer com que as pessoas amem umas às outras e não se utilizem de violência? “Forçar todas as pessoas a não usar a força com os outros”? Mas “quem vai forçar as pessoas a fazer isso?”¹⁸², ironiza Tolstói. No plano ético, ou seja, no plano individual, para o autor, não cabe a instauração de leis ou normas sobre todos os aspectos de suas vidas, entretanto há de se conscientizar e educar as pessoas a perceberem sua “condição no mundo” e ver que “é inevitável sair pessoalmente dessa situação”¹⁸³, que “as aspirações internas da alma humana confluem nesse propósito exterior da vida”¹⁸⁴, de amor e compaixão não por si, mas pelo outro.

Talvez uma distinção que possamos fazer aqui para elucidar a ética tolstoiana seja essa: que o princípio da não-violência se expressa através de um único preceito positivo, o de amar ao próximo, e, complementarmente a isso, pelos preceitos negativos que impedem o agir violento. Preceito e princípio aqui não são no sentido forte de norma ou regra, mas talvez no sentido mais de um *direcionamento*, senão cairíamos no absurdo, diz o autor, de querermos *obrigar* as pessoas a amar umas às outras — forçar alguém a agir assim fugiria do próprio princípio aqui estabelecido de não-violência. Assim, o preceito positivo não é direcionado senão por meio do segundo tipo de preceito, a saber, não matar, não roubar, não fazer o mal, não odiar, não usar de violência para qualquer fim etc.: “são todos negativos e não indicam senão aquilo

¹⁸¹ TOLSTÓI, Liev. Carta a Ernest Howard Crosby, de Nova York, sobre a resistência não violenta [1896]. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 109.

¹⁸² Ibidem, p. 106.

¹⁸³ Cf. Ibidem, p. 107.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 109.

que, num certo grau de desenvolvimento da humanidade, os homens não mais devem fazer”¹⁸⁵ — talvez essa questão fique mais clara no capítulo a seguir quando Tolstói concede um papel forte ao exemplo moral realizado na prática, em detrimento do sermão. Claro, poder-se-ia caracterizar Tolstói como um otimista, ou ingênuo, em relação à confiança que ele deposita na formação moral que cada indivíduo pode buscar para si, afinal, no âmbito da ética, ele parece não acreditar ser possível um movimento externo em direção a um interno quando a vontade resiste, para isso a mudança deve começar de dentro. Entretanto, seu princípio não fica dependente somente da disposição de caráter ou do esclarecimento de um indivíduo, já que a ética deve vir aliada a uma política e um projeto educacional: consonante aos preceitos individuais, é preciso também abolir as estruturas sociais que permitem o assassinato, o roubo, o uso da violência e todas as formas de exploração, inclusive na educação — base da formação do indivíduo.

Para deixar mais claro, Tolstói analisa um contraexemplo hipotético comumente utilizado para argumentar contra o princípio da não-violência¹⁸⁶: “Como deve agir uma pessoa — sempre o mesmo exemplo — quando diante de seus olhos um assaltante agride e mata uma criança, e para salvar a criança não há outra maneira senão matar o assaltante?”¹⁸⁷. O autor responde que “tal ato não pode ter base racional e só é considerado necessário porque há 2 mil anos esse modo de agir era considerado justo e as pessoas estavam acostumadas a agir assim”¹⁸⁸, o que demonstra que o nosso senso de “justiça” ainda é impregnado pelo desejo de vingança — olho por olho, uma vida por outra. E complementa:

Sem falar no fato de que, se o assaltante for morto, com certeza haverá um assassinato, mas até o último minuto ainda não se saberá com certeza se o assaltante mataria ou não a criança, sem falar na seguinte irregularidade: quem decidiu que a vida da criança é mais necessária que a vida do assaltante?¹⁸⁹

O autor afirma que para determinar isso seria antes necessário saber o que iria ser da criança no futuro, sem mencionar o que seria do assaltante caso não fosse morto, e isso não

¹⁸⁵ TOLSTÓI, Liev. *O Reino de Deus está em vós*. 2018, p. 101.

¹⁸⁶ A argumentação que se segue não parece combater especificamente a teoria utilitarista como a defendida por Bentham ou Mill, antes seria um embate contra um utilitarismo vulgar, ‘barato’, de senso comum — entretanto para se afirmar isso, com absoluta certeza, seria necessário reconstituir uma historiografia da recepção de Tolstói quanto ao utilitarismo filosófico, o qual foge do escopo dessa pesquisa. Os sinais mais claros desse tipo de refutação, utilizando-se por vezes da redução ao absurdo, Tolstói direciona aos jornais da época e às pessoas comuns que lhe enviavam cartas, em sua maioria cartas bastante reacionárias. Alguns desses exemplos estão implícitos ao longo da argumentação do ensaio: TOLSTÓI, Liev. *O Reino de Deus está em vós*. 2018.

¹⁸⁷ TOLSTÓI, Liev. Carta a Ernest Howard Crosby, de Nova York, sobre a resistência não violenta [1896]. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 112.

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ Idem.

temos como saber. Decidir pela vida de uma pessoa através de um cálculo se mostra humanamente impossível, além de nos obrigar a valorar diferentemente a vida a depender do indivíduo. O que me faz pensar que a vida pode ter mais valor em um indivíduo do que em outro? A morte é um crime por princípio para Tolstói. Logo, esse modelo vulgar de utilitarismo não pode ser racionalmente considerado adequado para medir as nossas ações ou omissões. Para o autor, não há um caso sequer, seja real ou fictício, em que a morte de alguém ou um ato de violência possam ter resultados benéficos e, conseqüentemente, sejam justificados. Esse tipo de reclamação¹⁹⁰ a respeito do princípio da não-violência é nada senão um reacionarismo, como afirma Tolstói:

Esses casos fictícios e o raciocínio deles proveniente só fazem provar que há pessoas que sabem que não é bom roubar, mentir, matar, mas que de tal forma não querem parar de fazê-lo, que usam todo o poder de sua mente para justificar esses atos. Não há regra moral contra a qual não se poderia inventar uma situação em que seja difícil decidir o que é mais moral: renunciar à regra ou cumpri-la? Mas esses casos fictícios não provam de jeito nenhum que as regras sobre não se poder mentir, roubar, matar sejam injustas. O mesmo se aplica à questão da resistência não violenta ao mal: as pessoas sabem que usar a violência é ruim, mas querem tanto continuar a viver dessa forma que utilizam todo o poder de sua mente não para elucidar todo esse mal que o ato de reconhecer o direito de violência de uma pessoa sobre outra provocou e continuará provocando, mas para defender esse direito.¹⁹¹

Por outro lado, em vistas dessa impossibilidade de assumir um cálculo, Tolstói assume, talvez, uma das suas posturas mais radicais: ele estenderia, por princípio, o perdão a todo e qualquer criminoso — o que inicialmente parece até contraditório com o seu princípio do agir não-violento. O motivo disso nos é revelado com mais propriedade não no ensaio, mas sim no romance *Ressurreição*, quando Nekhliúdv, em um exercício mental, tenta compreender os tipos de presidiários que observou e conheceu nas prisões. Ele elenca 5 tipos: a primeira categoria era dos “absolutamente inocentes, vítimas de erros judiciais”¹⁹², aqui ele enquadrava Máslova e a família Menchóv; a segunda “era formada por pessoas julgadas por crimes cometidos em circunstâncias excepcionais, como fúria, ciúme, embriaguez etc.”¹⁹³, atos que Nekhliúdv nota serem praticados inclusive pelas pessoas que julgaram e condenaram esses presos, sem serem com isso igualmente condenados; o terceiro tipo era composto por pessoas que foram condenadas “por ações que, no entender delas, eram as mais costumeiras e boas, [...]

¹⁹⁰ Chamo aqui de reclamação e não crítica justamente por se assemelhar às atuais colunas de opinião de jornais, onde qualquer pessoa pode mandar sua insatisfação e opinião, seja fundada ou não.

¹⁹¹ TOLSTÓI, Liev. Carta a Ernest Howard Crosby, de Nova York, sobre a resistência não violenta [1896]. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 114.

¹⁹² TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 2, capítulo XXX, p. 301.

¹⁹³ Ibidem, p. 302.

porém eram crimes”¹⁹⁴, aqui são exemplos a mulher que vendia bebidas clandestinas ou as pessoas que cortavam lenha da floresta; a quarta categoria era dos criminosos a que ele denomina “moralmente acima do nível médio da sociedade”, estes são os revolucionários, os sectários, os grevistas e todos aqueles que se opõem às autoridades, e Nekhliúdob percebe que o percentual entre os presos que eram desse grupo era muito alto; por último, talvez a categoria mais difícil de defender, é a “formada por pessoas em relação às quais a sociedade tinha uma culpa maior do que elas, em relação à sociedade”¹⁹⁵, esse tipo era das pessoas “cujas condições de vida pareciam encaminhar, de forma sistemática, para a necessidade de um ato que era chamado de crime”. Este último tipo é o dos ladrões, assassinos e degenerados, “cuja existência na sociedade é considerada como a principal prova da necessidade da legislação criminal e da punição”¹⁹⁶, porém, o autor alega, é em decorrência das próprias condições críticas da sociedade que eles foram levados a cometer tais atos.

Para Tolstói, nenhum desses “tipos criminosos” poderiam ser culpabilizados por seus atos, tanto no sentido jurídico quanto moral. As condições artificiais e limitantes de vida os põem em situações limite, além de que os parâmetros morais a eles indicados por meio do exemplo são totalmente deturpados (funcionários públicos, nobres, senhores de terra e soldados, todos agem de igual forma e acreditam agir corretamente). Por esse motivo, o autor defende o princípio do perdão e a proibição do cristão (no seu sentido próprio de entendimento de cristianismo) em participar de execuções capitais e julgamentos.

Claro que o autor assume que esse tipo de vida, de organização social e preceitos morais são por demais difíceis de alcançar. Mas alerta para o fato de que isso só *aparenta* ser complexo devido aos parâmetros deturpados em que fomos criados. A insensibilidade quanto à vida de outra pessoa, o desejo de vingança, o sentimento patriótico que faz surgir o ódio a estrangeiros e “tipos indesejados”, bem como a impressão da estrutura social ser imutável e não haver outra configuração possível, nada disso seria naturalizado se não houvessem influências para que fôssemos assim. O embrutecimento e a indiferença não são processos que se iniciam na fase adulta, mas se desenvolvem desde a infância e inserção na escola.

A trajetória de pensamento até aqui percorrida se deteve em apresentar e refletir sobre as diversas formas de violência e como esta serve a uma hierarquia social baseada na desigualdade, exploração, encarceramento e morte da parcela mais pobre da sociedade russa. Essa violência é mantida pela intimidação, pela corrupção, pelo hipnotismo e pela força do

¹⁹⁴ TOLSTÓI, Liev. *Ressurreição*. 2013, Parte 2, capítulo XXX, p. 302.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Idem.

exército, fatores que possibilitam o imobilismo do povo pelo temor e pela crença de que nada adianta ser feito. Aos que conseguem se libertar dessa ilusão, mas que ainda assim se utilizam da violência em suas revoltas, Tolstói se mostra compreensível, apesar de não compactuar com essa lógica de ação. Os motivos para isso foram demonstrados. Ao contrário, o autor propõe o uso do princípio da não-violência, algo que para ele tornam nulas as tentativas de coerção por parte do Estado para o domínio do povo.

Claro que nesse processo nos deparamos com a questão de como iremos então encaminhar as pessoas para esse agir não-violento, dado que o uso da força e da lei contradizem esse princípio. Em razão disso que no capítulo a seguir trataremos a respeito de como Tolstói pensa as bases da educação e da influência pública para a mudança da sociedade. Alargando, assim, o campo de aplicação do princípio da não-violência, ao vislumbrar sua efetividade no âmbito escolar e educacional.

3. “ENTÃO, O QUE DEVE SER FEITO?”: A EDUCAÇÃO POPULAR

Até aqui busquei demonstrar o caráter unitário da obra tolstoiana, começando por um diagnóstico de época (aquilo que é) e um projeto político (aquilo que deve ser). Para finalizar a pesquisa, proponho um desfecho pela educação. Aqui, o objetivo é analisar os pressupostos teórico-metodológicos do projeto educacional tolstoiano e compreendê-lo como parte integrante fundamental para o grande projeto ético-político. Por mais que se faça necessário demonstrar exemplos práticos ocorridos na escola fundada por Tolstói em 1859, e que serviu para confrontar sua teoria, já há excelentes pesquisas que desbravam em detalhes o currículo, os desafios do dia a dia, a formação dos professores, entre outros meandros da vida escolar, e por esse motivo não serei redundante, deixando em nota a indicação de leitura para quem se interessar por estes aspectos¹⁹⁷.

Como no capítulo anterior, o ponto inicial é o argumento falacioso de que há um mal necessário para se manter o bem-estar social. Tolstói parte da mesma base para criticar os sistemas de ensino e propostas pedagógicas vigentes em outros países na sua época. Digo outros países e não a Rússia, pois de fato não havia lá um plano nacional de educação ou mesmo alguma técnica de ensino da língua russa que fosse difundida pelo país. No século XIX, 90% da população era analfabeta e as escolas que eram construídas em algumas aldeias eram fruto de um certo “espírito de caridade” por parte da nobreza, algo como um projeto de final de semana de um grupo de coquetes.

Algumas pessoas inteligentes, cultas e ricas se unem: um pensamento feliz passa pela cabeça de uma delas [...]. Todos concordam com isso, e nasce uma sociedade, cujo objetivo é promover a educação popular, imprimir bons livros baratos para as massas, fundar escolas para incentivar os professores e assim por diante. Os estatutos são redigidos; as mulheres participam; eles passam por todas as formalidades de tais sociedades e a atividade da sociedade começa imediatamente.

Imprimir bons livros para as massas! Como é simples e fácil, assim como todas as grandes ideias. Há apenas uma dificuldade: não há bons livros para o povo, não apenas em nosso país, mas até na Europa. Para imprimir tais livros, eles devem ser escritos primeiro, mas nenhum dos benfeitores pensará em realizar essa tarefa. A sociedade encomenda alguém, pelos rublos coletados, para compor ou selecionar e traduzir o melhor (é tão fácil selecioná-lo!) da literatura popular europeia — e o povo ficará feliz e marchará com passos rápidos em direção à educação, e a sociedade está muito satisfeita.¹⁹⁸

¹⁹⁷ Em especial a dissertação de Fabíola Orlandini Gomes: *Liev Tolstói e a escola para camponeses “Íásnaia Poliana”*.

¹⁹⁸ TOLSTOY, Leo. On Methods of Teaching the Rudiments. In: _____. *Tolstoy on Education*. 1968, p. 33. Tradução minha.

Esse pensamento de que é simples engajar-se na educação popular, como se isso se resumisse à tarefa de ensinar a ler, escrever e fazer contas, e também esse desdém quanto ao tipo de literatura que seria destinada às massas é um assunto que Tolstói ironiza repetidamente em seus ensaios. O autor constata que essa postura tem dois lados: um “divertido e inofensivo” e um bastante perigoso. O primeiro porque a atividade desses grupos de caridade não chega a realmente abranger a totalidade do povo e esbarra na resistência do objeto dessa educação (os estudantes), então, de certa forma, o mal está “contido”. O segundo, o perigo que ronda esse tipo de empreitada, é que “lança uma névoa mais densa sobre a nossa visão ainda não formada da educação popular”¹⁹⁹. A névoa que Tolstói menciona é esta aparente simplicidade e facilidade que seria educar as massas e, junto disso, a pretensa ideia de que a camada “instruída” *sabe* o que é melhor para o povo, antes mesmo dele ser consultado. Isso se assemelha muito à comparação anteriormente feita sobre Nekhliúdob, do conto e do romance: o do conto queria impor suas teorias, acreditava piamente que *sabia* quais eram os fatores que acarretavam a miséria e iria solucioná-los, só não os solucionava porque, na sua opinião, os mujiques eram “burros”. O do romance, mesmo não obtendo um resultado ideal, ao menos deu as condições necessárias para que os mujiques compreendessem a situação e buscassem decidir em conjunto o melhor acordo para a divisão das terras, respeitando princípios democráticos, de autonomia e principalmente do agir não-violento. Não é diferente no que tange ao ensino, mesmo com a melhor das intenções, a nobreza parte da ideia de que é “tão simples e fácil educar as massas: ensinem-lhes os rudimentos, se necessário, à força, e dê-lhes bons livros [...]. Mas, na realidade, algo completamente diferente acontece. As massas não querem estudar os rudimentos. Bem, nós podemos forçá-los”²⁰⁰, satiriza Tolstói — obviamente o ensino não pode surgir pela força.

O povo quer instrução e cada indivíduo aspira inconscientemente à instrução. A classe de pessoas mais instruída – a sociedade, o governo – tenta transmitir os seus conhecimentos e instruir a classe menos instruída do povo. Semelhante coincidência de necessidades deveria satisfazer tanto a classe instrutora como a classe instruenda. Mas dá-se o contrário. O povo resiste constantemente aos esforços que a sociedade ou o governo, como representantes da camada mais instruída, fazem para a sua instrução e, na maioria das vezes, não dão resultado.²⁰¹

Se há resistência deve-se antes compreender os fatores que a possibilitam. Pois afinal, o erro está contido na resistência ou na instrução pela força? É preciso quebrar o espírito do

¹⁹⁹ TOLSTOY, Leo. On Methods of Teaching the Rudiments. In: _____. *Tolstoy on Education*. 1968, p. 34. Tradução minha.

²⁰⁰ Ibidem, p. 37. Tradução minha.

²⁰¹ TOLSTÓI, Leon. Da instrução popular. In: _____. *Obras pedagógicas*. 1988, p. 1.

povo para dobrá-lo às decisões impostas pelo governo, ou mudar a ação?²⁰² O método coercitivo é verdadeiramente aquele mal necessário e eficaz como as estatísticas supõem? Tolstói, contrário a isso, se propõe a olhar para “a escola e a sua influência real no povo”²⁰³.

Nos subcapítulos a seguir nos propomos então a investigar, através dos registros feitos por Tolstói, se o modo tradicional de escolarização baseada na coerção, no conteudismo e na obrigação da frequência escolar, dão bons resultados e se este é o único método eficaz de ensino. É interessante notar que o autor não exclui de início o método tradicional, pois afirma que nem ele mesmo *sabe* o que é melhor. Sua dúvida é também metodológica e quer analisar a real efetividade dos modos de ensino, inclusive o seu. Dessa forma, num segundo momento, explicitaremos suas experiências escolares ocorridas na metade do século XIX em Iasnaia Poliana.

3.1. CRÍTICA AO MÉTODO COERCITIVO DE ENSINO

No século XIX era bastante conhecida a fama de países como Alemanha, França e Inglaterra no quesito de aprovação dos seus estudantes nos exames. Mas, quando em 1860 Tolstói viajou pela Europa, este não foi no intuito de investigar gráficos estatísticos sobre o desempenho dos alunos nesses testes, mas sim analisar a situação do ensino-aprendizagem e a relação das pessoas com a escola, visitando as instituições e entrevistando os alunos e os egressos. O motivo disso é que ele buscava averiguar se de fato a escola coercitiva possuía tão bons resultados quanto os exames davam a entender, como já mencionado. O que o autor se deparou inicialmente, antes mesmo de verificar se o conhecimento era efetivamente adquirido ou não, foi com uma total aversão à instituição de ensino:

Olhemos pois para essas escolas [...]. A realidade pareceu-me ser a seguinte: o pai manda a filha ou o filho para a escola contra a vontade, amaldiçoando o estabelecimento que o priva do trabalho do seu filho e contando os dias que faltam para o seu filho se tornar *schulfrei*, livre da escola (esta expressão prova como o povo olha para a escola). A criança vai para a escola convencida de que o poder do pai, que ela conhece, não aprova o poder do governo, ao qual se submete ao ingressar na escola. O que ela ouve dos seus camaradas mais velhos, que já saíram desse estabelecimento, não aumenta o seu desejo de entrar na escola. As escolas parecem-lhe estabelecimentos de tortura para as crianças, onde lhes privam da principal alegria e necessidade da infância: a liberdade de movimentos [...]. A criança vê com toda a justiça na escola um estabelecimento onde lhe ensinam o que ninguém compreende, onde, na grande maioria dos casos, a obrigam a falar não no seu *patois*, *Mundart* natal, mas numa língua estranha, onde o professor, muito frequentemente, vê nos seus alunos inimigos inveterados que, por maldade sua e por maldade dos pais, não querem estudar o que ele próprio estudou e onde os alunos, pelo contrário, olham para o

²⁰² Cf. TOLSTÓI, Leon. Da instrução popular. In: _____. *Obras pedagógicas*. 1988.

²⁰³ Ibidem, p. 6.

professor como para um inimigo que, apenas por maldade própria, os obriga a estudar coisas tão difíceis. São obrigados a passar seis anos e seis horas por dia em semelhante instituição. Vemos os resultados disso nos fatos reais, e não nas estatísticas.²⁰⁴

Como se não bastasse a falta de reconhecimento de sentido em se frequentar a escola, reforçada pela opinião geral dos adultos com quem a criança tem contato, todo o universo escolar lhe é estranho, artificial, agressivo e torturante. Nada no ambiente escolar é realmente pensado para a criança, nas suas necessidades físicas e mentais. Tolstói menciona que a “escola não é instituída para que às crianças seja cômodo estudar, mas para que aos professores seja cômodo ensinar”²⁰⁵. Tudo na criança, seus gritos durante uma brincadeira, suas perguntas incessantes, sua necessidade de conhecer pelo toque, pela aproximação, é incômodo ao professor, mas “são para elas uma condição indispensável de estudo; por isso, nas escolas construídas como cadeias, é proibido fazer perguntas, falar e mover-se”²⁰⁶.

Esse modo de ensino coercitivo não só molda os gestos e o modo de se portar, isto é, adapta a criança a hábitos corporais mecânicos, como também a conduz a abafar o espírito. Em uma escola alemã, Tolstói pede aos alunos que escrevam uma “composição sobre o que tinham feito no domingo anterior” — ele narra essa experiência como um exemplo do que a nociva influência moral da escola é capaz de realizar. Todas as crianças, meninos e meninas, “sem exceção, escreveram a mesma coisa: no domingo, utilizaram todos os momentos possíveis para rezar a deus, mas não brincaram”²⁰⁷. O mesmo se verifica com os adultos que passaram pela educação institucional: “Quando perguntei aos adultos por que não estudam depois da escola, não leem, todos responderam que já tinham sido confirmados, passado a quarentena da escola e recebido o diploma de uma certa instrução, sabem ler e escrever”²⁰⁸. Não só na Alemanha, como também na França, não obstante toda a cultura, museus e cafés que borbulham pelas cidades, Tolstói verificou a mesma situação de disciplinamento e coerção nas escolas, mesmo entre as crianças menores:

[...] vi creches onde crianças de quatro anos, ao som de apito, como soldados, andam à volta de um banco, depois, à voz de comando levantam as mãos e, com vozes inseguras e estranhas, entoam hinos laudativos a deus e aos seus benfeitores. Fiquei convencido de que os estabelecimentos de ensino da cidade de Marselha são muito maus.²⁰⁹

²⁰⁴ TOLSTÓI, Leon. Da instrução popular. In: _____. *Obras pedagógicas*. 1988, p. 6-7.

²⁰⁵ TOLSTÓI, Leon. Da instrução popular. In: _____. *Obras pedagógicas*. 1988, p. 9.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Ibidem, p. 7.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Ibidem, p. 13.

O erro mais imediato que se pode perceber é que, na condição escolar, a criança é submetida a um ambiente artificial e hostil. Não há nada na escola tradicional que possa relacionar o seu *eu* ou seu mundo ao conteúdo da instrução. Assim como “o agricultor não pode viver sem as condições de trabalho, a vida no campo, as conversas dos mais velhos etc., sem tudo que o rodeia”²¹⁰, assim também é a criança, seja do campo ou da cidade: “estas condições são altamente instrutivas e só nelas se podem instruir; a escola coloca o afastamento destas condições como primeira condição da instrução”²¹¹. Essa descontextualização, somada ao esforço de manipulação, erroneamente entendido como *educação*, desenvolve nos alunos aquilo que Tolstói nomeia como “estado escolar da alma”. Este estado nada mais é que a morte da imaginação, da euforia natural pela busca por conhecimento, assim abrindo espaço para as “capacidades semi-animais”. Estas são: “a pronúncia de palavras independentemente da imaginação, a contagem de números seguida: 1, 2, 3, 4, 5, a compreensão das palavras sem admitir que a imaginação coloque nelas outras imagens”²¹², todas essas “capacidades” não são desenvolvidas senão pelo medo, vigilância constante, repetições exaustivas, repreensões e castigos. O que se obtém a partir disso é uma criança que não é nada senão um animal treinado, domado e que não compreende aquilo que assimila. “Logo que a criança chega a este estado, perde toda a independência [...]”²¹³.

Em vez de se convencerem de que para agir sobre um objeto qualquer é preciso estudá-lo (na educação, este objeto é a criança livre), eles querem ensinar como sabem, como querem e, quando sucede um fracasso, pretendem mudar não o método de ensino, mas a própria natureza da criança. Deste conceito surgiram e surgem agora [...] sistemas com os quais se pode mecanizar a instrução – desejo eterno da pedagogia de organizar as coisas de tal forma que o método seja o mesmo, independente do professor e do aluno.”²¹⁴

Tolstói adverte ainda que teorias pedagógicas que se esforçam em defender um método educacional coercitivo não só agem com desrespeito à criança, negando-lhe autonomia e liberdade, como também perdem o mérito como teoria, já que incorrem em um erro ao não tomarem a criança como objeto próprio da educação, mas teorizam sobre um fim abstrato: o objeto torna-se então a própria instrução e manipulação da criança. Ora, se a instrução tem prioridade em detrimento da criança e de todo o pacote que a acompanha (contexto familiar, saberes comunitários, vontade e personalidade próprias etc.), então caímos em um utilitarismo

²¹⁰ TOLSTÓI, Leon. Da instrução popular. In: _____. *Obras pedagógicas*. 1988, p. 10.

²¹¹ Idem.

²¹² Ibidem, p. 9.

²¹³ Idem.

²¹⁴ Idem.

vulgar, onde os fins justificariam os meios, isto é, a instrução, mesmo que pela força, será dada — se a criança aprendeu algo de fato ou se sua vontade foi respeitada, isso pouco importa.

Só quando a experiência for a base da escola, só quando cada escola for, por assim dizer, um laboratório pedagógico, só então a escola não se atrasará em relação ao progresso universal e a experiência estará em condições de lançar bases firmes para a ciência da instrução.²¹⁵

Observando então que o modo de ensino coercitivo não só falha como proposta pedagógica, por pressupor um método anterior à experiência, quanto também é violenta, por não levar em conta a vontade dos alunos, suas necessidades e por se valer de castigos, é que Tolstói busca não antes fundamentar um método, mas fazer de suas aulas um experimento.

3.2. POR UMA EXPERIÊNCIA ESCOLAR LIBERTÁRIA

A escola de Iasnaia Poliana — escola democrática fundada por Tolstói em 1859 —, seus escritos teóricos sobre pedagogia e sua viagem de investigação sobre o ensino em outros países, tudo isso se deu concomitantemente. O pensamento crítico já vinha se desenvolvendo há tempos, mas a teoria só encontrou sua eficácia e foi posta à prova no contato com a realidade. Entretanto, antes mesmo de citar aqui mais detalhes da experiência escolar, é preciso compreender melhor o elo de ligação com o princípio da não-violência. Mesmo que Iasnaia Poliana seja uma experiência datada historicamente, há princípios que podem nortear uma educação que se pretenda emancipadora. Afinal, para Tolstói, “a lei prática e fundamental da vida, lei que deve estar na base da educação” é a “união entre todos alcançada pelo amor”²¹⁶, e para isso se efetivar não é sequer necessário seguirmos as mesmas propostas curriculares do escritor, porém mantermo-nos fiéis ao princípio da não-violência e à própria natureza da criança, além de entender que a escola deve ser um local de experimentação diária.

Pelo próprio fato da educação e da instrução possuírem esse caráter experimental, é que Tolstói adverte constantemente sobre o comportamento dos educadores, sejam eles professores ou responsáveis. Isso porque é próprio da criança a *mimetização*: “essa capacidade de sugestão que lhes é peculiar as põe sob total domínio dos mais velhos, e toda atenção é pouco ao que, e como, lhes sugerimos”²¹⁷. Essa influência ocorre tanto de maneira consciente quanto inconsciente. O autor compreende a influência consciente como aquilo que *ensinamos*, ou seja,

²¹⁵ TOLSTÓI, Leon. Da instrução popular. In: _____. *Obras pedagógicas*. 1988, p. 11.

²¹⁶ TOLSTÓI, Liev. Carta 468. Para P. I. Biriukov. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 361.

²¹⁷ Idem.

“é instrução, é formação”; já a sugestão inconsciente é “tudo aquilo que, a despeito de nossa vontade, elas imitam — sobretudo nossa vida e nossos atos”²¹⁸, isso é o que Tolstói chama de *educação*, propriamente dita, e exemplo. Isto é, *ensinar* e *educar* são processos distintos, mas essenciais para pensar as bases do desenvolvimento das crianças: essas influências consciente e inconsciente são adquiridas nas diversas instâncias da vida da criança, seja no lar, na comunidade, na escola ou na sociedade como um todo, e não exclusivamente na escola. Ocorre que, no geral, a sociedade se preocupa muito mais com o ensino e negligencia a educação.

Ao educar as crianças — e esse é o hábito mais comum —, escondem delas sua própria vida, a vida dos adultos em geral, levando-as a condições anormais (escolas militares, institutos, internatos e assim por diante) ou então transferem para uma esfera consciente aquilo que deve se originar de maneira inconsciente: preconizam regras morais de vida às quais deveriam acrescentar: *fais ce que je dis, mais ne fais pas ce que je fais* [faça o que eu digo, não o que eu faço]. Isso porque, em nossa sociedade, a instrução é demasiadamente privilegiada, ao passo que a verdadeira educação ou a iluminação é, mais do que negligenciada, praticamente inexistente.²¹⁹

O erro que muitos acabam por cometer é o de destinar à escola ou aos professores o papel não só de ensinar, como também a obrigação de educar, o que de fato não é sua função. Ora, não que o convívio com colegas e professores não acabe por, *inconscientemente*, colaborar para o desenvolvimento da moral, mas não se pode esquecer que o processo de *educação* não é de responsabilidade da escola, nem pode ser transmitida de maneira discursiva: está de maneira implícita em casa e em sociedade, está em contato tanto com crianças, quanto adultos, e no sentido do autocuidado e do cuidado do próximo. Tolstói considera inclusive, como a experiência o provou, que crianças camponesas estão muito mais propensas a agir bem em sociedade, diferentemente das crianças de famílias burguesas ou nobres que, justamente por não receberem diariamente exemplos positivos, dificilmente desenvolverão consciência de seu lugar no mundo e de suas responsabilidades. Filhos de famílias ricas, por mais que possam escutar *lições* de que devem respeitar os outros, muito provavelmente, pela própria condição de vida, não terão a ligação prática que essas lições necessitam. Dito de outra forma: oferecer lições de moral, de forma declarada e sem a prática desse aprendizado, não é *educar*. O mesmo se aplica aos contos e fábulas infantis escritos ou adaptados por Tolstói: dificilmente a “moral da história” típica deste gênero será ali encontrada, no máximo será dirigida pelo bom exemplo da personagem. O autor considera que, ao contrário, a vulgar lição de moral dada pelos adultos ou pela literatura é fruto da confusão de se levar para o campo do ensino o que deveria ser dado pelo exemplo:

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ TOLSTÓI, Liev. Carta 468. Para P. I. Biriukov. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 361-362.

As crianças escutarão as lições de moral, de respeito a outras pessoas, mas, de forma inconsciente, não apenas imitarão como também assimilarão como verdade o fato de que determinada pessoa nasceu para limpar sapatos e roupas, para carregar água e lixo, cozinhar, e que outras nasceram para sujar roupas e a casa, para comer iguarias, e assim por diante.²²⁰

Esse tipo de influência leva as pessoas, já adultas, a deturparem todos os “fenômenos da vida” e não há sermão, isto é, *força externa*, que modifique isso, senão internamente, mas muito provavelmente será um trabalho penoso — algo que teria sido mais simples na infância. Por esse motivo é que o autor determina que para uma educação ser bem-sucedida os educadores devem educar-se constantemente²²¹.

Para que [a educação] seja boa e moral, é necessário — e isso pode parecer estranho — que a maneira de viver do educador seja totalmente pautada pela bondade. O que é uma maneira de viver pautada na bondade? — perguntarão. Os degraus da bondade são infinitos, mas uma vida de bondade tem um traço geral e importante: a aspiração ao fortalecimento do amor. Se os educadores tiverem esse mesmo desejo e o comunicarem às crianças, a educação não poderá ser ruim.²²²

Sobre esse aspecto da educação podemos facilmente compreender sua relação com o que foi já exposto no capítulo anterior quando tratamos sobre o âmbito ético do princípio da não-violência. Isto é, não se ensina ou se força o princípio, mas se demonstra nas ações. Entretanto, em se tratando da instrução, ou seja, do ensino nas escolas, haveria alguma forma de aplicar esse princípio? Ou de ao menos lhe ser conforme? Respostas a essa pergunta encontramos tanto no diário de Tolstói sobre a *Escola de Iasnaia Poliana de novembro e dezembro de 1862*, quanto na carta sobre educação destinada a Pável Ivánovitch Biriukov em 10 de abril (5 de maio) de 1901.

Tendo esses escritos no horizonte, podemos perceber que sobre o aspecto *formativo*, isto é, o *ensino* dado numa sala de aula, Tolstói elenca o que ele chama de três linhas de raciocínio básicas: 1) o raciocínio filosófico e religioso, isto é, o momento de discussão a respeito de questões relativas ao significado da vida — algo que constantemente Tolstói era indagado pelos alunos, das formas mais variadas e surpreendentes possíveis —; 2) raciocínio empírico, exercitado através do estudo das ciências naturais; 3) raciocínio abstrato, esse através das ciências matemáticas e do exercício de pensamento lógico. Pode parecer que ao elaborar isso Tolstói não esteja apresentando nada de novo, mas a questão não é propriamente o assunto em si, mas a maneira como é transmitido. Ele se utiliza de três modos de comunicação: 1) a

²²⁰ Ibidem, p. 362.

²²¹ Cf. TOLSTÓI, Liev. Carta 468. Para P. I. Biriukov. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 363.

²²² Idem.

transmissão por palavras, o que introduziria também a possibilidade do ensino de outras línguas; 2) as artes, principalmente o desenho e a escultura, que ele classifica como “formas de transmitir conhecimento visualmente” e de forma acessível, não havendo necessidade de grandes investimentos; 3) a música, principalmente através do canto, o instrumento mais acessível, e que fornece um meio para “transmitir o estado de espírito, os sentimentos”²²³. Todas essas matérias e meios de transmissão irão depender da proposta do professor e da aceitação e vontade expressa pelos alunos.

Além desses aspectos, todo o ensino deveria ser contextual: as questões filosóficas, isto é, “relativas à vida”, poderiam surgir através dos alunos ao ouvirem, por exemplo, um conto do folclore russo ou provérbio local; as aulas de ciências naturais diziam respeito à geografia local, o que servia de base tanto para a compreensão sobre plantas e animais, quanto para explicações mais complexas sobre fenômenos físicos; a língua russa era de tal forma aprendida e aperfeiçoada incentivando-se criações próprias — desde histórias fictícias, algo que alunos mais velhos já conseguiam elaborar, até mesmo frases ou textos curtos onde as crianças, por exemplo, descreviam o “sentido de amor ou de ódio” ao recordarem uma história contada em aula. Tanto as criações dos alunos, quanto as experiências científicas e observações de fenômenos naturais foram organizados por Tolstói e Sônia (sua esposa) e publicados em 4 volumes que formam o *Livro Russo de Leitura*; com acréscimos também de histórias reais, fábulas e lendas populares e contos de autoria do próprio Tolstói. Nessa coleção de livros para crianças encontra-se uma progressão de dificuldade textual e de pensamento, algo inédito até então na Rússia.

Vale aqui ressaltar os subestimados textos breves²²⁴ que explicam os fenômenos físicos a partir de questões feitas pelas crianças naquela famosa fase do “por quê?": *Para onde vai a água do mar?, O que é o orvalho na grama, O tato e a visão, Por que existe o vento?, Para que existe o vento?, O calor, O magneto, Por que existe o orvalho e as janelas ficam suadas?, Por que as árvores estalam no frio?, A umidade, A união diferente das partículas, O gelo, a água e o vapor, O olfato, Os cristais, Ar venenoso, Gases, Como se fazem balões de ar, Sol é calor e Galvanismo*. Só a título de exemplo, em *Para onde vai a água do mar?* podemos perceber que se trata de uma linguagem acessível aos alunos:

Das fontes, nascentes e pântanos, a água vai para os riachos, dos riachos para os córregos, dos córregos para os rios e dos rios para o mar. De outros lados do mar,

²²³ Cf. TOLSTÓI, Liev. Carta 468. Para P. I. Biriukov. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 364-365.

²²⁴ Estes textos estão nomeados como pertencentes ao gênero *raciocínio* na coleção e não recebem atenção, talvez, por não despertar o interesse ou valor literário quanto os demais textos da coleção.

correm outros rios e todos os rios correm para o mar, e é assim, desde que o mundo é mundo. Para onde vai a água do mar? Por que ela não transborda?

A água do mar sobe em forma de névoa; a névoa sobe ainda mais e da névoa se formam as nuvens. O vento empurra e espalha as nuvens pela terra. Das nuvens, a água cai sobre a terra. Da terra, ela escorre para os pântanos e para as nascentes. Das nascentes, escorre para os rios; dos rios, para o mar. Do mar a água sobe de novo em forma de nuvens e as nuvens se espalham pela terra...²²⁵

Esse tipo de exercício de pensamento muitas vezes ocorria em meio a passeios, ou seja, não se limitavam a estar dentro dos limites da escola para ensinar, afinal, por meio da observação, e mesmo do desenho, era possível notar detalhes antes não reconhecidos a respeito do mundo.

Todavia, Tolstói recebia constantemente críticas quanto ao ensino por ele aplicado na escola, principalmente no que se refere a temas ligados à filosofia²²⁶. Mas afinal, é possível ignorar uma criança, como Fedka, que pergunta: “Liev Nikolaievitch, para que estudar canto? Para que cantar? Para que serve o desenho?”, e, sem muito esforço, começa a formular junto com os amigos a discussão sobre se a arte é útil e por que as pessoas se sentem motivadas a expressar os sentimentos dessa forma? Tolstói rebate então essas críticas:

Fedka não se sente incomodado com o seu casaco roto, mas as questões e dúvidas morais atormentam-no e vós quereis dar-lhe três rublos, um catecismo e uma historiazinha sobre a utilidade do trabalho e da resignação para o homem que vós mesmos não suportais. Ele não precisa dos três rublos, arranja-os quando precisar deles e aprende a trabalhar sem a vossa ajuda, assim como aprendeu a respirar; ele precisa daquilo a que a vossa vida e a das vossas dez gerações não embrutecidas pelo trabalho vos conduziu. Vós tivestes tempo de procurar, pensar, sofrer, dai-lhes aquilo que sofreram, ele apenas precisa disso; mas vós, como um sacerdote egípcio, agachais-vos dele com a manta do mistério, escondeis na terra o talento que a história vos deu.²²⁷

Ainda sobre o currículo, podemos notar que no diário sobre a escola Tolstói defende algo que na carta a Biriukov, por outro lado, critica e, por isso, num primeiro momento, parece uma estranha contradição: na carta ele parece ser irredutível quanto a não indicar o estudo de história no currículo escolar. Entretanto, ao colocar os textos lado a lado, podemos compreender que muito provavelmente Tolstói esteja se referindo ao ensino dessa disciplina tal comumente realizado nas escolas por ele criticadas, isto é, a compreensão da história como disputa entre reis ou imperadores, como se houvesse, no fato lamentável da guerra, algo de épico e honroso. No diário, ele assume que esse tipo de ensino não só é problemático, por ser danoso moralmente,

²²⁵ TOLSTÓI, Liev. *Contos completos*, V. II, 2015. p. 70.

²²⁶ Alguns exemplos de críticas Tolstói menciona em seu diário. Cf. TOLSTÓI, Liev. *Diário de Liev Tolstói*. Escola De Iasnaia Poliana: novembro e dezembro (1862).

²²⁷ TOLSTÓI, Liev. *Diário de Liev Tolstói*. Escola De Iasnaia Poliana: novembro e dezembro (1862), p. 10-11.

como é desinteressante aos alunos e que, nessas circunstâncias, é preferível que nem haja a matéria.

Segundo as minhas observações e experiência, o embrião do interesse histórico surge em consequência do conhecimento da história contemporânea, às vezes em consequência da participação nela, do interesse; opiniões e discussões políticas, da leitura de jornais, e, por isso, a idéia de começar a história a partir do presente deve ser considerada natural aos olhos de cada professor sensato.²²⁸

Além desses meios para a aprendizagem, Tolstói indica, havendo inclinação do aluno, de que seria também importante o ensino de algum ofício, não no sentido de dar uma ocupação ou um “futuro no mercado de trabalho”, como ultimamente tem-se propagado, mas o de fortalecer os laços comunitários e de valorizar profissões realmente necessárias no dia a dia — o que demonstra tanto o fator de educação quanto de ensino. O tempo que todas essas atividades demandam dependeria única e exclusivamente da inclinação do aluno, pois sem o interesse despertado, não há apreensão.

[...] os próprios professores distribuem o tempo, mas os alunos decidem se querem ir à escola ou não. Por mais estranho que isso possa parecer a nós, que organizamos tão mal a instrução, a total liberdade dos estudos, ou seja, que os próprios alunos, meninos e meninas, venham estudar quando quiserem, é *conditio sine qua non* de qualquer ensino fecundo, assim como *conditio sine qua non* da nutrição é a de que a pessoa a ser alimentada tenha vontade de comer. A única diferença é que, na esfera física, a violência de nos privar da liberdade é imediatamente manifestada: vomita-se ou tem-se uma indigestão; na esfera espiritual, as consequências nocivas não se manifestam tão rapidamente assim, no período de um ano, talvez.²²⁹

Tolstói segue esse princípio pois, defende ele, só assim evita-se desenvolver no aluno a aversão por matérias que talvez ele tivesse buscado no seu próprio tempo ou pela observação do prazer dos colegas pelo assunto; sem mencionar a aptidão que jamais poderia ser descoberta. “Como posso dizer a um aluno que não é preciso usar de violência na vida se estou exercendo contra ele a mais severa violência intelectual?”²³⁰. Quanto à distribuição do tempo de atividades é de ao todo dezesseis horas por dia, divididas entre brincadeiras, ensino e educação. Talvez isso de fato assuste, ainda mais quando pensamos em pedagogias contemporâneas de até 4 horas de sala de aula. Há certas contextualizações a serem pontuadas: primeiramente, Tolstói não compreende nesse plano somente os limites da sala de aula, mas também as tarefas domésticas, cuidados pessoais, brincadeiras, jogos e descanso, que devem ter um tempo reservado, dado que são fatores que contribuem para o pleno desenvolvimento da criança, ou o que ele chama

²²⁸ TOLSTÓI, Liev. *Diário de Liev Tolstói*. Escola De Iasnaia Poliana: novembro e dezembro (1862), p. 26-27.

²²⁹ TOLSTÓI, Liev. Carta 468. Para P. I. Biriukov. In: _____. *Os últimos dias*. 2011, p. 365.

²³⁰ *Ibidem*, p. 366.

de *iluminação*. “A outra metade seria dedicada ao estudo. Os alunos escolheriam, das sete matérias, aquelas que mais os atraem”²³¹.

Aqui, Tolstói declara que a “escola [de Iasnaia Poliana] desenvolveu-se livremente a partir dos princípios introduzidos nela pelo professor e pelos alunos. Não obstante todas as vantagens que tem a influência do professor, o aluno teve sempre o direito de não ir à escola”²³². Como não havia obrigatoriedade da frequência, era importante que o professor transmitisse a ideia de que o que encontrariam na escola seria algo bom e prazeroso às crianças. Por esse motivo que quem lá se encontrava tinha real interesse em aprender. Pode parecer que esse tipo de liberdade produziria uma grande evasão escolar ou mesmo uma algazarra sem controle. Quanto à desistência por parte dos alunos, essa nunca houve, senão aquelas saídas mais cedo quando os alunos tinham algum compromisso mais interessante. Quanto à algazarra, de fato, os visitantes ou mesmo os professores novos, ainda acostumados com a norma de uma escola tradicional, estranhavam a desordem que Tolstói caracterizava como *aparente*. Ao longo do tempo, as crianças começaram a perceber que havia sentido no que aprendiam, e também notavam que para aprender, precisava haver atenção. Para o autor, toda regra que essa sociedade de crianças estabelecia por si mesma, tinha mais força que uma regra imposta, não compreendida e por isso mesmo ilegítima.

Penso que a desordem aparente é útil e insubstituível, embora pareça estranha e incômoda para o professor. Vejo-me obrigado a falar muitas vezes das vantagens desta organização e digo o seguinte sobre as supostas inconveniências. Primeiro, esta desordem ou ordem livre parece-nos horrível porque estamos habituados ao sistema em que fomos educados. Segundo, aqui, assim como em muitos casos semelhantes, a violência só é empregue devido à precipitação ou à falta de respeito pela natureza humana. Parece-nos que a desordem aumenta, torna-se cada vez maior e ilimitada, parece que não há outro meio de pôr fim a ela além da força, mas se esperarmos um pouco mais, a desordem (ou animação) transforma-se naturalmente numa ordem muito melhor e mais forte do que as pessoas imaginam. Embora pequenos, os alunos das escolas são pessoas que têm as mesmas necessidades que nós temos e pensam da mesma forma: todos querem estudar, só por isso vão para a escola e por isso chegam facilmente à conclusão de que é necessário observar algumas condições para estudar. Além de pessoas, são uma sociedade de pessoas unidas pela mesma idéia.²³³

Surpreendentemente, em um momento do diário, Tolstói chegou a declarar que ficou contente ao saber que, em um mês, houve inúmeros casos de saídas dos alunos porque não queriam ficar na aula por muito tempo. Ele esclarece que, como às vezes as crianças se deixam levar pela influência do professor, teve medo de que a rotina escolar os tivesse feito esquecer que tinham liberdade para escolher estar ali ou mesmo protestar seu desgosto com as aulas:

²³¹ Idem.

²³² TOLSTÓI, Liev. *Diário de Liev Tolstói*. Escola De Iasnaia Poliana: novembro e dezembro (1862), p. 3.

²³³ Ibidem, p. 4.

Se continuam a ir à escola de boa vontade, não obstante a liberdade que lhes é concedida, não penso que isso tenha provado as qualidades particulares de Iasnaia Poliana. Penso que o mesmo aconteceria na maioria das escolas e que o desejo das crianças de estudar é tão forte que para satisfazer este desejo elas se submetem a muitas condições difíceis e perdoam muitas faltas. A possibilidade de semelhantes fugas é útil e necessária apenas como meio de proteção do professor de erros e abusos mais fortes e grosseiros.²³⁴

Outro aspecto da metodologia aplicada por Tolstói em Iasnaia Poliana que não encontrava muito apoio social, era a respeito da tentativa de abolição das notas. A escola de fato iniciou suas atividades prevendo a aplicação de notas pelas atividades e trabalhos feitos em sala de aula com o intuito de dar ao aluno um retorno sobre seu próprio aprendizado, não como motivo de constrangimento ou premiação. Até porque, como o autor assume, ali as notas “não dão vantagens a ninguém” e “as notas más mas justas não são alvo de protesto”. Em decorrência desse esvaziamento de significado da concorrência e pelo fato de que as correções e apontamentos eram feitos de forma oral, esse sistema de avaliação por notas começou “a perder sua importância”²³⁵. Assim, a experiência também demonstrou a Tolstói a necessidade de abolir todo e qualquer tipo de castigo, afinal, para o autor, “a escola não deve e não tem o direito de premiar ou castigar”²³⁶.

Um dos casos que fizeram com que Tolstói compreendesse os males do castigo foi o de um menino que roubou alguns itens da escola. Na primeira vez em que foi descoberto, Tolstói consultou as outras crianças para saber delas o que seria justo fazer nessa ocasião. Elas lhe deram alguns tipos de castigo surpreendentemente violentos, e dentre eles o mais “inofensivo” foi a ideia de colocar uma placa escrito ‘ladrão’. O menino chorou copiosamente e, depois disso, não só se tornaram mais frequentes os roubos como seu comportamento começou a ser mais introspectivo e triste. Em uma ocasião, pegaram ele de novo no flagra e sugeriram novamente colocar a placa e fazê-lo andar pelo vilarejo sendo zombado. Tolstói ficou horrorizado não só com o que pretendiam fazer, como também com a exasperação formada pelo planejamento de um castigo, o que influenciou o escritor a quase sentir ódio pelo menino. Ele afirma no diário: “[...] há segredos na alma que nós não vemos e sobre os quais só pode atuar a vida, e não os sermões e os castigos”. Por isso arrancou a placa e falou para o menino ir para onde quisesse, convencido de que não tinha o direito de castigá-lo de forma alguma. O autor conclui com essa passagem:

²³⁴ TOLSTÓI, Liev. *Diário de Liev Tolstói*. Escola De Iasnaia Poliana: novembro e dezembro (1862), p. 8.

²³⁵ *Ibidem*, p. 6.

²³⁶ *Ibidem*, p. 5.

Um rapaz roubou um livro — um longo e complexo caminho de sentimentos, idéias, conclusões erradas levou a que ele tivesse tirado um livro alheio e o tivesse escondido na sua mala — e eu fixo nele um papel com a palavra "ladrão" que significa uma coisa completamente diferente! Para quê? Para castigá-lo com a vergonha — dir-me-ão. Castigá-lo com a vergonha? Para quê? O que é a vergonha? E alguém sabe se a vergonha destrói a inclinação para o roubo? Talvez ela o incentive. O que se refletiu no seu rosto talvez não tenha sido vergonha? Sei que não era vergonha, mas outra coisa totalmente diferente que talvez dormisse sempre na sua alma e que não era preciso acordar. Que no mundo a que chamam real, no mundo onde o razoável não é o que é razoável, mas o que é real, as pessoas que foram castigadas inventam para si o direito e o dever de castigar. O nosso mundo das crianças — pessoas simples e independentes — deve continuar a estar limpo do auto-engano e da fé criminosa na legitimidade do castigo, do auto-engano e da fé em que o sentimento de vingança se torna justo quando lhe chamam castigo.²³⁷

Compreendendo então que o castigo entra em evidente contradição com o princípio da não-violência, pode-se inferir que, de fato, castigar não é fazer justiça, nem produz o ensinamento daquilo que é correto, como o discurso da utilidade do mal faz crer; assim como no caso do encarceramento, que o romance *Ressurreição* nos demonstra tão bem, este tipo de “justiça” é só um modo diferente de chamar a vingança — uma vingança com ar de legalidade.

Como vimos até aqui, a ideia de que a violência é necessária para manter a ordem, tanto em âmbito social, individual ou educacional, se demonstra falsa. Assim como Tolstói afirma que as ações de coerção do governo não colaboram para a diminuição e controle do crime e das violências, mas sim os fazem sempre ressurgir, igualmente a escola tradicionalmente coercitiva colabora para o embrutecimento dos indivíduos.

Mas a busca por uma alternativa não é tarefa fácil. Como percebemos, engajar-se no ensino e educação não-violentos é nadar contra a corrente. A experimentação diária, levando em consideração as especificidades da criança e do princípio da não-violência, demanda trabalho, reflexão e reavaliações constantes sobre a organização das aulas, o que de fato nos mostra o quanto o caminho pela violência é uma tentação pela sua aparente facilidade. Afinal, como foi mencionado, é bastante cômodo aos professores serem a única voz e autoridade, além de alguns manifestarem uma satisfação perversa ao ter um mundo, mesmo que diminuto, sob seu domínio.

Conclui-se também que o bom exemplo é a grande ferramenta para se pensar tanto a educação quanto o ensino, como afirma Tolstói. Isso não significa que devemos esconder o mundo adulto da criança, fingindo-se um comportamento exemplar, como se a criança fosse ignorar a dissimulação. Mas nesse processo de educação e ensino dos mais novos, estaria em

²³⁷ TOLSTÓI, Liev. *Diário de Liev Tolstói*. Escola De Iasnaia Poliana: novembro e dezembro (1862), p. 6.

jogo também a busca dos adultos por um aperfeiçoamento. Ver que é possível mudar apesar das falhas, ainda é preferível que formar uma imagem de infalibilidade dos adultos.

Por fim, gostaria somente de ressaltar uma diferença entre a escola de Iasnaia Poliana e as escolas tradicionais visitadas por Tolstói no que tange a recepção da comunidade. No caso da segunda, já mencionamos a opinião corrente dos pais de que a escola é só mais uma das tantas obrigações que a vida impõe, não havendo sentido em se continuar a praticar nem mesmo a leitura após esse período. Não obstante a inicial desconfiança dos mujiques quanto à escola de Tolstói, este menciona que ao longo do tempo a recepção da escola foi melhorando.

O autor ainda menciona que haviam incidentes que faziam com que os pais retirassem seus filhos de lá, mas estes eram casos bem isolados. Um destes foi o das irmãs flagradas pelo pai (um camponês rico) num momento de brincadeira com alguns meninos. O pai retirou as meninas de lá após o incidente, entretanto Tolstói não soube determinar o real motivo dessa atitude: se ele desaprovou a brincadeira entre meninos e meninas, ou se era pelo fato dos meninos serem pobres e sujos — um dos meninos inclusive havia tocado e sujado o chapeuzinho da menina, motivo pelo qual Tolstói ficou em dúvida. Parece-me que o autor narra acontecimentos como esse com extremo pesar, pois não davam o tempo necessário para mostrar os efeitos benéficos do dia a dia na escola, além de privarem as crianças desse convívio por uma razão tão discriminatória. Apesar disso a escola se mantinha bem e era aprovada pela maioria dos pais:

A atitude do povo para com a escola mudou muito desde o seu aparecimento. [...] agora o povo diz que na escola de Iasnaia Poliana se ensina tudo e todas as ciências. As crianças compreendem bem, começaram a ler e a escrever. Os camponeses ricos mandam os seus filhos para a escola por vaidade, para aprenderem a dividir (a divisão é o conceito superior de sabedoria escolar); outros pais pensam que a ciência traz muitas vantagens; a maioria manda as crianças inconscientemente, submetendo-se ao espírito da época. Entre estas crianças que constituem a maioria, dão-nos mais alegria as que são mandadas *sem objetivo*, mas que se apaixonam de tal forma do estudo que os pais se submetem ao desejo das crianças, sentem inconscientemente que algo de bom se passa com as suas crianças e não se decidem tirá-las da escola.²³⁸

Esta questão sobre a recepção por parte dos pais e das crianças pode parecer banal, mas ocorre que para Tolstói esse é um importante marcador: é sinal de que há sentido e coerência entre teoria e prática. Que há sim a possibilidade de se educar e ensinar sem a necessidade da violência.

²³⁸ TOLSTÓI, Liev. *Diário de Liev Tolstói*. Escola De Iasnaia Poliana: novembro e dezembro (1862), p. 12.

CONCLUSÃO

Buscou-se aqui demonstrar, através da exposição da crítica da sociedade e do projeto político-educacional de Tolstói, tanto o mérito do autor, desmistificando um pouco a ideia de ser um mau pensador e um bom escritor, quanto a validade da teoria. Até por consequência disso, não fiz distinção valorativa quanto aos trabalhos ditos teóricos e os literários, pois defendo aqui serem parte de uma mesma unidade de pensamento.

No primeiro capítulo vimos, através de uma breve contextualização a respeito do período do fim da servidão na Rússia, tendo por recorte as relações interclasses entre patrões e trabalhadores, que a vida para a grande parcela da sociedade é de fato um sofrimento. Espero ter tornado claro, desde o primeiro capítulo até o fim do segundo, que a dura ordem social não é uma fatalidade e sim deriva da extrema desigualdade que as sociedades desenvolveram para si, além de ser perpetuada, conforme diagnosticado por Tolstói, pela intimidação constante, pelo hipnotismo do povo, pela corrupção dos governantes e funcionários públicos, além da manutenção de um exército permanente.

Pela apresentação e reflexão realizadas no segundo capítulo a partir do romance *Ressurreição* e do ensaio *O reino de deus está em vós*, bem como utilizando os textos complementares *Carta a Ernest Howard Crosby, de Nova York, sobre a resistência não violenta*, *Não matarás*, *Carta a um oficial de baixa patente*, *Patriotismo e governo*, *Mas precisa mesmo ser assim?*, e *The slavery of our times*, procurou-se também explicitar o quanto o abismo social se mantém pelo discurso da utilidade da violência ou, como Tolstói igualmente nomeia, utilidade do mal. Para o autor, as pessoas foram levadas, intencionalmente, a acreditar que o mal não só é algo necessário como útil ao bem-estar social. Além de serem impregnadas pela ideia abstrata de nação e desenvolverem sentimentos patrióticos, o que, para Tolstói, faz com que o povo não mais reconheça que são todos irmãos e irmãs e, portanto, iguais. Para isso, buscamos aqui demonstrar a necessidade tanto de uma mudança política a fim de impedir a violência das instituições para com o povo, mas também morais, no sentido de impedir a violência entre os indivíduos. Ademais, nesses subcapítulos, *Sobre o romance Ressurreição* e *Por um princípio contra o estado de violência e a utilidade do mal*, procuramos evidenciar tanto o posicionamento abolicionista prisional de Tolstói, quanto anarco-pacifista, dado que o autor estende sua crítica não só ao Estado, mas a todo aparato de violência que o serve.

Poder-se-ia ampliar a discussão a respeito da aplicação do princípio da não-violência no sentido de uma crítica às instituições religiosas, tema bastante abrangido nos textos de Tolstói, mas optou-se por encerrar a pesquisa culminando na análise da crítica do autor ao sistema

educação de sua época, o qual utilizava-se de coerção, punições e recompensas, obrigatoriedade de frequência, conteudismo e repetição exaustiva. Dessa forma, no último capítulo expusemos a problematização feita por Tolstói a respeito do método tradicional de ensino nos ensaios *Da instrução popular* e *On Methods of Teaching the Rudiments*. Assim como no *Diário de Liev Tolstói de novembro e dezembro de 1862*, e na *Carta sobre educação endereçada a Pável Ivánovitch Biriukov*, conseguimos compreender o que o autor quis dizer ao se afirmar que a escola deve ser um local de experimentação diária.

Admito que o trabalho pode ter suas falhas na questão de ser uma interpretação unilateral, tendo por referência basicamente as fontes primárias. Entretanto, pelo ineditismo do trabalho — não antes fora realizada uma análise de Tolstói como uma proposta política genuína, e sim como doutrina de um cristianismo peculiar do autor —, careci de referências secundárias as quais poderiam ter enriquecido a discussão e contraposto posições de interpretação. Minha esperança é que esse tipo de visão a respeito da obra de Tolstói encontre críticos ou pesquisadores interessados em se aprofundar por essa via de análise da obra.

Ainda sobre a literatura secundária, me foram muito esclarecedoras as análises e comentários dos tradutores brasileiros, principalmente Natália Erasso, Belkiss Rabello, Boris Schnaiderman e Rubens Figueiredo, expondo o contexto de criação e a atualidade das obras literárias, assim como esclarecendo as narrativas. Os textos desses tradutores, mesmo não dando conta de me dar aporte filosófico, afinal não era o intento deles, me influenciaram de maneira a interpretar a obra de Tolstói mais assertivamente. Estes textos estão elencados nas referências, mesmo não tendo sido diretamente citados no corpo da dissertação.

Sobre a estrutura da dissertação espero ter feito sentido ao leitor o porquê de toda a contextualização, pois não está aí gratuitamente, serve tanto com respeito a quem não é familiarizado com o período, mas, principalmente, aí se funda o motivo de sua existência, de que a teoria só encontra sua validade ao ser baseada numa crítica imanente. Ora, senti a necessidade de explicitar que cada aspecto do princípio da não-violência tem uma razão de ser e responde aos problemas sociais reais, sendo a exposição desses problemas parte integrante da argumentação. Sem a constatação do sofrimento no mundo e das injustiças praticadas deliberadamente pelas instituições, não haveria motivo para a construção de uma mudança estrutural da sociedade e dos indivíduos.

Inúmeras possibilidades foram se apresentando ao longo do desenvolvimento do trabalho e que faço menção aqui de pelo menos quatro que tomo como tarefas futuras: 1) localizar o princípio da não-violência também como um posicionamento político de crítica

anticlerical, algo que o autor Alexandre Christoyannopoulos realiza²³⁹, assunto este que não caberia aqui por conta da extensão que o assunto demanda e que foge do escopo da dissertação. Isto é, haveria a necessidade de confrontar o dogmatismo da ortodoxia russa com o cristianismo libertário de Tolstói, adentrando inclusive em questões metafísicas que não eram o objetivo aqui de serem expostas. 2) pela escolha da linguagem ensaística e do tratamento do objeto dessa pesquisa, também foi de escolha não fazer uma exegese das relações entre a tradição filosófica e o pensamento tostoiano, principalmente em estabelecer em que medida Rousseau, Kant, Schopenhauer, Proudhon e Thoreau influenciam o autor russo ou se contrapõem. Algumas pistas são encontradas na dissertação para o olhar do público conhecedor, mas que serão explicitadas em meus trabalhos futuros. 3) haveria também a possibilidade de adentrar mais especificamente no aspecto ético do princípio da não-violência, mas que aqui concentrei-me em expô-lo somente na medida que importava colaborar com o âmbito político. Isto é, a ética tolstoiana haveria de se complementar no social, e não só dependeria do individual, assim prevendo a necessidade da instauração de uma sociedade em que esses valores fossem não só permitidos como incentivados. Os exemplos de posturas coerentes ao princípio ético da não-violência realizados por membros de comunidades cristãs sectárias, quando não banalizados, são violentamente punidos. O erro não está no planejamento da ação dessas pessoas, mas que em uma sociedade despótica esse tipo de indivíduo só encontrará barreiras, fazendo que esses atos sejam uma verdadeira provação de força de convicção para sustentar uma ética como a de Tolstói. Por fim, 4) importa ampliar a discussão a respeito do conceito de *nação* em Tolstói, para compreendermos suas alegações de que *fronteiras* e *nações* são ideias fictícias e ofensivas superstições, usadas principalmente como meio para propagar um ódio sem fundamentos reais. Claramente, sinais disso são explorados nesse trabalho e servirão como base para o prosseguimento dessa investigação.

Pensando também na efetividade de um plano político anarco-pacifista, Tolstói não deixa explícita essa questão, mas poderíamos concluir que seria necessário não um governo centralizado, e sim uma configuração de micropolítica de caráter comunitarista. Até porque o autor é um crítico contundente de governos de grandes territórios, por ser, dessa forma, preciso um líder “onisciente” para não ignorar o que se passa sob seu mando.

A respeito da proposta de uma escola popular libertária, não creio que, por se opor à escola tradicionalmente coercitiva, possamos comparar Iasnaia Poliana com práticas

²³⁹ Por exemplo em: CHRISTOYANNOPOULOS, Alexandre. *Leo Tolstoy's Anticlericalism in Its Context and Beyond: A Case against Churches and Clerics, Religious and Secular*. Religions 2016, 7, 59. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/rel7050059>>, acesso em: 17/02/2021.

pedagógicas em que o aluno se torna livre da necessidade de um currículo — onde ocorrem os absurdos da criança, por vezes, não conseguir nem ao menos desenvolver a fala, a escrita ou mesmo a expressão simbólica por meio do desenho, processos importantes no desenvolvimento da criança. Optar-se pela liberdade e amor como fundamento da educação não significa renunciar à necessidade da aprendizagem e do ensino, e espero ter conseguido fazer jus a essa ideia ao expor a experiência e os princípios de Tolstói.

REFERÊNCIAS

BARTLETT, Rosamund. **Tolstói: a biografia**. São Paulo: Globo, 2013.

BERLIN, Isaiah. **Russian Thinkers**. London: Penguin Books, 1994.

BLUM, Jerome. **The End of the Old Order in Rural Europe**. Princeton: Princeton University Press, 1978.

BUSHKOVITCH, Paul. **História Concisa da Rússia**. São Paulo: Edipro, 2014

CHRISTOYANNOPOULOS, Alexandre. **Leo Tolstoy's Anticlericalism in Its Context and Beyond: A Case against Churches and Clerics, Religious and Secular**. Religions 2016, 7, 59. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/rel7050059>>, acesso em: 17/02/2021.

ERASSO, Natália Cristina Quintero. **O diário de juventude de Liev Tolstói: singularidades do "diário de escritor" e confluências com a prosa artística**. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2016.

ERASSO, Natalia Cristina Quintero. **Os diários de juventude de Liev Tolstói: tradução e questões sobre o gênero de diário**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2011.

FIGUEIREDO, Rubens. **Uma nota sobre Ressurreição**. Revista Fragmentos, número 38, Florianópolis, jan-jun, 2010.

GOMES, Fabíola Orlandini. **Liev Tolstói e a escola para camponeses "Iásnaia Poliana"**. Dissertação de mestrado. Ribeirão Preto: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, 2019.

GOMES, Fabíola Orlandini. **Uma Proposta para a Análise Histórica dos Contos Populares de 1880, de Liev Tolstói**. Aurora, Marília, v.12, n. 2 , p. 95-112, Jul./Dez., 2019.

GOMIDE, Bruno Barretto (org.). **Antologia do pensamento crítico russo (1802-1901)**. São Paulo: Editora 34, 2017.

HAUSER, Arnold. **O Romance Social na Inglaterra e na Rússia**. In: _____. História Social da Literatura e da Arte. Tomo II. São Paulo: Editôra Mestre Jou, 1973.

HELENO, Alex Rezende. **A violência marcante em Ressurreição, de Leon Tolstói**. Revista Solettras, n. 25, 2013.1.

HOURWICH, Isaac A.. **The economics of the Russian Village**. New York: University Faculty of Political Science of Columbia College, 1892.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LENIN, N. **An Appraisal of Leo Tolstoy** (1910). New International, Vol.3 No.1, February 1936, p.22-23. Disponível em: <<https://www.marxists.org/history/etol/newspape/ni/vol03/no01/lenin.htm>>, acesso em: 17/02/2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

RABELLO, Belkiss. **As cartilhas e os livros de leitura de Lev N. Tolstói**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

SCHNAIDERMAN, Boris. **Leão Tolstói**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Noé. **Três imagens da mulher em Ressurreição**. Revista Fragmentos, número 38, Florianópolis, jan-jun, 2010.

SINGER, Helena. **Repúblicas de Crianças: Uma Investigação sobre Experiências Escolares de Resistência**. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1995.

TOLSTÓI, L. N. **A Insubmissão e outros escritos**. Tradução: Plínio Augusto Cêlho. Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: Editora Imaginário, 2010.

_____. **Anna Kariênina**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

_____. **Contos Completos**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

_____. **Da instrução popular**. In: _____. Obras pedagógicas. Moscou: Edições Progresso, 1988. Disponível em: < <https://redes.org.br/wp-content/uploads/2016/05/TOLSTOI-Leon-1862-Da-instrucao-popular.pdf>>, acesso em 07/10/2018.

_____. **Diário de Liev Tolstói**. Escola De Iasnaia Poliana: Novembro e Dezembro (1862). Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/180556/Liev+Tolstoi+Escola+de+Iasnaia+Poliana+%28incompleto%29.pdf>>, acesso em 07/10/2018.

_____. **Guerra e Paz**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

_____. **O que é arte?: a polêmica visão do autor de Guerra e Paz**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

_____. **O reino de deus está em vós**. 5ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.

_____. **Os últimos dias**. Tradução: Anastassia Bytsenko, Belkiss J. Rabello, Denise Regina de Sales, Graziela Schneider, Natalia Quintero. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

_____. **Ressurreição**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

_____. **Uma Confissão**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Mundo Cristão, 2017.

TOLSTOY, Leo. **The slavery of our times**. Maldon, Essex: The Free Age Press, 1900.

_____. **Tolstoy on Education**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1968.

VELHO, Otávio G. O campesinato e a fronteira no capitalismo autoritário russo. In: _____. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 54-86.

APÊNDICE

MANHÃ DE UM SENHOR DE TERRAS²⁴⁰

I

O príncipe Nekhliúdiv tinha dezenove anos quando, ao terminar o terceiro ano da universidade, foi passar as férias de verão em sua propriedade rural e lá ficou sozinho durante toda a estação. No outono, com mão hesitante de menino, escreveu para a tia, a condessa Beloretskaia, que na sua opinião era sua melhor amiga e a mulher mais genial do mundo, a carta abaixo, traduzida do francês:

Querida titia,

Tomei uma decisão da qual vai depender a sorte de toda a minha existência. Vou abandonar a universidade para dedicar minha vida ao campo, porque sinto que nasci para isso. Pelo amor de Deus, querida titia, não ria de mim. A senhora diz que sou jovem; talvez eu ainda seja apenas uma criança, mas isso não me impede de sentir minha vocação, de desejar fazer o bem e de amá-lo. Como já lhe escrevi antes, encontrei os negócios aqui numa confusão indescritível. No intuito de pôr as coisas em ordem, aprofundi-me na situação e descobri que o principal problema reside na condição lastimável e calamitosa em que se encontram os mujiques e que esse problema só se pode corrigir com trabalho e paciência. Se a senhora pudesse ver apenas dois de meus mujiques, David e Ivan, e a vida que levam, eles e suas famílias, estou convencido de que uma só visão desses dois infelizes persuadiria a senhora mais do que tudo o que eu poderia lhe dizer para explicar minha intenção. Afinal, não é meu dever claro e sagrado me empenhar pela felicidade dessas setecentas pessoas, pelas quais vou responder perante Deus? Não seria um pecado deixá-las à mercê de rudes estarostes e administradores, com seus planos de prazer ou de ambição? Sinto-me capaz de ser um bom proprietário; e para ser aquilo que entendo por essa palavra não é preciso nem diploma nem um posto no serviço público, que a senhora tanto gostaria que eu tivesse. Querida titia, não faça planos ambiciosos para mim, habitue-se à ideia de que vou seguir um caminho muito diferente, mas bom, e que sinto que vai me levar à felicidade. Refleti muito, muito mesmo, a respeito de minhas futuras obrigações, redigi para mim regras de conduta e, se Deus me der vida e força, terei êxito em minha iniciativa. Não mostre esta carta ao meu irmão Vássia: receio sua zombaria; ele está habituado a ter a primazia sobre mim e eu estou habituado a me submeter a ele. Quanto a Vânia, se não aprovar minha intenção, pelo menos vai compreendê-la.

A condessa respondeu com a seguinte carta, também aqui traduzida do francês:

Sua carta, querido Dmítiri, não mostra nada, senão que você tem um belo coração, do que jamais duvidei. Porém, querido amigo, nossas tendências boas nos trazem mais mal na vida do que as más. Não vou lhe dizer que está fazendo uma tolice, que seu comportamento me aflige, mas vou tentar influenciar você só com persuasão. Vamos raciocinar, meu amigo. Você diz que sente uma vocação para a vida rural, que quer fazer a felicidade de seus camponeses e que espera vir a ser um bom proprietário. Devo lhe dizer 1) que apenas sentimos nossa vocação quando já nos enganamos uma vez a respeito; 2) que é mais fácil fazer nossa própria felicidade do que a felicidade dos outros; e 3) que para ser um bom proprietário é preciso ser um homem frio e rigoroso, o que você jamais será na vida, por mais que se esforce em fingir que é.

Você considera seus argumentos irreversíveis e até os adota como regras de vida; mas na minha idade, meu amigo, não acreditamos em argumentos e em regras, só acreditamos na experiência; e a experiência me diz que seus planos são uma infantilidade. Já tenho cinquenta

²⁴⁰ TOLSTÓI, Liev. *Contos Completos*. Tradução: Rubens Figueiredo, 2015, p. 511-ss.

anos e conheci muitas pessoas dignas, mas nunca ouvi falar de um jovem de boa família e com muitos talentos que, sob o pretexto de fazer o bem, tenha se enterrado no campo. Você sempre quis se mostrar original e sua originalidade não é outra coisa senão um amor-próprio excessivo. E, meu amigo!, é melhor escolher caminhos batidos: eles conduzem ao sucesso em menos tempo, e o sucesso, caso já não seja necessário para você enquanto sucesso, é no entanto indispensável para ter a possibilidade de fazer o bem, que você ama.

A pobreza de alguns camponeses é um mal inevitável, ou melhor, é um mal que não se pode remediar sem esquecer todas as suas obrigações com a sociedade, com seus parentes e consigo mesmo. Com sua inteligência, com seu coração e amor à virtude, não há carreira em que você não vá obter sucesso; mas pelo menos escolha alguma que seja digna de você e que lhe traga honra. Creio na sua sinceridade quando diz que não tem ambições; mas você engana a si mesmo. Na sua idade e com seus recursos, a ambição é uma virtude; mas ela se torna um defeito e uma vulgaridade quando o homem já não está em condições de satisfazer essa paixão. E você vai experimentar isso, se não mudar de intenção. Adeus, querido Mítia. Parece-me que o amo ainda mais, por seu plano absurdo, mas nobre e generoso. Aja como quiser, mas confesso que não posso concordar com você.

O jovem, ao receber essa carta, refletiu longamente a respeito e por fim, tendo decidido que a mulher genial podia se enganar, mandou para a universidade um pedido de desligamento e ficou no campo para sempre.

II

O jovem senhor de terras, como ele havia escrito para a tia, tinha definido regras de conduta em relação à sua propriedade, e toda a sua vida e seus afazeres estavam distribuídos em horas, dias e meses. O domingo era destinado a ouvir as reclamações e pedidos dos servos domésticos e dos mujiques, a visitar os camponeses pobres da propriedade e a lhes prestar ajuda, com a concordância do mir,¹ que se reunia todo domingo à tarde e tinha de decidir a quem prestar ajuda e como ela seria. Em tais atividades, passou-se mais de um ano, e o jovem já não era mais nenhum iniciante nos conhecimentos práticos e teóricos de uma propriedade rural.

Era um claro domingo de junho quando, depois de tomar café e ler correndo um capítulo de *Maison rustique*, com um caderno de anotações e um pacote de dinheiro no bolso do casaco, Nekhliúdob saiu da grande casa rural, com colunas e varandas, onde ocupava apenas um quarto pequeno no térreo, e seguiu pelo maltratado e descuidado caminho do velho jardim inglês rumo à vila que se distribuía de ambos os lados da estrada principal.

Nekhliúdob era um jovem alto, vigoroso, de cabelos compridos, espessos, crespos e ruivo-escuros, com um brilho radiante nos olhos negros, faces frescas e lábios rosados, acima dos quais apenas se distinguiam as primeiras penugens da mocidade. Em todos os movimentos e em seus passos, percebia-se a força, a energia e a generosa satisfação consigo mesmo da juventude. Os camponeses, em grupos variados, voltavam da igreja; velhos, mocinhas, crianças, mulheres com bebês no colo, em roupas domingueiras, dispersavam-se em suas isbás, cumprimentando o patrão com uma grande inclinação da cabeça ao passar por ele. Nekhliúdob entrou na rua e parou, tirou do bolso o caderno e na última página, onde havia anotações com sua letra infantil, leu alguns nomes de camponeses e lembretes. “Ivan Tchurissenok – pediu escoras”, leu Nekhliúdob e, seguindo pela rua, aproximou-se do portão da segunda isbá à direita. A residência de Tchurissenok consistia numa estrutura semidesmoronada com os cantos estragados pelo mofo e as laterais inclinadas, afundada na terra de tal modo que, por cima do imundo banco de areia misturado com esterco ao redor da isbá, mal se viam uma janelinha quebrada com os contraventos meio soltos e uma outra janela menor, coberta por farrapos. Um vestibulo feito de troncos, com a soleira imunda e a porta baixa, uma outra estrutura pequena, ainda mais antiga e mais baixa do que a entrada, um portão e um pequeno estábulo de palha

trançada se aglomeravam em torno da isbá propriamente dita. Tudo aquilo tinha sido coberto, muito tempo antes, por um telhado único e irregular; agora, só no beiral pendia uma palha densa, preta e apodrecida; no alto, aqui e ali, viam-se caniços trançados e pequenas vigas.

Na frente do pátio, havia um poço com uma armação destrocada, os restos de uma coluna e de uma roda, e uma poça lamacenta, pisoteada por vacas, na qual se banhavam patos. Perto do poço, havia dois velhos salgueiros rachados e partidos, com uns poucos ramos verde-claros. Embaixo de um dos salgueiros, que davam testemunho de que alguém, algum dia, se ocupara com o embelezamento do lugar, estava sentada uma garota loura de oito anos que obrigava outra garotinha, de dois anos, a rastejar à sua volta.

Um cachorrinho dos criados, que sacudia a cauda perto delas, ao ver o patrão, correu esbaforido por debaixo do portão e, de lá, começou a dar latidos assustados e estridentes.

– Ivan está em casa? – perguntou Nekhliúdob.

A menina mais velha pareceu estupefata com a pergunta e abriu os olhos cada vez mais, sem responder nada; a menorzinha abriu a boca e fez menção de chorar. Uma velhinha miúda, de saia xadrez e em farrapos, presa bem baixa por um cinto avermelhado e velho, espiou por trás da porta e também não respondeu nada. Nekhliúdob aproximou-se da entrada e repetiu a pergunta.

– Está em casa, benfeitor – exclamou a velhinha com voz rascante, curvando-se muito numa saudação, dominada por uma emoção assustada.

Quando Nekhliúdob, depois de cumprimentá-la, atravessou a entrada para o pátio acanhado, a velha apoiou o queixo na palma da mão, aproximou-se da porta e, sem baixar os olhos, pôs-se a balançar a cabeça em silêncio. O pátio era miserável; aqui e ali jazia um estrume velho, enegrecido e abandonado; sobre o estrume estavam largados de qualquer jeito um cepo podre, um forcado e dois ancinhos. Em redor do pátio, os telheiros – sob os quais, de um lado, estavam um arado, uma carroça sem rodas e uma pilha de caixas de colmeias de abelhas quebradas, vazias e inúteis, escoradas umas nas outras – estavam quase todos descobertos, e um lado deles tinha tombado, de modo que o telhado da frente já não estava escorado nas hastes de madeira, mas sim no estrume. Com a lâmina e as costas de um machado, Tchurissenok estava cortando as varas que sustentavam o telhado. Ivan Tchuris era um mujique de cinquenta anos, mais baixo do que o comum. Os traços de seu rosto queimado e comprido, rodeado por uma barba ruivo-escura já um pouco grisalha e por cabelos espessos da mesma cor, eram bonitos e expressivos. Seus olhos azul escuros fitavam de modo inteligente, bondoso e despreocupado. A boca reta e pequena se recortava de modo brusco por baixo do bigode ralo e castanho-claro quando ele sorria, e exprimia uma tranquila confiança em si mesmo e uma certa indiferença desdenhosa por tudo o que o rodeava. Pela aspereza da pele, pelas rugas fundas, pelas veias saltadas no pescoço, no rosto e nas mãos, pelo estranho arqueamento de seu corpo e pela posição torta e convexa das pernas, era evidente que toda a sua vida havia transcorrido em trabalhos pesados, excessivos, estafantes. Sua roupa consistia em calças brancas de cânhamo com remendos azuis nos joelhos e uma camisa do mesmo pano, imunda, meio desfiada nas costas e nas mangas. A camisa estava amarrada bem baixa na cintura por um cadarço, do qual pendia uma chavezinha de cobre.

– Deus o ajude! – disse o patrão, entrando no pátio.

Tchurissenok virou-se para olhar e depois retomou seu trabalho. Com um esforço vigoroso, ele soltou uma vara de baixo do telheiro e só então cravou o machado no cepo e, ajeitando o cadarço na cintura, veio para o meio do pátio.

– Bom domingo, Vossa Excelência! – disse, inclinando-se bastante e balançando os cabelos.

– Obrigado, meu caro. Vim aqui ver como vão seus negócios – disse Nekhliúdob com humildade e simpatia infantis, enquanto observava a roupa do mujique. – Mostre-me como são as escorazinhas de que precisa e que pediu na reunião.

– As escoras? Claro, as escoras são assim, paizinho, Vossa Excelência.

Isto aqui não dá mais para escorar nada, o senhor mesmo pode ver; olhe só, o canto desabou faz pouco tempo; graças a Deus o gado não estava ali na hora. Tudo aqui está assim, cai não cai – disse Tchuris, olhando com desprezo para seus telheiros meio desmoronados. – Agora os abrigos estão tortos e as colunas, se encostar cai tudo... olhe, madeira boa nem tem mais.

E onde é que se pode arranjar madeira hoje? Eu gostaria de saber.

– Então para que você quer cinco escoras, quando um telheiro já desabou e o outro vai cair logo? Você não precisa de escoras, mas de telhados, colunas, vigas... precisa de tudo novo – disse o patrão, visivelmente querendo exibir seu conhecimento do assunto.

Tchurissenok ficou calado.

– Quer dizer que você precisa de muita madeira e não de umas escorazinhas; você tinha de me dizer isso.

– Está certo, eu tinha, mas não tenho onde pegar; não é todo mundo que pode ir à casa senhorial! Se nossos irmãos todos tivessem o costume de ir à casa senhorial falar com Vossa Excelência para saudar e pedir qualquer favor, que camponeses nós íamos ser? Mas se Vossa Senhoria chegasse ao ponto de me deixar pegar os pedaços de carvalho que estão no curral do patrão jogados e sem uso nenhum – disse ele, curvando-se e mudando a toda hora o pé de apoio –, aí talvez eu pudesse trocar uns e cortar outros e assim eu podia dar um jeito de o velho durar mais um tempo.

– O velho, como assim? Pois você mesmo disse que tudo o que tem está velho e estragado; hoje esse canto caiu, amanhã será aquele, depois de amanhã, mais um; pois então, se tem de fazer, que faça tudo novo, para não gastar trabalho à toa. Você pode me explicar como acha que seu telheiro vai conseguir aguentar de pé o inverno?

– Ah, quem pode saber?

– Mas o que você acha? Vai cair ou não?

Tchuris ficou pensando um minuto.

– Deve cair tudo – disse ele, de repente.

– Pois então, você está vendo que era melhor ter falado isso na reunião, que você precisava reconstruir todo o telheiro e não só de algumas escorazinhas. Pois eu ficaria muito feliz de ajudar você...

– Muito agradecido a Vossa Excelência – respondeu Tchurissenok, desconfiado e sem olhar para o patrão. – Prefiro que o senhor me conceda quatro escorazinhas e alguma lenha e eu mesmo talvez possa consertar, e se alguém por aí quiser uns pedaços de madeira que não servem para nada, pode vir pegar as escoras da isbá.

– Então a sua isbá também está ruim?

– Eu e minha velha vivemos esperando que ela caia em cima de alguém, mais dia, menos dia – disse Tchuris em tom indiferente. – Não faz muito tempo caiu um pedaço do teto e matou minha velha!

– O quê? Matou?

– Estou dizendo, matou, Vossa Excelência: bateu nas costas e deixou ela sem ar e ela ficou estirada até de noite que nem morta.

– Mas o que aconteceu?

– Aconteceu o que aconteceu, ela sempre está doente. É doente de nascença.

– Você está doente? – perguntou Nekhliúдов para a mulher, que continuava parada na porta e tinha começado a gemer, assim que o marido se pusera a falar dela.

– Sempre me dói aqui, olhe. Ainda mais no domingo – respondeu ela, apontando para o peito sujo e magro.

– De novo! – exclamou o jovem patrão com irritação, encolhendo os ombros. – Se está doente, por que não foi ao hospital? É para isso que serve o hospital. Não explicaram para você?

– Explicaram sim, benfeitor, mas nunca dá tempo: tem a casa, as crianças, o trabalho da corveia...3 e tudo a gente tem de fazer sozinho!

III

Nekhliúdiv entrou na isbá. As paredes tortas e sujas de fuligem estavam cobertas, na parte dos fundos, por vários trapos e roupas e a parte da frente estava literalmente atulhada de baratas vermelhas, que se aglomeravam em torno dos ícones e da despensa. No meio daquela isbazinha escura e fedorenta de seis archin, no teto, havia uma grande fenda e, apesar das escoras em dois lugares, o teto havia entortado tanto que parecia ameaçar desmoronar a qualquer minuto.

– Sim, a isbá está muito ruim mesmo – disse o patrão, olhando de relance para o rosto de Tchurissenok, que, pelo visto, não queria tratar do assunto.

– Vai esmagar a gente, vai esmagar a criançada – começou a lamentar a mulher, com voz chorosa, encostando-se na estufa, embaixo do leito de tábua que, como um jirau, se estendia da estufa até a parede do outro lado.

– Feche a boca! – disse Tchuris com severidade e, com um sorriso sutil, quase imperceptível, que se recortou embaixo do bigode que se mexia, voltou-se para o patrão. – E não me entra na cabeça o que fazer com ela, Vossa Excelência, com esta isbá; as escoras, os forros, tudo, não tem mais o que fazer!

– Como é que se pode passar o inverno aqui? Ai, ai, ai! – disse a mulher.

– Bom, se a gente ainda pusesse umas colunas e fizesse um chão novo – interrompeu o marido, com uma expressão calma e prática. – E se trocasse umas escoras aqui e ali talvez, quem sabe, desse até para aguentar um inverno. Dá para viver, mas tem de pôr uns apoios por todos os lados... pois é, mas se sacudir um pouquinho não vai sobrar nada; se não sacudir, aguenta – concluiu, visivelmente satisfeito por ter conseguido resumir a situação.

Nekhliúdiv ficou aborrecido e penalizado por Tchuris ter chegado àquela condição e não o ter procurado mais cedo, pois desde sua chegada à propriedade rural nenhuma vez recusara ajuda aos mujiques e insistia em dizer que todos o procurassem pessoalmente para manifestar suas carências. Chegou a sentir certa raiva do mujique, sacudiu os ombros com irritação e franziu as sobrancelhas; mas a imagem da miséria que o rodeava e, no meio dessa miséria, a expressão de calma e satisfação consigo mesmo que via em Tchuris transformaram sua irritação numa espécie de sentimento triste e desesperançado.

– Então, Ivan, por que foi que não falou antes? – perguntou em tom de censura, sentando-se num banco imundo e torto.

– Não tive coragem, Vossa Excelência – respondeu Tchuris, com o mesmo sorriso quase imperceptível, enquanto mudava a posição dos pés descalços e pretos, no chão irregular de terra; mas falou aquilo com tamanha coragem e tranquilidade que era difícil acreditar que não tivesse coragem de procurar o patrão.

– A gente não passa de mujiques; como é que ia se atrever...? – quis falar a mulher, choramingando.

– Chega de conversa – Tchuris interrompeu-a de novo.

– É impossível viver nesta isbá: é um horror! – disse Nekhliúdiv, depois de um breve silêncio. – Veja, vamos fazer o seguinte, meu irmão...

– Pode dizer, patrão – disse Tchuris.

– Você viu aquelas isbás de pedra, as isbás guerardovskaias,⁴ que eu construí na granja nova, as que têm as paredes descobertas?

– Quem é que pode não ver? – respondeu Tchuris, abrindo um sorriso com seus dentes ainda inteiros e brancos. – Todo mundo fica admirado com o jeito como são construídas... isbás sabidas demais! A rapaziada ficou rindo, se não iam virar armazém, as paredes são à prova de

ratos. Senhoras isbás! – concluiu com expressão de admiração ridícula, balançando a cabeça. – Igualzinho a uma prisão.

– Pois é, as isbás são ótimas, secas e quentes, e não têm tanto risco de pegar fogo – disse o patrão, com as sobrancelhas franzidas em seu rosto jovem, visivelmente insatisfeito com o desdém do mujique. – Nem se discute, Vossa Excelência, umas isbás formidáveis.

– Pois é, acontece que uma isbá já está toda pronta. Tem dez *archin*, com vestibulo, um telheiro, e está toda pronta. Posso ceder a isbá para você pelo valor de custo, e não precisa pagar agora; um dia você paga – disse o *barin* com um sorriso satisfeito, que não conseguiu reprimir ante a ideia de que estava fazendo uma boa ação. – Você derruba sua isbá velha – prosseguiu –, ela vai servir de celeiro; vamos transferir também o estábulo. Lá tem uma água ótima, vou lhe dar uma terra para a horta, também deixo você usar três lotes de terra, do lado. Você vai viver muito bem! E então, será que isso não lhe agrada? – perguntou Nekhliúdiv, ao notar que, assim que falou em transferência, Tchuris se retraiu, ficou totalmente imóvel e, já sem sorrir, olhava para a terra.

– Como Vossa Excelência quiser – respondeu, sem erguer os olhos.

A velha se adiantou um pouco, como que voltando à vida, e se preparou para dizer alguma coisa, mas o marido a deteve.

– Como Vossa Excelência quiser – repetiu ele em tom decidido e obediente, olhando de relance para o patrão e sacudindo os cabelos. – Mas na nova granja a gente não vai conseguir viver.

– Por quê?

– Não, Vossa Excelência, se transferir a gente para lá, aqui a gente já está muito mal, mas lá nunca que a gente vai ser mujique. Que tipo de mujique a gente vai ser? Não, lá não vai dar para viver, mas o senhor manda!

– E por quê?

– Vamos ficar arruinados, Vossa Excelência.

– Mas por que não podem viver lá?

– Que vida tem lá? Pense bem: ninguém morou no lugar, a gente não conhece a água, não tem pasto em lugar nenhum. Aqui a gente tem a plantação de cânhamo adubada desde muito tempo, e lá o que é que tem? O que é que tem lá? Mato! Nem cercados, nem estábulos, nem celeiros, não tem nada em lugar nenhum. Vamos ficar arruinados, Vossa Excelência, se nos enxotar para lá, vamos ficar na miséria completa! Um lugar novo, desconhecido... – repetiu, pensativo, mas balançando a cabeça com ar determinado.

Nekhliúdiv tentou mostrar para o mujique que a transferência, ao contrário, era muito vantajosa para ele, que os cercados e os celeiros iam ser construídos, que a água lá era boa etc., mas o silêncio obtuso de Tchuris deixou-o confuso e, por algum motivo, ele sentiu que falar assim não adiantava. Tchurissenok não retrucou; porém, quando o patrão se calou, ele, sorrindo de leve, comentou que seria melhor transferir para aquela granja uns velhos criados domésticos e o palerma do Aliocha, para que lá eles tomassem conta dos cereais.

– Isso, sim, seria bom! – exclamou e sorriu de novo. – É uma coisa à toa, Vossa Excelência!

– Sei, quer dizer que o lugar é inabitável? – insistiu Nekhliúdiv, com paciência. – Pois aqui, um dia, era inabitável, mas as pessoas moram aqui; e lá, veja bem, você vai se instalar primeiro, com todo o apoio... Não tem como não dar certo...

– Mas, paizinho, Vossa Excelência, como é que se pode comparar? – replicou Tchuris com energia, como se temesse que o patrão ainda não tivesse tomado uma decisão definitiva. – Aqui é nosso lugar no mundo, um lugar alegre, acostumado: a estrada, o lago para a mulher lavar roupa, para as vacas beberem, e todas as nossas coisas de mujique, aqui faz muito tempo que a gente é acostumado, e o curral, a hortinha, os salgueiros... meus pais viveram aqui; e meu avô, e meu pai entregaram a alma a Deus aqui, e a gente vai terminar nossos dias aqui, Vossa

Excelência, não peço mais nada. Tenha misericórdia e deixe consertar a isbá... vamos ficar muito satisfeitos com Vossa Senhoria; mas, não, nem na nossa velhice vamos viver de outro jeito. Deixe a gente rezar aqui para sempre – prosseguiu, curvando-se muito. – Não enxote a gente do nosso ninho, paizinho!...

Enquanto Tchuris falava, embaixo do leito de tábua suspenso acima da estufa, no lugar onde estava sua esposa, ouvia-se um choro cada vez mais forte e, quando o marido disse “paizinho”, a mulher, inesperadamente, deu um passo adiante e, chorando, bateu na perna do patrão.

– Não nos mate, benfeitor! Você é nosso pai, você é nossa mãe! Para onde vai nos mandar? A gente é velho, sozinho. Você é feito Deus... – berrou.

Nekhliúdob pulou do banco onde estava sentado e quis levantar a velha, mas ela, com uma espécie de volúpia de desespero, batia a cabeça no chão de terra e repelia as mãos do patrão.

– O que deu em você? Levante, por favor! Se não querem, não precisam ir; não vou forçar – disse ele, abanando as mãos e recuando na direção da porta.

Quando Nekhliúdob se sentou de novo no banco e se fez silêncio na isbá, interrompido apenas pelas lamúrias da mulher, que de novo se havia recolhido para debaixo do leito de tábua e enxugava as lágrimas com a manga da camisa, o jovem senhor de terras compreendeu o que significava para Tchuris e a esposa a isbazinha que se esboroava, o poço desmoronado com a poça lamacenta, os pequenos e arruinados estábulos e celeiros e os salgueiros quebrados que se viam na frente da janela torta – e sentiu um peso, uma tristeza e certa vergonha.

– Mas então, Ivan, por que não falou na reunião do mir no domingo passado que precisava de uma isbá? Agora eu já não sei como ajudar você.

Na primeira reunião, eu disse para todos vocês que vinha morar no campo e ia dedicar minha vida a vocês; que estou pronto a me privar de tudo para que fiquem satisfeitos e felizes e, perante Deus, juro que estou cumprindo minha palavra – disse o jovem senhor de terras, sem saber que esse tipo de efusão não era capaz de despertar a confiança de ninguém, ainda menos de um russo, que ama não as palavras, mas as ações, e não se entusiasma com a expressão de sentimentos, por mais belos que sejam.

Porém o jovem ingênuo ficou tão feliz com o sentimento que experimentava que não podia deixar de expressá-lo.

Tchuris inclinou a cabeça para o lado e, pestanejando devagar, com uma atenção forçada, escutava o patrão como um homem que não pode deixar de ouvir, embora a pessoa falasse coisas ruins e que, absolutamente, não lhe diziam respeito.

– Mas é claro que não posso dar para todo mundo tudo aquilo que me pedem. Se eu não recusasse madeira a ninguém que me pede, logo eu mesmo ia ficar sem madeira nenhuma e não poderia dar para aquele que de fato precisa. Quando estabeleci essas regras, foi para facilitar a reforma das construções dos camponeses e deixei tudo na mão do mir. Aquela madeira, agora, já não é minha, mas de vocês, camponeses, e já não posso controlar o que se faz com ela, quem cuida disso é o mir, como você sabe. Vá à reunião de hoje; vou explicar ao mir o seu pedido; se eles decidirem dar uma isbá para você, tudo certo, mas agora eu já não tenho madeira. Quero ajudar você, com toda a minha alma; mas se você não quer se transferir, aí a questão já não é mais comigo, mas com o mir. Está entendendo?

– Muito obrigado por sua misericórdia – respondeu Tchuris, embaraçado. – Se o senhor fizer a caridade de nos dar algumas madeirinhas, vamos ficar muito contentes... O que é o mir? A gente sabe muito bem...

– Não, você vai lá.

– Sim, senhor. Eu vou. Por que não ir? Só que não vou pedir nada ao mir.

O jovem senhor de terras, pelo visto, ainda queria perguntar alguma coisa; não se levantou do banco e lançava olhares hesitantes ora para Tchuris, ora para a estufa vazia e sem fogo.

– E então, já jantaram? – perguntou, afinal.

Pelo bigode de Tchuris recortou-se um sorriso de zombaria, como se lhe parecesse ridículo que o patrão fizesse perguntas tão tolas; ele nada respondeu.

– Que jantar, benfeitor? – exclamou a mulher, suspirando fundo. – A gente comeu um pedacinho de pão, isso é nosso jantar. Já faz tempo que não se conseguem legumes e assim hoje não tem com que fazer sopa, mas tinha kvás e aí dei para a criançada.

– Hoje a gente está fazendo jejum, Vossa Excelência – interveio Tchuris, emendando as palavras da mulher. – Pão e cebola, essa é a comida dos mujiques. Por bondade de Deus, tenho um pouquinho de pão ainda, graças à Vossa Senhoria, guardei até agora, mas aqui em volta tem um monte de mujiques que não têm pão nenhum. A cebola hoje em dia anda bem escassa. Ainda outro dia mandaram o jardineiro Mikhail trazer umas cebolinhas miúdas, só que nosso irmão não achou em lugar nenhum. Desde a Páscoa a gente não vai à igreja e não tenho com que comprar nem uma velinha para Mikola.

Fazia tempo que Nekhliúdiv, não por ouvir dizer, não por fé nas palavras dos outros, mas na prática, conhecia o extremo grau de pobreza em que se encontravam seus camponeses; mas toda aquela realidade era tão incompatível com a sua educação, formação e modo de vida que ele, contra a própria vontade, esquecia a verdade e sempre que ele, como agora, a recordava de maneira viva e concreta, sentia no coração um peso e uma tristeza insuportáveis, como se a memória de um crime perpetrado e não redimido o atormentasse.

– Por que são tão pobres? – perguntou, exprimindo involuntariamente seu pensamento.

– Mas do jeito que a gente vive, paizinho, Vossa Excelência, como é que dá para não ser pobre? A terra da gente, o senhor mesmo sabe: é barro, barranco, e é claro que a gente deve ter irritado Deus, porque desde o cólera, veja, o trigo não nasce. O pasto e o resto ficam cada vez mais baixos: às vezes mandam trabalhar na terra comum, outras vezes despacham para os campos do senhor de terras. Cuido de tudo sozinho e estou velho... eu bem que ficaria contente de dar duro... não tenho forças. Minha velha está doente, não tem ano em que não nasça uma menininha: tenho de alimentar todo mundo. E ainda tenho de dar duro sozinho, e com seis almas em casa. Para Deus, sou um pecador, muitas vezes eu penso: Deus levou uns embora mais cedo, e para mim seria até mais fácil, porque é melhor do que ficar se matando aqui desse jeito...

– A-ai! – suspirou alto a mulher, como que para confirmar as palavras do marido.

– Olhe, toda a ajuda que tenho é essa aí – continuou Tchuris, apontando para um menino louro e desgrenhado de sete anos, de barriga enorme, que abriu timidamente a porta naquele momento, entrou na isbá e cravou no patrão os olhos tristes e admirados, enquanto se agarrava com as duas mãos na camisa de Tchuris. – Esta é a única pessoa que tenho para me ajudar – continuou Tchuris com voz bombástica, enquanto passava a mão áspera nos cabelos louros do menino. – O que se pode esperar dele? E para mim o trabalho já é insuportável. A velhice até que não é nada, mas minha hérnia dói. Quando o tempo piora, me dá vontade de gritar e já faz muito tempo que pago o tributo para o senhor de terras, e já estou velho. Tem o Ermílov, o Diémki, o Ziárev, todos mais jovens do que eu, e já faz muito tempo que ficaram isentos do tributo. Pois é, não tenho como fazer isso, essa é minha desgraça. Tenho de dar de comer: aí eu batalho muito, Vossa Excelência.

– Eu ficaria muito feliz de lhe dar algum alívio, é claro. Como fazer? – disse o jovem senhor de terras, olhando para o camponês com simpatia.

– Como dar um alívio? É muito fácil, se o patrão tem a terra, também tem de governar, esse é o costume, todo mundo sabe. Eu espero alguma coisa deste pequeno. Se pelo menos Vossa Senhoria deixasse que ele não fosse à escola: mas outro dia mesmo veio um homem do

ziémstvo e disse que Vossa Excelência também exige que ele vá à escola. Libere o menino da escola: afinal, qual é a inteligência que ele tem, Vossa Excelência? Ainda é novo, não entende nada.

– Não, irmão, faça como quiser – disse o patrão –, mas seu menino já é capaz de compreender, sim, e está na hora de estudar. E digo isso para seu próprio bem.

Pense só, quando ele for mais velho, vai ser um proprietário rural e vai ter de saber ler e fazer contas, e vai ler na igreja... será muito melhor para todos em sua casa, se Deus quiser – disse Nekhliúdob, tentando exprimir-se da maneira mais clara possível e ao mesmo tempo, por algum motivo, se ruborizando e titubeando.

– Nem se discute, Vossa Excelência... o senhor não quer fazer o mal para a gente, mas não tem quem cuide da casa: eu e a mulher temos de cuidar da terra comum... e ele, apesar de ser menino, dá uma boa ajuda, toca as vacas, dá água para os cavalos. Faça o que fizer, é um mujique dos pés à cabeça. – E Tchurissenok, com um sorriso, segurou o menino pelo nariz, com seus dedos grossos, e tirou o muco.

– Mesmo assim você vai mandar o menino para a escola, quando você mesmo estiver em casa e ele tiver tempo, entendeu? Sem falta.

Tchurissenok suspirou fundo e não respondeu.

V

– Eu ainda queria dizer mais uma coisa – acrescentou Nekhliúdob. – Por que não remove o estrume?

– Que estrume, paizinho, Vossa Excelência? Não tem nenhum estrume para remover. Qual é o gado que eu tenho? Uma eguazinha e um potro, e no outono vendi a novilha para o zelador... esse é todo o meu gado.

– Mas se você tem tão poucos animais, por que ainda foi vender a novilha? – perguntou o patrão, com surpresa.

– Como é que eu ia dar comida para ela?

– Será que você não tinha forragem suficiente para alimentar a vaca?

Os outros tinham.

– Os outros têm terra adubada, a minha terra é um deserto só, não cresce nada.

– Então ponha o estrume na terra, para que não fique estéril; o cereal vai crescer e aí você vai ter com que alimentar o gado.

– Sei, só que não tem gado nenhum e então como é que vai ter estrume?

“Isso é um estranho *cercle vicieux*”, pensou Nekhliúdob, mas não conseguiu pensar em um conselho para dar ao mujique.

– E vou dizer de novo, Vossa Excelência, não é o estrume que faz o cereal crescer, é Deus – prosseguiu Tchuris. – Olhe que no ano passado, numa osmínik sem nada deu seis pilhas, já na parte adubada não deu nem um *krestiéts*. Só Deus! – acrescentou com um suspiro. – E além do mais o gado da gente não vinga. Faz seis anos que está assim. Ano passado, morreu uma novilha, outra eu passei adiante: não tinha como dar comida; e no outro ano minha vaca principal se acabou; estavam trazendo a vaca do rebanho, não tinha nada de mais, de repente capengou, capengou, e se acabou ali mesmo. É muita falta de sorte!

– Bem, irmão, como você disse que não tem vacas porque não tem como dar comida para elas e não tem comida porque não tem vacas, tome aqui para arranjar uma vaca – disse Nekhliúdob, se ruborizando; tirou do bolso um maço amarrado e embolado de notas e desmanchou-o. – Compre uma vaca que eu vou ficar contente, e pegue a comida para ela no celeiro... eu ordeno. Trate de estar com essa vaca no domingo que vem: vou vir aqui.

Tchuris ficou indeciso por tanto tempo, sem estender a mão para pegar o dinheiro, que Nekhliúdob colocou as notas na ponta da mesa e ficou ainda mais ruborizado.

– Muito obrigado a Vossa Senhoria – disse Tchuris, com seu sorriso de costume, um pouco zombeteiro.

A velha suspirou fundo algumas vezes, embaixo do leito de tábua suspenso acima da estufa, e pareceu rezar.

O jovem patrão sentiu-se constrangido; levantou-se do banco afobado, saiu para o vestíbulo e chamou Tchuris. A visão do homem a quem ele tinha feito um bem era tão agradável que ele não quis se afastar logo.

– Estou contente de ajudar você – disse, detendo-se junto ao poço. – Posso ajudá-lo porque sei que não é preguiçoso. Trabalhe que eu o ajudarei; se Deus quiser, você vai se recuperar.

[...]